

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

JOANE BISPO GOMES DOS SANTOS

“EU SINTO NA PELE”: UMA ANÁLISE DA DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA,
IDENTIDADE RACIAL, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE
ADOLESCENTES NEGRAS

SÃO CRISTÓVÃO

2024

JOANE BISPO GOMES DOS SANTOS

**“EU SINTO NA PELE”: UMA ANÁLISE DA DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA,
IDENTIDADE RACIAL, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE
ADOLESCENTES NEGRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Orientadora: Profa. Dra. Dalila Xavier de França.

SÃO CRISTÓVÃO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237e Santos, Joane Bispo Gomes dos
“Eu sinto na pele”: uma análise da discriminação percebida,
identidade racial, autoestima e autoimagem corporal de
adolescentes negras / Joane Bispo Gomes dos Santos ;
orientadora Dalila Xavier de França. – São Cristóvão, SE, 2024.
131 f.; il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2024.

1. Psicologia. 2. Racismo. 3. Discriminação. 4. Identidade
racial. 5. Adolescentes. 6. Autoestima. 7. Imagem corporal em
adolescentes. I. França, Dalila Xavier de, orient. II. Título.

CDU 159.922.8:316.647.82

JOANE BISPO GOMES DOS SANTOS

“EU SINTO NA PELE”: UMA ANÁLISE DA DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA,
IDENTIDADE RACIAL, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE
ADOLESCENTES NEGRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Aprovada em: _____ de _____ de 2024.

Prof. Dra. Dalila Xavier de França – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ueliton Santos Moreira-Primo – Membro interno
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dra. Patrícia da Silva – Membro externo
Universidade Federal do Acre

In memoriam de Valter Pedreira Gomes, meu padrasto, segundo pai e grande amigo; Eleanor Gomes dos Santos, minha amada e saudosa avó paterna, a quem tanto amei (e ainda amo); e Lúcia Bispo de Araújo, minha avó materna, cuja ancestralidade e força são meus guias.

AGRADECIMENTOS

Hoje, ao me encontrar neste momento tão especial, sinto uma mistura de emoções que é difícil descrever, mas como boa psicóloga, tentarei, rsrs... Estou aqui para celebrar não apenas a conquista do meu mestrado, mas também todas as pessoas incríveis que tornaram essa jornada possível. É com o coração pleno de gratidão que escrevo estes agradecimentos em um momento tão significativo da minha vida. Ao olhar para trás, percebo que essa jornada em busca do mestrado foi repleta de desafios e aprendizados, mas também de apoio e amor.

Primeiramente, agradeço a Deus, a Jesus Cristo e ao Espírito Santo, minhas fontes de fé e inspiração durante todo esse percurso. Em momentos de dúvida e cansaço, minha fé me sustentou e me guiou.

Agradeço ao universo pela força que me guia e pela fluidez que torna a jornada mais leve. Que esta energia continue a iluminar meu caminho, trazendo sempre a paz, a inspiração e o equilíbrio necessários para que eu possa seguir em frente.

À minha família. Vocês foram (e são) a minha base. Mãe, pelo grande companheirismo e amor. Lembro quando te contei querer fazer o mestrado e, passando na UFS, precisaria me mudar para Sergipe. Senti que ficou apreensiva, por ser tão coruja, mas me apoiou. Obrigada por tudo, pelo investimento na minha educação, desde financeiro ao incentivo de buscar e realizar meus sonhos.

Pai, meu gene do perfeccionismo e de torcedora do Bahia, hahaha! Obrigada por investir na minha educação, por me oferecer sempre o melhor. Desde quando achei que minha trajetória profissional fosse de jornalista (sim, cursei dois semestres do curso), até quando percebi que, de fato, seria a psicologia a me mover, você financiou esses sonhos e, para além de recursos financeiros, acreditou em mim.

A Shirley, meu pedacinho de gente que, apesar de pequenina, tem o maior coração que alguém pode ter. Este mestrado só foi possível porque você esteve SEMPRE ao meu lado. Desde me ouvir falando das agonias da pesquisa até me ajudar financeiramente quando a bolsa terminava, ou fazer a minha mudança para Aracaju. Obrigada por tudo e por tanto. Por enxugar minhas lágrimas e por sorrir comigo. Tenho muita sorte de ter te conhecido e trilhar esta vida ao seu lado.

As minhas tias, especialmente Tia Daguia que sempre me pôs em suas orações, e Tia Maria José, pela torcida e boas vibrações. As minhas primas, especialmente Cíntia, pela grande ajuda durante a coleta dos dados e Amanda, a prima-irmã, pelo carinho e troca. Obrigada. <3

Aos meus filhos, meus lindos pets: Caramelo, Sol, Flocos, Lampião, Little e Jack. Eu amooooo vocês! Escrever é um lugar deveras solitário e sempre que eu estava sozinha, sentada no notebook ou à mesa lendo livros e artigos, eram vocês que estavam comigo. Às vezes me apoquentando o juízo e em outras me aliviando das angústias e tarefas. Mãe ama. <3

Aos meus amigos, quero expressar minha profunda gratidão. Vocês são os companheiros de risadas, de lágrimas, de conquistas e também de desafios. Wilson, meu Chico; Nanda, minha mana; e Olandiara, que me inspirou a ser mestra como ela. À Iane, pela generosidade, pois, graças a sua ajuda, consegui realizar a coleta em Feira de Santana; muito obrigada. Às amigas que fiz no pensionato em Aracaju e que se tornaram minha família em Sergipe: Andressa, Túllia, Monique, Rafaela e Edilene.

Aos meus amigos e colegas da universidade: Ana Beatriz, a menina que tem anjo no nome e que se parece com um. Obrigada por me ajudar tanto e por ser tão humana, amiga. Ingrid, minha companhia diária de risos, angústias, dúvidas: conseguimos, somos mestras! Israel, Rozélia, Grasi, Sara, Ádila e Pablo. Agradeço por cada momento compartilhado, vocês são incríveis. <3

Ao GPSAIR, meu grupo de pesquisa. Quero agradecer pela troca de experiências, pelos debates enriquecedores e pelo aprendizado que dividimos nesses dois anos e meio e, à Universidade Federal de Sergipe por me acolher e me fazer uma mestra em psicologia. Vida longa a UFS!

A FAPITEC e a CAPES, que em etapas diferentes, financiaram minha bolsa de estudos. Quando comecei o mestrado, o caminho parecia repleto de desafios e incertezas. No entanto, graças à bolsa, pude me dedicar exclusivamente à pesquisa e transformar esses desafios em oportunidades de aprendizado e crescimento.

Aos diretores, diretoras, professores e coordenadores das escolas que gentilmente acolheram minha pesquisa, meu mais sincero agradecimento. Vocês abriram as portas e possibilitaram que eu pudesse ouvir as vozes das adolescentes que participaram deste estudo. Sem o apoio de vocês, nada disso teria sido possível. Às adolescentes que participaram da pesquisa, meu muito obrigado. Vocês foram fundamentais. Sua coragem em compartilhar

experiências e suas histórias de vida foram um verdadeiro presente. Espero que, de alguma forma, o que compartilhamos possa contribuir para um futuro melhor de mulheres e meninas negras.

À banca examinadora, pelas observações que enriqueceram meu trabalho e me ajudaram a enxergar novas perspectivas, agradeço pelo tempo e atenção dedicados à minha pesquisa, em nome da Professora Dra. Patrícia da Silva e do Professor Dr. Ueliton Santos Moreira-Primo.

Ao Professor Dr. Marcus Eugênio Lima, que participou da minha banca de qualificação e de muitos processos da minha pesquisa. Obrigada pelo carinho, pelos ensinamentos, pela confiança e pelas boas risadas.

E, claro, não posso deixar de mencionar minha orientadora, professora Dra. Dalila Xavier. Sua orientação foi muito importante. Obrigado pela paciência e por acreditar na minha pesquisa quando ainda era apenas um projeto.

Este mestrado não é apenas meu; reflete todas e todos vocês. Cada uma/um contribuiu de uma maneira especial, e sou eternamente grata por ter a oportunidade de contar com o apoio de pessoas tão maravilhosas. Por fim, ao olhar para o futuro, levo comigo não apenas o título de mestra, mas o conhecimento, as memórias, os aprendizados e, acima de tudo, o amor e a amizade de todos vocês. Que continuemos a nos apoiar mutuamente em nossas jornadas, celebrando a vida. <3

Menina
Menina, eu queria te compor
Em verso,
Cantar os desconcertantes
Mistérios
Que brincam em ti,
Mas teus contornos me
Escapolem.
Menina, meu poema primeiro,
Cuida de mim (Evaristo, 2008, p. 12)

RESUMO

Para expandir as discussões acerca dos temas de “raça”, gênero, identidade racial e autoestima de adolescentes negras escolares e demarcar a importância da produção de reflexões mais profundas sobre o racismo e a discriminação no contexto social brasileiro, esta pesquisa visa principal analisar a influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal. Para desenvolver uma discussão que permeia os temas propostos, a presente dissertação apresenta cinco capítulos. O primeiro consiste numa revisão que explora os conceitos do racismo, delimitando particularidades sobre sua natureza sistêmica e suas implicações nas diferentes camadas sociais, quanto ao perfil dos indivíduos negros ou grupos submetidos à discriminação racial. Por conseguinte, compreendem-se as consequências do racismo, neste caso, na infância e adolescência de adolescentes negras. O segundo capítulo aprofunda as discussões sobre o ser negra no Brasil, a partir de uma análise das identidades, assim como das relações raciais que tendem a colocar o corpo negro numa condição desigual e discriminatória. Ele também aborda os efeitos desta discriminação na identidade racial de mulheres e adolescentes negras, e como só é possível conceber a ideia de relações raciais, quando compreendemos haver uma estrutura sexista e patriarcal, a qual cria e, ao mesmo tempo, se alimenta pela ideologia do racismo. O capítulo três apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, a partir dos objetivos geral e específicos, os quais delineiam tanto o propósito quanto as metas do estudo, seguidos pela descrição detalhada do método empregado. Os capítulos quatro e cinco tratam da apresentação, discussão dos resultados e conclusão do estudo, respectivamente. Metodologicamente, a pesquisa apoia-se, enquanto base epistemológica, na perspectiva mista. Para responder aos objetivos propostos, foi realizado um estudo exploratório que contou com 120 participantes, do sexo feminino, brancas, pretas e pardas, com idade média de 13,43 anos ($DP = 1,06$). Os principais resultados desta pesquisa, destacam a relação significativa e positiva entre a discriminação percebida e a identidade racial, indicando que quanto maior a percepção de discriminação cotidiana, ou seja, quanto mais as adolescentes negras reconhecem e percebem a existência da discriminação, mais fortalecidas se tornam em termos de identidade racial. Essa descoberta estabelece a discriminação como um preditor da identidade racial. Além disso, como essas jovens se identificam com seu cabelo, influencia diretamente sua autoestima e autoimagem corporal. Por sua vez, os ideais de beleza midiáticos exercem uma influência negativa sobre a autoestima e a autoimagem corporal tanto de adolescentes negras quanto brancas, resultando em níveis mais baixos de autoestima entre

aquelas que se sentem mais impactadas por esses padrões. Assim, a identidade racial e os ideais de beleza midiáticos têm um papel significativo na autoestima e autoimagem corporal entre adolescentes brancas e negras. De maneira geral, o estudo destaca a importância do fortalecimento da identidade racial de adolescentes negras, especialmente no que se refere à sua autoestima e autoimagem corporal. Essas dimensões ainda são profundamente impactadas por um sistema que perpetua discriminações.

Palavras-chave: racismo; discriminação; identidade racial; adolescentes; autoestima; autoimagem corporal.

ABSTRACT

In order to expand discussions on the themes of “race”, gender, racial identity and self-esteem of black schoolgirls and to highlight the importance of producing more in-depth reflections on racism and discrimination in the Brazilian social context, the main aim of this research is to analyze the influence of perceived discrimination on the racial identity and self-esteem of black schoolgirls and how media ideals of beauty influence their body self-image. In order to develop a discussion that permeates the proposed themes, this dissertation presents five chapters. The first consists of a review that explores the concepts of racism, delimiting particularities about its systemic nature and its implications for different social strata, in terms of the profile of black individuals or groups subjected to racial discrimination. Consequently, the consequences of racism, in this case in the childhood and adolescence of black adolescents, are understood. The second chapter delves into discussions about being black in Brazil, based on an analysis of identities, as well as race relations that tend to place the black body in an unequal and discriminatory condition. It also addresses the effects of this discrimination on the racial identity of black women and adolescents, and how it is only possible to conceive of the idea of race relations when we understand that there is a sexist and patriarchal structure, which creates and at the same time is fed by the ideology of racism. Chapter three presents the methodological aspects of the research, based on the general and specific objectives, which outline both the purpose and goals of the study, followed by a detailed description of the method used. Chapters four and five deal with the presentation, discussion of the results and conclusion of the study, respectively. Methodologically, the research is based on a mixed-methods epistemological approach. In order to meet the proposed objectives, an exploratory study was carried out with 120 white, black and brown female participants, with an average age of 13.43 years ($SD = 1.06$). The main results of this research highlight the significant and positive relationship between perceived discrimination and racial identity, indicating that the greater the perception of daily discrimination, i.e. the more black adolescents recognize and perceive the existence of discrimination, the stronger they become in terms of racial identity. This finding establishes discrimination as a predictor of racial identity. Furthermore, how these young women identify with their hair directly influences their self-esteem and body image. In turn, media beauty ideals exert a negative influence on the self-esteem and body self-image of both black and white adolescents, resulting in lower levels of self-esteem among those who feel most impacted by these standards. Thus, racial identity and media beauty ideals play a significant role in self-esteem and body self-image among black and white adolescents. Overall, the study highlights

the importance of strengthening the racial identity of black adolescents, especially with regard to their self-esteem and body self-image. These dimensions are still deeply impacted by a system that perpetuates discrimination.

Keywords: racism; discrimination; racial identity; adolescents; self-esteem; body self-image.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Método de Análise do Estudo	66
Figura 2 - Dendrograma das classes da CHD “Impactos dos ideais de beleza midiáticos”	78
Figura 3 - Nuvem de Palavras “Personalidades Com Quem Me Comparei”	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Análise Fatorial Exploratória
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CGI BR	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
EAR	Escala de Autoestima de Rosenberg
EDP	Escala de Discriminação Percebida
EUA	Estados Unidos da América
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GPSAIR	Grupo de Pesquisa em Socialização das Atitudes Intergrupais e Racismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFCH/Unicamp	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexual, Não-binariedade e mais
MT	Ministério do Trabalho
PIP III	Programa de Incentivo à Pesquisa III
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: O RACISMO COMO A BASE ESTRUTURAL DA FORMAÇÃO RACIAL BRASILEIRA	20
1.1 RACISMO: DEFINIÇÕES E PROCESSOS.....	22
1.1.1 Diferentes manifestações do racismo	24
1.2 RACISMO À BRASILEIRA: MISCIGENAÇÃO, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A PIGMENTOCRACIA.....	31
1.3 CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NEGRA .	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
CAPÍTULO 2: OS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO NA IDENTIDADE RACIAL DE MULHERES E MENINAS NEGRAS	41
RESUMO	41
INTRODUÇÃO	41
2.1 A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	42
2.2 A IDENTIDADE DA MULHER E MENINA NEGRA: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO COTIDIANA SOBRE A SUA NEGRITUDE.....	47
2.2.1 Lugares demarcados: ser uma mulher negra na sociedade brasileira	50
2.3 A INDÚSTRIA CULTURAL COMO REPRODUTORA DE ESTEREÓTIPOS SOBRE A MULHER NEGRA	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS	68
3.1 PARTICIPANTES	69
3.2 INSTRUMENTO	69
3.3 PROCEDIMENTOS.....	72
3.4 ANÁLISE DE DADOS	73
CAPÍTULO 4: RESULTADOS	74

4.1	A RELAÇÃO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA E IDENTIDADE RACIAL DE ADOLESCENTES NEGRAS	74
4.2	IDENTIDADE RACIAL, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES NEGRAS	76
4.3	IDEAIS DE BELEZA MUDIÁTICOS E PERCEÇÃO DA AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES NEGRAS	77
4.4	IDENTIDADE E IDEAIS DE BELEZA MUDIÁTICOS, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES BRANCAS	84
	CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO	84
	CONCLUSÃO	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	118
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	125
	APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	126

INTRODUÇÃO

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 2021, p. 118).

Estudar o racismo sempre foi um desejo, e eu optei por iniciar este diálogo compartilhando o caminho que percorri para a elaboração deste estudo. Introduzir um encontro pessoal com o tema é uma prática um tanto incomum na pesquisa científica, mas, aqui, justifica-se pela relevância dessa experiência para a descoberta e compreensão do impacto do racismo na vida das pessoas, especialmente de meninas e mulheres negras. Portanto, peço licença ao leitor para incluir essa narrativa pessoal como uma introdução significativa ao estudo, para situar e contextualizar ainda mais a motivação e a perspectiva na investigação do impacto do racismo na vida de meninas e mulheres negras. Essa escolha visa não apenas estabelecer uma conexão pessoal, mas também destaca a relevância do tema.

Concluí que deveria partir da minha própria história e experiência como alguém que, ao longo do tempo, foi se constituindo como pessoa negra. Percebi o quão importante foi pesquisar o racismo, pois, apesar de ser um tema que sempre me chamou a atenção, na minha família e cidade, na época (anos 2000), ele não foi abordado. No entanto, quando comecei a ter acesso a algumas leituras sobre o assunto, decidi me aprofundar no que se refere a características que, embora não discutidas abertamente, estavam presentes nos ambientes que eu frequentava.

Eu era aluno de uma escola privada, frequentada majoritariamente por crianças e adolescentes brancos, e as poucas crianças negras que lá estudavam sofriam algum tipo de discriminação, assim como meu irmão, que tem a pele escura. Como acontece com a maioria das crianças negras, o ambiente escolar era hostil. Houve muitos apelidos e piadas, numa tentativa de disfarçar o racismo impregnado ali. Isso sempre me incomodou, pois eu percebia o desconforto que isso causava nele.

Por ter a pele mais clara, não sofri a maioria dos ataques que ele sofria, mas, em determinado momento, uma microagressão aconteceu e me marcou profundamente. Já na adolescência, tive meu primeiro confronto com as diferenças: ouvi de amigas da escola, todas elas brancas, que meu cabelo era “duro” e “ruim”. Ouvir isso de pessoas próximas me afetou profundamente, e a situação se repetiu algumas vezes. Isso me fez desejar muito ter um cabelo diferente do meu, um cabelo liso ou “bom”, como era chamado.

Aderi, então, aos alisamentos ou “relaxamentos”, como são chamados os procedimentos que agridem os cabelos crespos e cacheados numa tentativa de aproximá-los ao máximo do cabelo liso. Fiz isso por muito tempo, até que um processo alérgico começou a me afetar. Era uma alergia física e emocional — meu couro cabeludo já não suportava: doía, ardia, me machucava. A dor atingiu também minha identidade, pois eu já estava cansada. Com a ajuda de uma cabeleireira preta, que naquela época já exibia seus lindos cachos crespos, comecei uma transição capilar, um processo de retorno aos cabelos naturais, e abandonei os alisamentos (para nunca mais voltar).

Já na faculdade de Psicologia, durante uma disciplina que abordou as relações étnico-raciais no Brasil, comecei a entender quem eu realmente era — foi meu primeiro grande encontro com a consciência racial. Minha experiência passou a fazer muito mais sentido: o porquê de tudo aquilo ter me incomodado tanto, e a pele mais clara não me tornava branca, mas sim parda. A professora da disciplina, Rafaela Matos, me ajudou muito nesse processo. Ela foi mais que uma professora, foi uma companheira. Começamos a conversar sobre as condições em que as mulheres negras vivem, discutindo dados sobre a população negra no Brasil, e ela também me apresentou grandes teorias que abordavam o tema do racismo e da discriminação.

Acredito que, naquele momento, pela primeira vez, tive uma consciência pessoal e política de pertencer a um grupo étnico-racial, com características e situações bastante específicas. Concluí que ser negra também era fazer parte de algo muito maior do que apenas minha família. Nos meses seguintes, por meio de muitas leituras, discussão e participação em seminários sobre relações étnico-raciais, tomei plena consciência da minha negritude. Desde então, decidi me dedicar à pesquisa sobre o racismo.

Na graduação, meu estudo, com minha colega Nathália Guimarães, analisou a sexualidade da mulher negra e seu lugar de solidão. Já formada como psicóloga clínica, criei o projeto “Casa Acolher”, dedicado exclusivamente ao atendimento psicoterapêutico de estudantes negras e mulheres quilombolas. O que começou como uma experiência pessoal se transformou em um objetivo de estudo e uma meta profissional. Meu interesse em desenvolver esse projeto, portanto, vem da minha história pessoal e da experiência acumulada ao longo dos meus anos de vida.

No decorrer desse processo formativo, ouvi muitos depoimentos de mulheres negras relatando situações de discriminação e preconceito, e pude perceber o quanto elas se sentiam invisíveis. A vivência dessas situações me fez refletir. Assim, comecei um questionamento, como proposta de pesquisa, quais eram os elementos e fatores que levavam as mulheres negras a estabelecer valores e princípios diferenciados na constituição de sua identidade e negritude.

A partir desse propósito, elaborei e apresentei um projeto de pesquisa, quando decidi me inscrever na seleção do mestrado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Em um primeiro momento, a proposta buscava analisar como a percepção de gênero e raça perpassava a construção da identidade das mulheres negras do Projeto Casa Acolher. Entretanto, a frequência às disciplinas durante o primeiro semestre do mestrado, os diálogos com a minha orientadora, a Professora Dra. Dalila Xavier, além das interações no Grupo de Pesquisa em Socialização das Atitudes Intergrupais e Racismo (GPSAIR), o qual faço parte, e a assistência a espaços de discussões acadêmicas, me levaram a questionar a viabilidade de desenvolvimento do projeto e modificar o objetivo da minha pesquisa, assim como, o público-alvo e o local. De mulheres a meninas negras, do espaço clínico às escolas da rede pública, de percepção de raça à influência da discriminação percebida.

Com o intuito de responder ao objetivo desta pesquisa, um levantamento bibliográfico foi iniciado sobre os processos que cercam a construção da identidade racial de mulheres e adolescentes negras no Brasil. Poucas pesquisas faziam relação da influência da discriminação percebida na identidade racial, autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras escolares, o que inicialmente representou um desafio. No entanto, um elemento comum identificado nos estudos disponíveis é a presença do racismo e da discriminação racial como fenômenos que permeiam a experiência da identidade negra (Costa, 2018; França; Monteiro, 2002; Moreira-Primo; França, 2023; Santos, 2018; Souza, 2021;).

O racismo é definido como um processo sistemático que exclui, discrimina e hierarquiza um indivíduo ou um grupo social definido como diferente, manifestando-se por meio de práticas que culminam em desvantagens, para o grupo discriminado, ou privilégios, para o grupo dominante (Lima; Vala, 2004). Já a discriminação racial é a atribuição de uma forma de tratamento diferente para membros de grupos racialmente identificados (Almeida, 2019).

No Brasil, o racismo e a discriminação moldam comportamentos, condutas e interferem nas identidades e subjetividades do corpo negro. A negação da existência desses fenômenos torna o processo de estudo ainda mais complexo, uma vez que se baseia no mito da democracia racial, o qual se refere a um estado de plena igualdade entre os cidadãos, sem distinção de raça, sexo ou etnia. O padrão da democracia racial modela, aproximadamente, desde 1930, as relações étnico-raciais no Brasil. Desta forma, o país seria caracterizado pela ausência de preconceito e discriminações raciais e, portanto, pela existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (Hasenbalg; Huntington, 1982).

Esse discurso de negação dificulta e atrasa a luta antirracista, pois para muitas pessoas o racismo não existe e não passa de uma grande bobagem. Porém, para crianças, adolescentes,

mulheres e homens negros, o racismo perpassa a sua existência como uma espécie de “fantasma” que aparece desde o nascimento. Ninguém o vê, mas ele existe (Silva, 2017). Presente nas memórias sociais e sendo utilizado através do preconceito e da discriminação racial, ele segue existindo e legitimando opressões, especialmente para as mulheres negras, as quais são duplamente invisibilizadas: pelo gênero e pela cor (González, 1984).

O ser mulher e negra ficam à margem do discurso, o que se mostra pelas suas representações, destacando como a mulher negra é frequentemente marginalizada no discurso social. Essa marginalização se reflete nas representações que predominam na sociedade e nos estereótipos que continuam a invisibilizar sua identidade e existência. As mulheres negras no Brasil enfrentam a dupla opressão de gênero e raça, o que dificulta ainda mais seus processos de identidade sociais e étnicas (González, 1984).

A construção da identidade social e étnica das mulheres negras é, portanto, profundamente impactada por essa invisibilidade e pelos estereótipos que lhes são impostos. Esses estereótipos podem reforçar papéis limitadores e desumanizadores, impedindo-as de serem vistas em sua plena complexidade e diversidade.

O mito da inferioridade negra se perpetua à custa da contínua desvalorização dos atributos físicos e morais das mulheres negras, criando barreiras significativas que impactam não apenas suas identidades, mas também sua saúde física e mental. Os efeitos psicológicos e sociais da discriminação racial são profundos e bem documentados, evidenciando como eles afetam negativamente a autoestima, a autoimagem corporal e o autoconceito dessa população (Bittencourt; Nunes, 2017; Martins; Lima; Santos, 2020; Molina; James, 2016).

Este cenário evidencia o desafio de uma maior articulação e continuidade das formas de análise e estudos sobre os efeitos da discriminação racial no Brasil. A discriminação cotidiana impacta profundamente a percepção da identidade racial dos indivíduos afetados, especialmente mulheres e meninas negras. Compreender como essa discriminação influencia a autoestima e a autoimagem corporal desses grupos é crucial para desenvolver intervenções eficazes e políticas públicas que promovam sua inclusão e bem-estar.

A análise da influência da identificação racial vai além das questões individuais, abrangendo também aspectos sociais e culturais que moldam as experiências e oportunidades dessas pessoas na sociedade. Entender esses impactos é essencial para construir uma resposta mais abrangente e eficaz contra o racismo estrutural e para promover um ambiente onde a diversidade é valorizada e respeitada.

Portanto, a pesquisa nesse campo contribui de diversas formas para o conhecimento acadêmico, aprofundando a discussão sobre os efeitos do racismo, suas formas de ação, além

de formas de enfrentamento, modificando práticas educacionais que tendem a propagar o racismo, informar políticas públicas e que visam reduzir as desigualdades raciais e promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Para Bell Hooks (2022), nenhum outro grupo teve sua identidade socializada tão à parte da existência quanto as mulheres negras. Para a autora, é raro que estas mulheres sejam vistas como pessoas e um grupo independente dos homens negros, ou como parte integrante do grupo das “mulheres”. No que diz respeito a mulheres negras, o sexismo opera contra o reconhecimento das suas causas e interesses; e, quando se fala sobre mulheres, o racismo opera contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras. O sexismo é entendido como um sistema de discriminação baseado no gênero, afetando particularmente mulheres e meninas, devido ao sistema machista e patriarcal que produz as desigualdades de gênero (Lips, 1993).

Hooks (2022) ainda pontua que, quando a pauta são pessoas negras, os homens tendem a ser mais lembrados; e quando falam sobre mulheres, as brancas são as mencionadas. Isto é, só é possível conceber a ideia de relações raciais, quando se compreende que há uma estrutura discriminatória operante.

Essa estrutura, que cria e alimenta a ideologia do racismo, reproduz e legitima valores e padrões racistas e sexistas disseminados pela sociedade através da indústria cultural, alcançando tanto o âmbito individual quanto o coletivo, sendo necessária uma modificação nas estruturas sociais para que um patamar de equidade se estabeleça e o racismo seja combatido e até mesmo superado (Souza, 2021). Os ideais de beleza midiáticos, disseminados pela indústria cultural, exercem uma influência profunda na construção da identidade racial, especialmente entre adolescentes pretas e pardas.

A mídia, ao longo dos anos, tem promovido padrões de beleza hegemônicos que tendem a valorizar características eurocêntricas, como pele clara, cabelos lisos e traços faciais finos, invisibilizando ou desvalorizando características negras, como a pele escura, o cabelo crespo e os traços mais amplos. Esses padrões acabam por afetar negativamente a autoestima e a autoimagem corporal de adolescentes negras, que, ao não se verem representadas positivamente, podem desenvolver uma percepção distorcida de sua própria identidade.

Essa falta de representatividade nos meios de comunicação reforça estereótipos e contribui para a marginalização das características negras, dificultando o processo de construção de uma identidade racial positiva. As adolescentes negras muitas vezes se veem pressionadas a adaptar sua aparência aos padrões eurocêtricos, seja alisando os cabelos, clareando a pele ou internalizando a ideia de que seus traços naturais são “menos desejáveis”. Esse processo pode gerar sentimentos de inadequação e inferioridade, prejudicando o

desenvolvimento de uma autoestima saudável, enfatizando a necessidade de uma abordagem integrada e multifacetada, envolvendo tanto mudanças estruturais quanto ações individuais e coletivas direcionadas ao enfrentamento das injustiças raciais.

Ao estudar como se estabelecem as relações raciais com adolescentes negros em contextos escolares, é evidente o quanto esse ainda é um campo pouco explorado na psicologia social. Numa revisão sistemática dos estudos sobre preconceito racial na Psicologia brasileira, Sacco, Couto e Koller (2016) analisaram 77 artigos, sendo 35 teóricos e 42 empíricos, publicados desde 2001. As autoras realizaram buscas em diversas bases de dados e identificaram que a Psicologia Social foi a principal base teórica. Notaram-se lacunas na descrição metodológica, especialmente na caracterização de participantes e instrumentos utilizados. Além disso, há uma carência de pesquisas que investiguem o desenvolvimento do preconceito racial em crianças e que abranjam adultos não-universitários e grupos discriminados. Apenas um estudo utilizou medidas implícitas de atitude. A quantidade limitada de pesquisas e as lacunas identificadas indicam que a área ainda precisa de desenvolvimento no Brasil.

Temas como a identidade racial na adolescência, a percepção da discriminação cotidiana e os efeitos desta na autoestima e na autoimagem corporal são essenciais de estudo, ao destacarem o papel crucial da pesquisa na melhoria das políticas públicas e na promoção de condições educacionais mais equitativas para a comunidade negra. Além disso, com comentários para a modificação dos conteúdos midiáticos, promovemos uma representação mais positiva e representativa, proporcionando a meninas e mulheres negras um ambiente onde podem se ver refletidas, mitigando, assim, o sofrimento psíquico causado pela discriminação racial.

Neste trabalho, temos como objetivo geral analisar a influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal. Entende-se que o racismo afeta, de forma negativa, adolescentes negras, sendo assim, alguns pontos são importantes destacar: como o racismo enquanto fenômeno social se expressa na sociedade brasileira? Quais suas implicações nas diferentes camadas sociais? Quais as consequências do racismo na infância e adolescência negra? Como um problema social, o racismo carece de ser desvelado, desnaturalizado e problematizado.

Para tanto, a presente pesquisa justifica-se por proporcionar e fornecer indicativos para uma compreensão das formas de ação do racismo e como o fenômeno se perpetua na sociedade brasileira. Interligando aspectos objetivos da realidade social, como a discriminação e

desigualdade de pessoas negras, a exposição dos processos de identificação e enfrentamento da racialização social. Embora tenha havido crescimento nas investigações sobre combate ao racismo, o tema ainda demanda pesquisas, uma vez que lacunas no campo acompanham as mudanças nas formas de expressão do racismo em diferentes contextos, requerendo o uso de metodologias diversas em sua abordagem.

A partir do objetivo geral apresentado foram propostos quatro objetivos específicos: identificar a influência da discriminação percebida na identidade racial de adolescentes negras; analisar a influência da identidade racial na autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras; analisar como os ideais de beleza midiáticos influenciam a autoimagem corporal de adolescentes negras e, por fim, analisar a influência da identidade racial na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa se desenvolveu centralmente nas escolas, pois nesse espaço, além do racismo, incidir constantemente, é um dos principais espaços de vivência, formação e socialização para crianças e adolescentes, pelo seu caráter transformador.

Esta dissertação é composta por cinco capítulos, além dos anexos. O primeiro capítulo apresenta como o racismo, enquanto fenômeno social, expressa-se na sociedade brasileira, sua natureza sistêmica e suas implicações nas diferentes camadas sociais. Em seguida, apresentam-se três dos processos que exemplificam a expressão do racismo no Brasil: a miscigenação, o mito de uma democracia racial e o fenômeno da pigmentocracia; esses interligados ao sistema de discriminação e opressão oriundos do racismo. Por fim, abordam-se as consequências do racismo na infância e adolescência, mediante estudos empíricos sobre o modo como o racismo impacta no processo de construção de mulheres e adolescentes negras.

O segundo capítulo aprofunda as discussões sobre o ser negra no Brasil, a partir de uma análise das identidades e seus processos, assim como das relações raciais que tendem a colocar o corpo negro numa condição desigual e discriminatória. O capítulo também aborda os efeitos desta discriminação na identidade racial de mulheres e meninas negras, e como só é possível conceber a ideia de relações étnico-raciais, quando compreendemos haver uma estrutura sexista e patriarcal, a qual cria e, ao mesmo tempo, se alimenta pela ideologia do racismo. Esse fenômeno ocorre e se atualiza por meio de um processo que é histórico, mas segue ganhando novas configurações, mantendo um diálogo com a indústria cultural e suas novas formas de reprodução e efeitos. Este processo tende a afetar de maneira significativa a autoestima e a autoimagem corporal de adolescentes negras, evidenciando a influência dos padrões de beleza impostos por essa indústria através da mídia e, mais recentemente, das redes sociais.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, com a análise e a interpretação

dos dados coletados, à luz do referencial teórico adotado e do contexto físico e social das participantes da investigação. Os capítulos quatro e cinco tratam da apresentação, discussão dos resultados e considerações finais, respectivamente.

Diante da urgência de avanços políticos e sociais em prol da proteção dos direitos dos grupos minoritários, é fundamental reconhecer que a raiz dessa questão exige um debate racial. Ao longo de todos os capítulos, analisei as contribuições históricas, os aprendizados acumulados e as estratégias de enfrentamento que as diversas correntes da psicologia têm desenvolvido em resposta ao racismo, além de explorar como esse fenômeno impacta a identidade e a subjetividade da população negra.

Esta dissertação aborda o compromisso com o resgate da experiência e da história da negritude, oferecendo novas possibilidades de empoderamento para o povo negro, com foco específico em adolescentes e mulheres negras. Estas mulheres vivem, diariamente, os efeitos de um sistema discriminatório e excludente que impacta profundamente suas vidas e corpos. A pesquisa aqui visa elucidar as narrativas e vivências dessas mulheres, que “sentem na pele” as consequências de uma sociedade que muitas vezes marginaliza suas identidades e experiências. Ao explorar suas histórias, esta dissertação não só destaca as dificuldades enfrentadas, mas também revela o sentir, as estratégias de resistência e enfrentamento que emergem desse contexto.

CAPÍTULO 1: O RACISMO COMO A BASE ESTRUTURAL DA FORMAÇÃO RACIAL BRASILEIRA

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo descrever como o racismo enquanto fenômeno social se expressa na sociedade brasileira, sua natureza sistêmica e suas implicações nas diferentes camadas sociais, com destaque para suas definições e processos, onde se enfatiza os níveis individuais, culturais e institucionais deste fenômeno. Em seguida, refletiremos sobre três dos processos que exemplificam a expressão do racismo no Brasil: a miscigenação, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, esses interligados ao sistema de discriminação e opressão oriundo do racismo. Por fim, abordamos as consequências do racismo na infância e adolescência, mediante estudos empíricos sobre o modo como o racismo impacta a identidade de mulheres e meninas negras.

Palavras-chave: Racismo. Mulheres. Meninas. Identidade Racial.

INTRODUÇÃO

As hierarquias de classificação dos grupos estão presentes em todas as sociedades ao longo da história, impactando na organização de instituições como a família, a escola e a vida política nos diferentes lugares. Entretanto, nem toda hierarquização que marcou a organização social foi constituída de maneira justa ou com fim organizacional. Hierarquias, como a racial, vêm para dominação e imposição de direitos sobre pessoas, baseadas em suas características fenotípicas.

A hierarquia racial foi criada no processo histórico de dominação de povos com o fim de justificar o *status quo* e a dominação de alguns grupos sobre outros, processo que coloca as pessoas brancas em destaque e as pessoas negras numa posição de inferioridade. Ademais, é uma ideologia que postula a divisão da humanidade em grandes grupos racializados, contrastados por características físicas comuns, sendo estes suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas. Este processo ora enaltece uns, ora retira direitos de outros, produzindo condições sociais de exclusão, empobrecimento e sofrimento psíquico.

Assim, o racismo se constitui como um articulado sistema que molda a vida social contemporânea (Carneiro; Fischmann, 2005). Levando isso em conta, um dos objetivos desse

capítulo é apresentar uma breve análise sobre o racismo nas pesquisas e estudos de campo da Psicologia Social, numa tentativa de proporcionar discussões acerca dos efeitos e formas de ação do racismo na sociedade brasileira. Além disso, este capítulo visa explicitar aspectos inerentes à realidade vivida por pessoas pretas, especificamente para adolescentes negros, como também as manifestações do racismo ao longo da história.

Como um problema social, o racismo carece de ser desvelado, desnaturalizado e problematizado. Porém, elucidá-lo com precisão ainda se caracteriza como uma tarefa complexa, tendo em vista sua pluralidade de definições analíticas e de expressões. No entanto, o que é inegável é que ele opera efetivamente no mundo.

Em 28 de agosto de 1963, nos Estados Unidos, Martin Luther King, uma figura proeminente do ativismo negro, proferiu um dos discursos políticos mais icônicos da história. Nele, expressou o sonho de que seus quatro filhos pequenos pudessem viver em uma nação onde fossem avaliados não pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Sessenta e um anos depois, essa aspiração ainda parece distante.

No Brasil, em março de 2024, uma estudante negra, de apenas 12 anos, foi pisoteada e chamada de macaca numa escola municipal, numa cidade do interior de São Paulo. Um boletim de ocorrência foi registrado por preconceito de raça ou cor. A mãe da adolescente relatou que ofensas racistas comparando o cabelo da vítima a um “bombril” foram proferidas pelos colegas, além de atirarem nela fezes de animais (Leventhal, 2024).

Outro caso ocorrido em 2023 envolveu uma estudante de uma escola privada situada no Centro de Teresina, no Piauí. Durante uma gincana, a jovem se apresentou vestida como Dandara, uma notável guerreira negra do período colonial no Quilombo de Palmares, e conquistou o primeiro lugar na prova. No entanto, a vitória foi acompanhada de ataques racistas. A equipe concorrente disseminou, em grupos de WhatsApp, ofensas direcionadas à estudante, chegando a insultá-la com expressões como “deusa do lixo” e afirmando que “paz não tem nada a ver com a cor negra”. Em resposta aos ataques, o pai da estudante, acompanhado de seu advogado, dirigiu-se a uma delegacia para registrar a denúncia do crime.

Outras informações que corroboram com a existência do racismo no Brasil são dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os quais indicam que, em 2023, dos nove milhões de pessoas que não completaram o ensino médio, 71,6% eram pretas e pardas (IBGE, 2023). Para fins de comparação, entre os brancos a porcentagem foi de 27,4%. Para o estudo, considerou-se o grupo etário de 14 a 29 anos. As informações são do módulo anual sobre educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE.

Reafirmando esta condição, numa pesquisa do Programa de Incentivo à Pesquisa (PIP)

III do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizada em 2023, os efeitos subjetivos do racismo em mulheres negras foram analisados. Nos resultados encontrados, apontou-se que o racismo cria um hiato difícil de superar entre o ego do sujeito negro e seu ideal, fazendo com que esse indivíduo vivencie seu corpo por meio da autorrejeição, ao invés de tomar o corpo como fonte de prazer.

Trata-se de um processo de alienação e despersonalização que os corpos negros enfrentam, resultante do não reconhecimento de sua identidade. Esse fenômeno está ligado à branquitude, que se refere aos privilégios associados à identidade racial branca em contextos sociais e culturais que perpetuam a branquitude como a condição ideal e única de ser humano. Assim, o direito à manutenção do privilégio branco se torna uma norma hegemônica de poder e nomeação (Moreira, 2014; Amarante, 2023).

Esses dados, situações e estudos reafirmam a condição parcial e desigual entre pretos e brancos. Nesse contexto, o racismo permeia as relações grupais, acompanhado de discursos e práticas que tendem a discriminar os negros e normalizar as diferenças existentes entre os indivíduos. Além disso, influencia a discriminação racial na construção da identidade negra, na autoestima, no bem-estar psicológico e na saúde mental (Bianchi et al., 2002; Clark et al., 1999; Pereira et al., 2011). Por mais inaceitável que isso seja, a desigualdade parece ser uma característica marcante em sociedades pautadas na racialização das relações sociais, onde o cor da pele está geralmente associado à marginalização de grupos minoritários e à discrepância no acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento humano (Faro; Pereira, 2011).

Desta forma, o presente capítulo visa traçar reflexões sobre as formas e expressões do racismo, desde as relações interpessoais até as estruturas institucionais. Em seguida, discute-se sobre as suas manifestações ao longo dos anos e seus diferentes níveis (individual, cultural e institucional), suas roupagens e funções enquanto fenômeno social, retratando três dos processos que exemplificam a expressão do racismo no Brasil: a miscigenação, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Por fim, abordamos as suas consequências na infância e adolescência de meninas negras. Para tanto, partimos do seguinte questionamento: como o racismo enquanto fenômeno social se expressa na sociedade brasileira?

1.1 RACISMO: DEFINIÇÕES E PROCESSOS

Por definição, o racismo é entendido como atitudes, crenças e conformações institucionais que tendem a subjugar e excluir grupos e pessoas em virtude de características

fenotípicas e/ou afiliações étnicas (Clark *et al.*, 1999). Como descrevem Lima e Vala (2004), é um processo de hierarquização, exclusão e discriminação que ocorre quando um indivíduo ou um grupo social é considerado diferente devido a características físicas externas (reais ou imaginadas) que, no julgamento do outro, associa-se a alguma característica subjetiva. Essas características são reinterpretadas como marcas culturais internas que estabelecem padrões de comportamento (Lima; Vala, 2004), reduzindo o repertório sociocultural e psicológico às qualidades biológicas.

Esta definição revela importantes aspectos do fenômeno do racismo, destacando a formação de hierarquias de poder e a distorção na percepção resultante na construção de crenças e imagens sobre os diferentes grupos sociais. Por exemplo, uma pessoa negra (marca física) pode ser avaliada pela imagem que a sociedade mantém sobre seu grupo (marca cultural), de modo que o avaliador espera que essa pessoa se comporte conforme a imagem social difundida. Sendo assim, como um fenômeno que atravessa desde as relações grupais até as práticas e discursos, o racismo tende a normalizar as diferenças existentes entre os indivíduos a partir da ausência de formas legais de contestação. Isso leva a sociedade a uma naturalização das desigualdades entre negros e brancos e à manutenção de práticas racistas contra os negros (Pereira *et al.*, 2011).

Para Snowden (1983), na Antiguidade Greco-romana, o racismo já se fazia presente, embora não fosse de base racial como hoje, mas sim de base cultural, em que os escravos tinham suas culturas e práticas inferiorizadas. Porém, o conceito de raça e racismo é tardio (Lima, 2020). No século XVI, surge da língua inglesa o ideal de raça, tendo por objetivo a explicação do surgimento da história da formação europeia (Banton, 1991). Mas, a ideia é ressignificada já num contexto colonialista, no século XIX, aproximando-se do uso que se utiliza hoje do conceito, ou seja, de inferiorização e hierarquização dos grupos humanos (Lima, 2020).

A Enciclopédia Britânica define o racismo como qualquer ação ou crença que expresse uma visão de mundo tendo por base a referida noção de “raças”, sendo uma ideologia que classifica e divide os indivíduos em entidades biológicas assim chamadas, em que “existe um elo entre traços físicos herdados geneticamente e características da personalidade, morais e intelectuais, tornando um grupo superior ao outro” (Lima, 2020, p. 78). Pelo exposto, fica evidente que a definição do racismo ou uma explicação mais precisa sobre ele envolve questões políticas, históricas e socioculturais; e ressalta a necessidade de entendê-lo como um fenômeno efetivo nas sociedades, que age e se perpetua.

De maneira que, quando esse fenômeno se liga ou intersecciona com outros igualmente

preocupantes, a exemplo do sexismo¹, produzem diversas barreiras ao corpo negro, especificamente da mulher negra, objeto de estudo desta pesquisa. A discussão sobre interseccionalidade ocupa um espaço importante nas pesquisas de gênero e “raça”, sendo um conceito teórico construído pelas feministas negras numa análise holística da opressão sofrida por estas mulheres, considerado pela sua “natureza interligada das opressões” (Collins, 2016, p. 108).

Esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem cujo objetivo era explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que determina quais são os elos entre esses sistemas. Pela complexidade dos fenômenos, eles serão analisados com maior profundidade no capítulo seguinte, abordando desde a intersecção entre gênero e “raça” aos efeitos destes para a percepção da identidade de meninas negras. Sendo o racismo entendido como um fenômeno que afeta os indivíduos negativamente, movimento este crucial para discussões mais profundas sobre o tema.

São avanços necessários na compreensão de como o racismo age na sua dimensão subjetiva, histórica e cultural, mantendo-se nas camadas da sociedade brasileira (Souza, 2021). Desta forma, compreende-se que a discussão que se segue apresenta potencial contribuição com a ampliação do debate em torno da temática racial enquanto fenômeno social, além de seus efeitos, nuances e formas de ação. Considera-se que esse seja um passo na elaboração de questionamentos acerca do modo como a sociedade perpetua o racismo e na construção de possibilidades de superação desse problema, que tem se mostrado um impeditivo à construção e fortalecimento da identidade negra.

1.1.1 Diferentes manifestações do racismo

O racismo é um fenômeno que tem suas raízes firmadas em ideologias que atribuem a determinados grupos, com origens específicas e marcas adstritas, uma inferioridade tida como natural. As práticas racistas são resultantes de ações, atitudes e comportamentos que evocam conteúdos discriminatórios e/ou preconceituosos, que contribuem para a perpetuação do problema em questão (Campos, 2017).

No âmbito das relações interpessoais, manifestando-se pela formação de impressões

¹ Segundo Glick e Fiske (2018), o sexismo é um conjunto de estereótipos que avaliam de forma cognitiva, afetiva e atitudinal os papéis apropriados aos indivíduos, em função do seu sexo. É a causa direta das assimetrias de gênero existentes e, dentro das análises feministas, é o sexismo e a discriminação sistemática o que estão na base da persistência das desigualdades de gênero existentes na sociedade (Descarries; Mathieu, 2010).

sobre o outro, ou nas relações intergrupais, o racismo se caracteriza como sistêmico (Lima, 2020), ao seguir se perpetuando para além das relações interpessoais e agindo em diferentes níveis como o individual, cultural, e institucional. É importante ressaltar que a explicação do racismo em diferentes níveis se dá por uma estratégia teórica para explicar o tema, por se tratar de um fenômeno multifacetado e multicausal (Lima, 2020).

Para Bowser (2017), na realidade, somos racistas porque a nossa cultura é racista; aprendemos a ser. Essa cultura tende a respingar nas instituições, que funcionam como uma força motriz para o racismo cultural e individual, ou seja, está impregnada nos processos de socialização (França; Silva, 2021). Em um nível individual, o racismo se materializa como uma espécie de “patologia” (Almeida, 2019), com características individuais ou coletivas, manifestando-se mediante fenômenos éticos e psicológicos.

Sob esta perspectiva individual, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas sim pessoas racistas que agem isoladamente ou em grupo. Assim, mesmo que a manifestação do racismo ocorra de maneira indireta, ela tende a se revelar principalmente por meio de discriminação direta, justificada unicamente pelo comportamento humano. (Almeida, 2019).

Muitos exemplos do racismo individual são expressos em contextos públicos, na mídia, futebol, entre outros, sendo um dos tipos mais conhecidos. Atitudes, crenças e comportamentos são direcionados diretamente a uma pessoa em específico, incluindo comentários, ofensas, xingamentos, exclusão e até violência física. Esse âmbito de expressão mais individual do racismo assemelha-se ao preconceito, todavia, quando adentramos para o plano cultural, novas nuances são percebidas (Lima, 2020).

No aspecto cultural, o racismo surge do aperfeiçoamento das técnicas de produção, da industrialização e das novas relações econômicas. Tais relações provocam a camuflagem das técnicas de exploração dos indivíduos e, logo, das formas de racismo. O objeto do racismo cultural não é mais um sujeito, mas uma forma de existir (Faustino, 2018). Isso decorre do modo como a sociedade lida com as questões raciais e como enxerga o negro.

Para Caribé (2018), mais do que racistas, as pessoas são contaminadas por uma cultura que comunica algo, reforçando a ideia do negro como inferior ou agressivo. Além disso, expressões comumente utilizadas, como “inveja branca”, “denegrir a imagem”, “dia de branco” e “a coisa tá preta”, denotam o racismo cultural.

O Brasil, ao ser o último país do continente americano a abolir a escravidão dos negros, em 1888, perpetuou um legado de desigualdade social que se estende por mais de um século. Como a abolição aconteceu, sem políticas de inclusão ou reparação, condenou os negros à imobilidade social (Gomes, 2019). Passaram-se 136 anos desde então; porém, seus graves

efeitos ainda são visivelmente observáveis. As políticas de reparação dessas desigualdades entre negros e brancos, segundo Telles (2014), são recentes, tendo seu início marcado apenas na década de 1990. A população negra, que representa mais da metade do povo brasileiro (55,5% — sendo 45,3% parda e 10,2% preta), conforme o último censo realizado no país (IBGE, 2024), não constitui metade das pessoas presentes nas instituições de ensino, nos cargos gerenciais, nas novelas, filmes, propagandas e comerciais.

A indústria cultural tende a difundir o racismo cultural. A televisão, o cinema e atualmente as redes sociais representam geralmente o negro e, especificamente aqui, a mulher negra, em condições de inferioridade e subalternidade. É importante ressaltar que a mídia não é a única responsável pela reafirmação do racismo na sociedade, porém o seu papel na reprodução das relações raciais no Brasil é evidente. A dinâmica dos meios de comunicação tem papel determinante na organização das sociedades, podendo influenciar com intensidade os âmbitos social, político e econômico (Ramos, 2007). A escola e a literatura também reforçam todas essas percepções ao nos apresentar um mundo onde negros e negras não têm muitas contribuições para a história, ao contrário dos brancos, tidos como líderes natos e racionais em suas ações (Almeida, 2019).

E é desta maneira que a mídia reproduz, além de legitimar uma cultura racista, reforçando os estereótipos e os mecanismos de invisibilidade e negação associados à negritude. Quando a grande mídia ignora as pautas raciais, as representações raciais tornam-se carregadas de preconceitos históricos que pairam no imaginário social e as desigualdades oriundas delas são consideradas normais, tendo sua complexidade racionalizada e seus efeitos banalizados. Além de postular ao corpo negro espaços sociais específicos, inferiores e representações predeterminadas.

Portanto, o racismo no Brasil vai além de atos individuais e culturais; ele é sustentado por uma cultura que normaliza a discriminação e por instituições que perpetuam a exclusão e a desigualdade racial, reforçando sua característica estrutural. Este sistema de opressão transcende a mera formação das instituições, indo além da apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, como um elemento estruturante das relações sociais e, por isso, presente em todas as esferas da sociedade (Almeida; Sousa, 2018).

O racismo não se limita ao plano da consciência, a estrutura é intrínseca ao inconsciente, desta forma, ele transcende o âmbito institucional, tornando-se parte essencial da sociedade e sendo utilizado para manter, perpetuar e reproduzir desigualdades e privilégios, configurando-se como um mecanismo de manutenção das práticas de discriminação (Carneiro, 2015).

Para Gorender (2010), no Brasil, como um elemento estrutural formatado desde a

vigência do escravismo colonial, o racismo age como modo de produção nas estruturas sociais, mediante as expressões do escravismo. A população negra brasileira é marcada pelo racismo estrutural. A falta de representatividade é um dos exemplos. Negros têm baixa representatividade na política, em cargos de liderança e em diversos nichos profissionais. Nas eleições municipais de 2020, foram eleitos 57.608 vereadores. Apesar de o número de candidatos negros eleitos ter aumentado, com 3.569 (6,16%), ainda é muito inferior aos 31.053 (53,56%) de brancos eleitos (Brandão, 2020).

Referindo-se ao nível macro do sistema social, às ideologias e instituições interagem entre si para reforçar as desigualdades e privilégios entre brancos e negros (Gee; Ford, 2011), envolvendo a reprodução sistêmica de desigualdades raciais em todas as esferas da vida social: habitação, renda e acesso a serviços básicos (porém essenciais). Esta perspectiva, conhecida como racismo institucional, se caracteriza como resultado do funcionamento das instituições que atuam numa lógica de desvantagens e privilégios, ainda que indiretos, com base na “raça” (Almeida, 2019), sendo este o último dos níveis de expressão do racismo aqui apresentado.

Estas condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidas nos âmbitos políticos, econômicos, culturais, estendendo-se às relações cotidianas. Na sociedade brasileira, onde as instituições, normas e padrões sociais condicionam o comportamento dos indivíduos, sendo criadas a partir de visões racistas de mundo, o resultado é uma estrutura que apresenta o racismo como seu componente (Carneiro, 2011). No entanto, a existência do racismo institucional não significa que todo indivíduo, conscientemente, oprime um determinado grupo, mas sim que as práticas discriminatórias são mantidas pela estrutura de poder existente (López, 2012).

No Brasil, o racismo institucional tem operado para a manutenção das desigualdades raciais, manifestando-se também pela discriminação no acesso à justiça. Silva e Lima (2016), em uma análise de 114 processos de casos de homicídio julgados na comarca brasileira, perceberam que o tempo de pena atribuído a réus pretos foi em média de 12,3 anos contra 3,7 para réus brancos. Em suma, réus negros receberam penas quase quatro vezes maiores que os réus brancos. O acesso a direitos, como saúde, também sofre influência do racismo.

Uma metanálise sobre saúde das mulheres negras, entre 2003 e 2013, encontrou 19 estudos sobre o tema, os quais apresentam dados que indicam relação entre a percepção do racismo e a ocorrência de câncer e complicações no parto (Black; Johnson; Van Hoose, 2015). Da mesma forma, há associação do racismo à ansiedade, depressão, estresse e déficits na saúde orgânica das minorias raciais (Paradies *et al.*, 2015). As mulheres negras também aparecem como maioria das vítimas em diversos indicadores de violações de direitos humanos no Brasil.

Dados da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) relativos ao ano de 2013 apontam que 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras.

As taxas de homicídio de mulheres negras são alarmantes. Em 2015, o Dossiê Mulher, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, revelou que 62,2% das mulheres assassinadas eram negras, sendo 19,3% pretas e 42,9% pardas. De acordo com Jackeline Aparecida Ferreira Romio, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), a taxa de homicídios entre mulheres negras é o dobro em relação às mulheres brancas, considerando a média nacional. Além disso, há estados onde essa desigualdade racial é ainda mais acentuada (Araújo, 2015).

Por fim, o racismo institucional também discrimina os negros no acesso à educação no Brasil. Por exemplo, há falta de incentivo ao ingresso do negro no ensino superior. É possível perceber estas marcas ao observar que pessoas negras representam apenas 38,15% dos alunos matriculados em faculdades e universidades (Pacheco; Silva, 2006). Apesar do sistema de cotas, a quantidade de estudantes negros é proporcionalmente inferior à entrada de estudantes brancos, chamando a atenção para o racismo acadêmico. Este, é classificado como uma das ramificações do racismo que se manifesta no âmbito das instituições educacionais, especialmente as de ensino superior e se materializa por entraves que dificultam o acesso e permanência de pessoas não-brancas, especialmente negras e indígenas, no espaço acadêmico (Almeida, 2021).

Destaca-se que no Brasil, até os anos 2000, não havia medidas que assegurassem o ingresso e permanência de negros, indígenas e quilombolas na universidade (Carvalho, 2005). Contribuindo com esse debate, estudiosos do racismo no Brasil demonstram em suas pesquisas uma forte relação entre o fracasso social e econômico com a cor negra e o sucesso com a cor branca (Adorno, 1996; Degler, 1971; Guimarães, 1999; Lima; Vala, 2004).

Em um estudo que se debruçou sobre a investigação do racismo como atravessador na escolha profissional de jovens negros e brancos, Santos (2018) testou se a ameaça dos estereótipos influencia na escolha dos jovens por profissões de alto e baixo status social. O conceito de ameaça dos estereótipos se refere às ameaças situacionais, oriundas de crenças estereotipadas sobre determinados grupos, e da ameaça que intimida as pessoas que pertencem aos grupos-alvo dos estereótipos. Em situações ameaçadoras, os membros destes grupos acreditam que o critério de avaliação do desempenho será, antes de tudo, baseado em crenças e julgamentos estereotipados (Steele; Aronson, 1995), servindo para a manutenção da ordem e *status quo* do grupo dominante (Tajfel, 1981).

Santos (2018) verificou que jovens negros que sofreram ameaça dos estereótipos escolheram mais profissões de baixo status do que os jovens negros que não foram ameaçados

e do que jovens brancos submetidos às mesmas condições. Outra hipótese testada no estudo previa que, independentemente da cor da pele, os jovens perceberiam segregação racial nas profissões. E os resultados confirmaram a hipótese levantada, pois os jovens de maneira geral percebem algumas profissões como compostas majoritariamente por pessoas brancas, a exemplo de Medicina, Engenharia Civil, Direito, Odontologia, Veterinária, e outras formadas por negros, como Ciências da Religião, Museologia, Artes Visuais, Dança e Ecologia. Dessa forma, para as profissões de elevada importância social, as quais foram consideradas mais rentáveis e as que classificariam o sujeito como bem-sucedido, os percentuais atribuídos aos negros eram bastante inferiores se comparados aos atribuídos aos brancos.

Esta confirmação reforça os estudos de Lima e Vala (2004). Num estudo que investigava os efeitos da cor da pele percebida e do sucesso social no branqueamento e na infra-humanização, indivíduos brancos deveriam avaliar um grupo de pessoas negras e um grupo de pessoas brancas (representados por fotografias), que obtinham sucesso social ou que eram mal sucedidos socialmente. Os resultados obtidos indicaram que os negros que obtêm sucesso social são percebidos como mais brancos do que os negros que fracassam. Uma análise de mediação indicou que quanto mais os negros com sucesso são percebidos como brancos, mais características tipicamente humanas lhes são atribuídas. O inverso se passa para os negros mais percebidos como negros.

Na mesma perspectiva do estudo de Santos (2018), o G1, portal interativo da Rede Globo, publicou uma reportagem analisando os vínculos empregatícios no Brasil com inscritos em mais de 2,5 mil ocupações. Os dados são referentes a 2016, coletados pelo Ministério do Trabalho (MT) a partir de informações fornecidas pelas companhias. Dos 46 milhões de trabalhadores com carteira assinada, 34 milhões declararam cor e raça em 2016 — ainda havia 8,5 milhões que não foram classificados. A análise considerou apenas os declarantes. Dentre eles, pretos e pardos, que formam o grupo dos negros, somavam 14,1 milhões, enquanto brancos eram 19,4 milhões, amarelos, 274 mil, e indígenas, 75 mil.

Segundo os dados apresentados, o mercado de trabalho foi dividido pelos empregos com maior quantidade de brancos e negros. Para brancos, as cinco profissões mais declaradas foram: engenheiro de computação com 92%, engenheiro mecânico automotivo com 90%, professor de medicina — 89%, engenheiro aeronáutico — 88,4% e piloto de aeronaves — 87,7%. Para negros: trabalhador de cultura de dendê — 92,7%, criador de camarões 78,3%, trabalhador da cultura de cana-de-açúcar (boia-fria) — 74,5, agente de higiene/auxiliar de serviços gerais — 77,2% e operador de telemarketing — 74%. A discrepância é visível, reafirmando o abismo social que separa brancos e negros da educação às oportunidades de ascensão profissional.

Conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, basicamente dois aspectos são responsáveis pelo cenário: a escolaridade baixa e a colocação precoce no mercado de trabalho, já que negros começam a trabalhar mais cedo que brancos (Gomes, 2018).

Os piores indicadores sociais, os menores índices de escolarização, de rendimentos e de acesso a bens e serviços (Pinheiro *et al.*, 2005), são a realidade da população negra no Brasil, assim como os maiores índices de mortalidade precoce (Chor; Lima, 2005), quando comparados com a população branca. Ainda segundo Santos (2018), aos negros são atribuídas características como inferioridade moral, intelectual, cultural e até mesmo psíquica.

Para Munanga (2019), o racismo estabelece uma forma de separação e classificação, impondo assim diferenças morais entre povos, pois se acredita que cada “raça” tenha um status moral diferente, e que a branca é superior à negra, se estabelecendo como a cultura dominante. E ao estruturar as relações da sociedade moderna, o racismo legitima a escravidão dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, reproduzindo-se no imaginário social e sendo reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional (Munanga, 2019). Ou seja, o racismo se reproduz no processo de socialização.

Munanga (2019) destaca que, entre as várias decisões políticas que influenciaram diretamente o desenvolvimento das desigualdades raciais no Brasil, restringindo as possibilidades de integração política e social dos negros, o branqueamento se sobressai como uma das mais prejudiciais. Essa ideologia, cultivada pela elite brasileira, sustentava que, para se tornar um país bem-sucedido, o Brasil precisaria ser uma nação branca. Para tanto, historicamente a população negra brasileira encontra-se numa posição que não é nova, pois mesmo após a abolição, inúmeros direitos ainda lhe são negados, o que exige deste grupo discriminado uma busca constante pela valorização e resgate de sua identidade e negritude.

Porém, a partir desta análise, é necessário observar o contexto social a partir do pós-abolição no Brasil. O Estado se manteve a utilizar formas repressivas contra esta população, ainda que veladamente, utilizando-se, portanto, do falso mito da democracia racial, para continuar de maneira dissimulada a empregar o conceito de “raça” para perpetuar o racismo e todas as suas desigualdades. No próximo tópico destacamos três dos inúmeros processos que exemplificam a expressão do racismo no Brasil: a miscigenação, o mito de um paraíso racial e o fenômeno da pigmentocracia também chamado de colorismo.

1.2 RACISMO À BRASILEIRA: MISCIGENAÇÃO, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A PIGMENTOCRACIA

A miscigenação racial presente em nossa sociedade exerce diferentes usos políticos e ideológicos, conforme afirma Munanga (2019). Para o autor, é importante notar que a compreensão deste conceito não se limita apenas ao aspecto fenotípico.

Inicialmente, é importante destacar que a miscigenação foi e vem sendo o suporte para o fortalecimento do mito da democracia racial. Enquanto o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial. Esta lógica omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras escravizadas e indígenas (Carneiro, 2023). Por conseguinte, a miscigenação tem se constituído num instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos. Na base está o negro retinto e no topo o homem branco, oferecendo aos intermediários, conhecidos como pardos, o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, a brancura.

O embranquecimento é uma faceta perigosa do racismo, sendo parte de um processo de colonização e eugenia que desejou clarear a população, afastando e alienando indígenas e negros de sua própria cultura (Wedderburn, 2007). E, como mais uma característica do racismo à brasileira, também decorrente da miscigenação, por um lado, e da estrita hierarquia de poder entre brancos e negros, por outro lado (Lima, 2020).

Para Schwarcz (2001), a lógica do embranquecimento partia do pressuposto de que o cruzamento das três raças que habitavam o solo brasileiro (indígenas, negros e brancos) levaria a um aperfeiçoamento da raça, sendo os brancos portugueses a raça purificadora. Porém, esse “experimento” fracassou, tornando o Brasil conhecido como o país da miscigenação, e o resultado do cruzamento, os mestiços, passou a carregar a culpa pelo atraso do país (Gates Júnior; West, 2011). Os autores pontuam que, após a fracassada tentativa de branqueamento do país e do peso atribuído aos mestiços pelo insucesso, uma tentativa de reversão surgiu, colocando-os como orgulho da nação, sendo Gilberto Freyre uma das personalidades mais conhecidas a polarizar a ideia de um paraíso racial.

Em sua obra “Casa Grande e Senzala”, de 1933, explana que a miscigenação ocorrida no solo brasileiro havia criado uma realidade onde as relações sociais eram pautadas pela igualdade entre indivíduos de diferentes cores e etnias. O autor defendia que as diferenças que se apresentam são “apenas” as de classe. Ao se acreditar nessa ideia, o racismo perde seu papel estrutural e estruturante das relações, além de fazer com que o discurso meritocrático encontre

embasamento teórico. O padrão da democracia racial modela, aproximadamente, desde 1930, as relações étnico-raciais no Brasil. Desta forma, o país seria caracterizado pela “ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, pela existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos” (Hasenbalg; Huntington, 1982, p. 84).

Para Lélia González (1984), a ideologia do branqueamento constitui-se como “pano de fundo” daqueles discursos que exaltam o processo de miscigenação como expressão mais acabada da nossa “democracia racial”. Porém, essa “colcha de retalhos” ou “aquarela de cores”, ao contrário do que paira no imaginário social brasileiro, não reflete um paraíso racial, pelo contrário, revela uma infinidade de preconceitos raciais construídos historicamente, que se formaram e se retroalimentaram. Ademais, articulam novas formas de discriminação, perseguindo os mais diversos padrões, onde os corpos negros são hierarquizados conforme o fenótipo que apresentam.

Assim, é fundamental abordar a miscigenação considerando seus impactos sociais, econômicos e sociopolíticos, e não apenas restringir ao cruzamento entre grupos com características físicas distintas. Essas diferenciações vêm funcionando, com eficácia, como elementos de fragmentação da identidade negra e coibindo que esta se transforme em elemento aglutinador no campo político, para reivindicações coletivas por equidade racial, precarizando a vida das populações aqui racializadas (Carneiro, 2015), influenciando os negros brasileiros de uma forma peculiar.

Devido ao imaginário social que sugere uma suposta maior aceitação dos mais claros em comparação aos mais escuros, o que parece ser o principal motivo da variedade de termos que as pessoas negras ou de descendência miscigenada utilizam para se descreverem racialmente, como: moreno, moreno claro, moreno-jambo, cabo verde, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo ou simplesmente pardo. As marcas raciais são carregadas pelo mestiço, e exclusivamente por isso ele é visto enquanto miscigenado no Brasil.

Daflon e Carvalhaes (2017) fomentam esta discussão quando afirmam que o mestiço é sempre um indivíduo com a marca racial evidente, racializado, seja este atributo a cor da pele ou cabelo e, desta forma, argumenta-se que sua negritude e traços são reconhecidos. Contudo, essa racialização não se traduz em um reconhecimento pleno de sua negritude; ao contrário, seus traços são frequentemente invisibilizados, apagados em um contexto que privilegia narrativas homogêneas e que não reconhecem a pluralidade da sua identidade, numa dualidade da presença e da ausência.

Esses traços, historicamente específicos do discurso racial brasileiro, que negam a pertença racial aos indivíduos negros com base na avaliação dos tons de pele, também foram

orquestrados para dividir e segregar a comunidade negra, ainda que continuem a racializá-la. Ainda que sua estética esteja mais próxima da norma (o branco), e que, portanto, sejam mais aceitos em espaços majoritariamente brancos, esta aceitação é frágil, temporária, não garantindo aos pardos uma inclusão real ou a valorização da identidade negra em sua totalidade (Bispo, 2020).

Devido ao imaginário social que sugere, supostamente, um equilíbrio harmonioso entre povos e culturas diversas, o Brasil funcionaria como uma espécie de “laboratório da Civilização” (Bildén, 1929 *apud* Guimarães, 2019), uma nação onde a diversidade das “raças” convive harmonicamente entre si. A partir disso, foi se construindo uma visão no Brasil de que aqui não existiria discriminação racial. Diferentemente de outros países que institucionalizaram abertamente leis segregacionistas como nos Estados Unidos e África do Sul, em tese, o Brasil rejeita práticas discriminatórias.

Para Cida Bento (2002), a ausência de formas legais de contestação no seio das relações raciais levou a sociedade brasileira a uma naturalização das desigualdades entre negros e brancos e à manutenção de práticas racistas. Todo o processo de marginalização e discriminação do povo negro no pós-abolição, sem medidas de reparação e de inclusão que permitissem àquelas pessoas condições dignas de vida e trabalho, dificultaram o reconhecimento da cidadania aos negros, impossibilitando a ideia de uma democracia racial.

Todavia, paralelamente a esses movimentos de um país democraticamente sociável, na tentativa de esconder o racismo sistêmico da época, e como mais uma característica do racismo no Brasil, observamos um fenômeno que produz uma hierarquização na negritude. Com base no tom de pele, ele serve apenas à construção da branquitude como ideal social, como padrão (Bento, 2002; Kilomba, 2019), a chamada pigmentocracia ou colorismo. O colorismo ou pigmentocracia consiste num mecanismo discriminatório tendo como base a cor da pele e nos diz que quanto mais escura ela for, maior serão as chances de haver uma discriminação ou exclusão deste corpo. Isso define de uma maneira muito elaborada como uma pessoa negra será tratada frente à tonalidade da sua pele. Independentemente de sua origem étnica, seu tom de pele será a base de como ela será vista na sociedade (Devulsky, 2021).

Como mais uma faceta da discriminação racial, o colorismo é utilizado como mecanismo de classificação dos indivíduos apenas pela cor da sua pele e fenótipos. Compreender esta ideologia contribui para o entendimento do fenômeno do racismo, pois assim como ele, a pigmentocracia também se apresenta como um conceito, prática e categoria, mas sobretudo uma ideologia na qual os corpos negros são hierarquizados. Com uma tarefa bem definida de opor pessoas da mesma raça, umas contra as outras, o colorismo permite que

pessoas negras se estranhem por conta de suas diferenças fenotípicas. Superar esta dicotomia, para Devulsky (2021), pode (e deve) fortalecer a luta antirracista, sobretudo no Brasil, onde o fenômeno é ainda pouco compreendido e alvo constante de polêmicas.

Com inúmeras nuances na forma como se desenvolve, o colorismo é um fenômeno ligado à questão da miscigenação racial e se faz presente no processo de embranquecimento e segregação de negros e negras no Brasil, fomentando o branqueamento e a negação da identidade baseada na negritude (Nogueira, 2007). Ele surge como um processo de identidade racial e política, que imprime aos indivíduos um padrão predefinido, baseando-se numa discriminação pela cor da pele, muito comum em países que sofreram uma colonização europeia, a exemplo do Brasil, assim como em países pós-escravocratas (Devulsky, 2021).

Para a psicologia social, o estudo do colorismo compreenderá como as normas sociais e os valores culturais influenciam as atitudes e percepções relacionadas à cor da pele, e como essas atitudes podem impactar a identidade e a autoestima das pessoas negras. Isso influencia diretamente a formação da identidade racial, ao mesmo tempo que promove a construção de estereótipos e molda as dinâmicas sociais em um grupo racial (Jost; Banaji, 1994). O colorismo refere-se à discriminação e à valorização de indivíduos com base em diferentes variações de pele dentro do mesmo grupo racial. No caso de pessoas negras, quanto menos pigmentada uma pessoa for, mais “passibilidade” ela terá.

A passibilidade se apresenta como o conceito de *passing* em inglês, ou *çaiisser- passer*, no francês. Este refere-se ao fato de que alguns corpos negros que possuem uma pele clara podem ser confundidos e associados a pessoas brancas em alguns espaços sociais. Vale destacar que o termo *passing* faz referência à capacidade de se fazer passar por branco que, nesse contexto, tem a ver com a maior ou menor possibilidade de “disfarçar” as raízes ancestrais. Colorismo enquanto conceito, portanto, é uma produção de um sistema birracial (negro-branco) em que ancestralidade é sinônimo de pertença racial.

Embora a passibilidade seja um aspecto do colorismo, pode haver uma conexão com o racismo no sentido de que ambos se baseiam num sistema de uma hierarquia racial, com base nas normas sociais. A ideologia da passibilidade foca na forma como a cor da pele e outros traços físicos podem influenciar a percepção de pertencimento a um grupo racial privilegiado, podendo contribuir para a compreensão do racismo ao destacar como a discriminação não é unicamente baseada em características genéticas, mas também em percepções subjetivas e culturais circundantes (Devulsky, 2021).

O conceito de passibilidade pode revelar ainda uma hierarquia interna num grupo racial, onde alguns indivíduos são valorizados e privilegiados por conta de sua aparência mais próxima

do ideal branco predominante, enquanto outros podem enfrentar opressão e preconceito devido a características físicas desviantes desse padrão. Embora esta ideologia possa ser observada em várias partes do mundo, especialmente em sociedades com histórico de colonização e hierarquias raciais, sua manifestação pode variar conforme o contexto cultural e social.

No caso do Brasil, esta ideologia é particularmente relevante devido à história do país, marcada pela escravidão, como também pela construção de uma hierarquia racial e pela miscigenação. Segundo os estudiosos, essa herança vem do colonialismo e pós-colonialismo, que, invariavelmente, ditam as normas e padrões sociais no Brasil.

A condição de ser negro é percebida desde muito cedo, considerando que “difícilmente é possível astutamente fugir ou esconder sua cor de pele, de destruir os muros compostos de melanina, de escolher sua identidade ao seu alvedrio, segundo o momento, o local e os outros” (Ndiaye, 2008, p. 114).

Destacando que o Brasil é uma nação que produz e reproduz os efeitos da mestiçagem e, ainda que tenha sido amplamente discutida com o intuito de desmistificar a falácia de uma democracia racial (Munanga, 2019; Nascimento, 2016), ainda gera uma lacuna entre a população negra pela fragmentação da identidade coletiva dos negros e, em contrapartida, mantém os sistemas de poder que privilegiam a branquitude intactos. Outro importante destaque para o fenômeno do embranquecimento e do colorismo no Brasil é que, como todas as outras formas de violência racial, ele incide de maneira mais persistente sobre mulheres negras do que sobre homens negros.

Para a filósofa Sueli Carneiro (2004), o colorismo exerce uma influência significativamente mais intensa sobre as mulheres, evidenciando um aumento no questionamento e escrutínio da legitimidade da sua identidade. Essa realidade aponta para a complexidade das experiências das mulheres em relação à sua cor de pele, revelando as injustiças e desigualdades presentes em uma sociedade marcada por preconceitos raciais. Ela alerta que este debate tende a acontecer com base em problemas de disputa no mercado afetivo. O que confirma que o gênero precisa ser ponderado nesta discussão (Rodrigues, 2020), fornecendo outro indicativo da importância de estudos sobre a negritude focado em mulheres e os efeitos disso na sua identidade.

Dentro dessa perspectiva, a herança desse processo se traduz em vidas negras limitadas por papéis injustos e desiguais. Características, habilidades e estéticas são impostas de fora para dentro, gerando isolamento e restrição para a diversidade de experiências negras no Brasil. Essa situação dificulta a organização e mobilização da comunidade negra, tendo a formação de sua identidade coletiva enfraquecida, perpetuando a estratégia da elite branca de dividir pretos e

mestiços, alienando o processo de identificação de ambos (Devulsky, 2021).

Entende-se que os mitos de um país democrático racialmente legitimam práticas racistas, fomentando o branqueamento e a negação da identidade baseada na negritude. Este cenário evidencia o desafio de uma maior articulação e continuidade das formas de análise e estudos sobre o racismo no Brasil, assim como a importância de compreender as consequências do racismo. Neste caso, na identidade étnica, infância e adolescência de meninas negras, além de suas implicações para a nossa sociedade.

1.3 CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NEGRA

As estruturas racistas que ainda se perpetuam na sociedade brasileira tendem a afetar pessoas negras de diferentes formas e em diferentes ciclos, especialmente, nas esferas psicológica, social e econômica. Para Nunes e Camino (2011), a ideologia do racismo se constitui em um problema social, que deve ser debatido na busca de soluções. Como uma grave forma de violência, ele aplica parâmetros desiguais na análise dos grupos, desencadeando a exclusão social e a discriminação racial de toda a comunidade negra, incluindo crianças e adolescentes.

Para Eurico (2020), a vulnerabilidade social e as consequências do racismo afetam a infância e adolescência negra. A autora pontua que negligência, abandono, situações de violência e discriminação podem ser identificadas como estressores que acometem crianças e adolescentes vítimas de racismo. Em uma pesquisa conduzida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 2010, é possível notar o impacto do racismo associado à pobreza, especialmente no que diz respeito às crianças e adolescentes negros (Unicef, 2010). Destaca-se que 26 milhões de crianças e adolescentes no Brasil vivem em situação de pobreza. No que se refere à cor, 45,6%, ou seja, 17 milhões, do total de crianças e adolescentes do país, são negros. Entre as crianças brancas, a pobreza atinge 32,9%; e entre as crianças negras, 56%. A iniquidade racial entre crianças continua mantendo-se nos mesmos patamares: uma criança negra tem 70% mais risco de ser pobre do que uma criança branca (Unicef, 2010).

É reconhecido que essa realidade limita as potencialidades e causa impactos psicológicos significativos nas crianças e adolescentes, podendo resultar em consequências negativas para a saúde, tanto a curto quanto a longo prazo, afetando sua autoestima e interações sociais. A adolescência é uma fase crucial em que muitos aspectos de nossa identidade social são moldados, embora a identidade continue a ser redefinida ao longo de outras etapas do desenvolvimento humano (Oliveira, 2004).

A adolescência não se destaca apenas pelas mudanças biofisiológicas, mas também pelo aumento dos conflitos psicossociais, sobretudo entre diferentes gerações, tornando-se uma das etapas mais significativas na formação da identidade. Nesse período, os jovens lidam intensamente com questões sobre sua própria identidade, buscando definir quem são, o que os leva a ampliar seu convívio com diversos grupos e a se comparar socialmente (Piza, 2005). Portanto, as experiências contextuais vividas nessa fase, como na família e na escola, são de vital importância para moldar respostas a esses questionamentos.

Estudiosos afirmam que, na adolescência e juventude, as identidades sociais tornam-se particularmente mais salientes (França, 2023; Phinney, 1990), à medida que os jovens estão aprendendo mais sobre si, além de perceber as características que os tornam pertencentes a alguns grupos e diferentes de outros. Desta forma, o racismo vivenciado durante a adolescência afeta a autoimagem do indivíduo, bem como sua percepção da identidade racial negativamente, resultando em baixa autoestima e sentimentos de inferioridade em relação aos outros, levando muitas vezes a comportamentos de isolamento (Oliveira *et al.* 2021). Estas consequências, possivelmente causadas pelo racismo na adolescência, tendem a impactar a saúde física e mental, o comportamento destes grupos, além da aprendizagem.

No ano letivo de 2013/2014, o Departamento de Educação dos EUA informou que 2,8 milhões (6%) de alunos do ensino fundamental e médio receberam uma ou mais suspensões escolares e, desses suspensos, 1,1 milhão (39%) eram estudantes negros (APA, 2008), sendo a população afro-americana de 13%. A desproporcionalidade racial no uso de práticas disciplinares excludentes é relatado em diversos estudos (Anyon *et al.*, 2014; Mendez; Knoff; Ferron, 2002; Skiba; Peterson; Williams, 1997; Skiba *et al.*, 2014).

Contudo, para Losen e Skiba (2010), as disparidades agravaram-se ao longo do tempo. Os autores relataram que as taxas de suspensão para estudantes negros aumentaram de 6,0% em 1973 para 15,0% em 2006. Em contraste, as taxas de suspensão para estudantes brancos no mesmo período aumentaram de 3,1% para 4,8%. As sanções desproporcionais a estudantes negros devem ser consideradas altamente graves, dados os fatores de risco cumulativos que levam ao futuro fracasso acadêmico e profissional deste grupo (Losen; Skiba, 2010).

Como argumenta Rosemberg (2000), crianças negras ingressam mais tarde na escola do que as crianças brancas e apresentam dificuldades nos estudos elementares, assim como uma queda sistemática no desempenho escolar na educação básica. Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que observa a evolução dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no período de 1995 a 2001, mostra que a média obtida pelos alunos brancos da 4ª série do ensino

fundamental em Língua Portuguesa, em 1995, era de 193,4 enquanto dos alunos negros era 173,8. Naquele ano, a diferença era de 19,6 pontos na escala que vai de 125 a 425. Já em 2001, a média entre os brancos foi de 174 e a dos negros de 147,9, uma diferença de 26,1 pontos.

Estes dados evidenciam o quanto o espaço escolar, o qual deveria enfrentar questões relacionadas à tolerância, muitas vezes ocorrem situações de preconceito racial (França *et al.* 2019; Máximo *et al.* 2012). Conforme mostrado numa revisão da literatura de Carvalho e França (2019), no Brasil, poucas são as ações de combate ao racismo nas escolas. As autoras concluem que dado o grave impacto do fenômeno num processo tão importante na vida de crianças, adolescentes e jovens, há uma necessidade urgente de intervenções que visem a redução do racismo nas escolas.

Cavalleiro (1999) verificou que as interações entre professores e alunos negros e brancos eram qualitativamente diferentes, sendo os alunos brancos privilegiados pelos professores em níveis de atenção e afeto, enquanto as crianças negras eram rejeitadas. Em um estudo semelhante, França (2017) analisou que a atribuição de notas também tende a ser diferente, sendo os alunos brancos mais bem avaliados do que os alunos negros. Para investigar o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras, a autora realizou um estudo com 109 alunos de uma escola de formação de professores. Os participantes avaliaram uma redação e, em seguida, responderam a um questionário sobre os critérios de avaliação utilizados. O estudo analisou como a cor da pele da criança que escreveu a redação (manipulada por meio de duas fotografias — uma criança branca e uma negra) influenciou a discriminação em relação à cor da pele, medida pela nota atribuída à redação. Os resultados revelaram a presença de discriminação em relação à criança negra, tanto na nota atribuída quanto nos critérios de avaliação da redação, independentemente da cor da pele e da idade do professor.

Este é um debate essencial para compreender o impacto do racismo entre crianças e adolescentes negras, ampliando a compreensão das diversas maneiras pelas quais essa discriminação pode afetar suas vidas, incluindo sua identidade, saúde, desempenho escolar e acadêmico. Além de análises mais profundas sobre como o racismo prejudica o desempenho escolar desses jovens e para além, como o estresse resultante da discriminação pode impactar sua concentração, motivação e sucesso educacional. Investigar como adultos, professores e figuras de autoridade perpetuam estereótipos e discriminações em relação aos jovens negros é crucial para um maior entendimento de como essas percepções influenciam as oportunidades e experiências desses jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise de como o racismo enquanto fenômeno social se expressa na sociedade brasileira, o presente capítulo explorou os conceitos do racismo, delimitando particularidades sobre sua natureza sistêmica e suas implicações nas diferentes camadas sociais, quanto ao perfil dos indivíduos negros ou grupos submetidos à discriminação racial. Além disso, evidências foram levantadas da relação entre os impactos do racismo sofrido durante a adolescência a partir dos estudos sobre o tema, cujas relações, ainda hoje, são afetadas diretamente pelas consequências do racismo e da discriminação, que se estruturam desde o período colonial no Brasil.

Todos esses aspectos colaboram para construir, ao mesmo tempo que refletem, uma cultura racista que prevê espaços sociais específicos e limitados para os negros. No decorrer deste capítulo, foi possível traçar reflexões sobre como o racismo se expressa, além de como afeta as práticas e relações humanas, sobretudo, quando se pensa na identidade negra. Foi possível também constatar através dos estudos apresentados, que ainda há um longo caminho a ser percorrido para o racismo ser superado.

Primeiro porque a sociedade segue operando e perpetuando a lógica discriminatória, ou seja, hierarquizando grupos por meio de processos de exclusão. Processos estes que ocorrem em todos os níveis sociais, inclusive nas instituições que privilegiam a ascensão do grupo dos brancos em detrimento de outros, com destaque para o dos negros. Segundo, pela constante negação do racismo e o mito de uma democracia racial, o que faz com que os atores sociais não o reconheçam e, portanto, não desenvolvam estratégias de combate e enfrentamento. A hierarquia racial persistente no país perpétua a marginalização de indivíduos negros, limitando suas oportunidades de crescimento e igualdade.

Após esta discussão, concluímos que todas essas situações culminam em um silenciamento da negritude. Tais consequências acompanham a vida da pessoa negra e a sua inserção na sociedade como um sujeito que tem a maioria dos seus direitos negados. Motivados pelos aspectos limitadores que o racismo pode gerar, estes estudos analisam as mais variadas formas e contextos e as suas consequências na identidade de jovens, especificamente, de adolescentes negras.

Mediante a breve revisão aqui realizada e à luz dos objetivos pretendidos, acredita-se que a psicologia social, através dos estudos sobre o racismo, pode fornecer indicativos para uma compreensão de suas formas de ação e como o fenômeno se perpetua na sociedade brasileira. Interligando aspectos objetivos da realidade social, como a discriminação e desigualdade de

peças negras, a exposição dos processos de identificação e enfrentamento da “raça”. Além disso, os achados oriundos das pesquisas sobre o racismo demonstram haver uma distribuição desigual das experiências conforme a raça, principalmente quando elas se associam a situações de discriminação, cujos efeitos danosos parecem configurá-las como determinantes para a identidade negra.

É pertinente ressaltar a carência de estudos relacionados aos efeitos do racismo em âmbito nacional, sobretudo ao público adolescente. Como base teórica para a escrita deste capítulo, embora se tenha buscado artigos científicos em bases de dados confiáveis de periódicos produzidos no Brasil (*Pepsic, Scielo e Periódico Capes*), foram poucas as pesquisas encontradas que objetivaram investigar a influência da discriminação racial na identidade racial e autoestima de adolescentes e mulheres negras.

Assim, ocorre que, a despeito de se conhecer a relevância da interface entre a discriminação e seus efeitos sobre jovens negras, ainda são poucos os estudos conduzidos nacionalmente, sendo necessários investimentos teóricos e empíricos para que se possa melhor esclarecer. Por exemplo, a caracterização das ações discriminatórias, estereotípicas e dos modos de enfrentamento mais utilizados pelos indivíduos diante de situações de racismo. Tais investigações podem subsidiar ações voltadas para o manejo destes efeitos negativos sobre a identidade, autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras, como também favorecer ao planejamento de intervenções para o combate à discriminação racial.

Por fim, as relações entre o racismo e suas formas de expressão na sociedade, enquanto um fenômeno social, exibem coerência enquanto objetos de estudo da psicologia social. Quando inseridos em uma sociedade mascarada pela igualdade retórica, grupos minoritários são alvo de constantes agressões cotidianas que minam desde a sua identidade e pertença racial, ao autoconceito, sustentando o hiato entre o discurso democrático igualitário brasileiro e a realidade social vivida por pessoas negras. Espera-se que essa revisão seja uma contribuição para o desenvolvimento de estudos sobre a discriminação e o racismo, sobretudo, na influência que estes fenômenos exercem sobre a identidade étnico-racial de meninas negras, assim como sobre sua autoimagem e autoestima. A esse respeito, discorreremos com mais profundidade no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: OS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO NA IDENTIDADE RACIAL DE MULHERES E MENINAS NEGRAS

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo aprofundar as discussões sobre o ser negra no Brasil, a partir de uma análise das identidades e seus processos, assim como das relações raciais que tendem a colocar o corpo negro numa condição desigual e discriminatória. O capítulo também aborda os efeitos da discriminação na identidade étnico-racial de mulheres e meninas negras e como só é possível conceber a ideia de relações étnico-raciais quando compreendemos haver uma estrutura sexista e patriarcal, a qual cria e, ao mesmo tempo, se alimenta pela ideologia do racismo. Neste sentido, faz-se necessário o questionamento das consequências da discriminação cotidiana para mulheres e meninas negras, além das marcas profundas de construções de desigualdades conforme a manutenção da organização social vigente. Isso se deu e se atualiza por meio de um processo que é histórico, mas segue ganhando novas configurações, dialogando com a indústria cultural e suas novas formas de reprodução e efeitos, interferindo significativamente na autoestima e autoimagem corporal de mulheres negras e explicita a relação dos padrões de beleza imposto por esta indústria através da mídia e das redes sociais.

Palavras-chave: discriminação; identidade étnico-racial; autoestima; autoimagem corporal.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o que é ser negra no Brasil abre uma série de oportunidades para uma análise das identidades e seus processos na sociedade brasileira. O lugar social que cada uma de nós ocupa no tempo e espaço é determinado por nossas identidades — sendo estas interseccionadas, ou seja, a junção de experiências partindo de um processo fluido, devido à sua constante evolução, e alimentado pelas diferentes experiências ao longo da vida. Assim, esta não é mais vista como pré-determinada e inalterável, como antes pensado na pré-modernidade (Hall, 1997).

As relações étnico-raciais são constituídas por uma gama de sentimentos, crenças e ações em uma sociedade racializada. Ou seja, só é possível conceber a ideia de relações étnico-raciais quando compreendemos haver uma estrutura racista, a qual cria e, ao mesmo tempo, é alimentada pela ideologia do racismo. Isso se deu e se atualiza por meio de um processo que é histórico, mas segue ganhando novas configurações. Assim, o estudo que se segue propõe o

seguinte questionamento central: como a discriminação cotidiana afeta a percepção da identidade étnico-racial de mulheres e meninas negras?

De maneira mais abrangente, o termo “identidade” refere-se às características que distinguem um indivíduo de outro, um grupo em relação a outros grupos, ou ainda uma civilização de outra. Além disso, a identidade abrange a maneira como a condição humana se forma no contexto dialógico entre unidade e diversidade. Ela é um elemento essencial que permeia a sociedade, moldando os indivíduos e seus comportamentos desde o momento em que estabelecem contato com o mundo, especialmente no que diz respeito à cultura humana (Martinazzo, 2010).

Para a psicologia social, no processo de formação da identidade, as ideias de Henri Tajfel se destacam no âmbito da Teoria da Identidade Social. Para ele, a identidade social é a “parcela do autoconceito do indivíduo que deriva do seu conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e o valor associado a essa pertença” (Tajfel, 1981, p. 290).

A identidade social diz respeito à autodefinição com base nos grupos aos quais os indivíduos pertencem (Camino *et al.*, 2013). Ela consiste num fenômeno de pertencimento grupal, onde a maior identificação com um grupo leva à incorporação do senso de “fazer parte” ao autoconceito do indivíduo com o valor e o significado emocional dessa pertença. Tajfel (1981) ainda defende que, por mais que seja complexa a visão de si próprio em relação ao mundo, certos aspectos dessa visão constituem uma importante contribuição de sua pertença aos grupos sociais.

A identidade social resulta na sua unidade e no processo de identificação e distinção pelo qual cada indivíduo visa fundar sua coesão e marcar sua posição em relação a outros grupos. Procede à sua compatibilidade com os interesses sociais, pessoais ou coletivos, de maneira que exista uma totalidade, uma unidade de conjunto, ao mesmo tempo, em que ocorra uma diferenciação com outros grupos da mesma categoria. Essa diferenciação se configura através das relações estabelecidas com os demais grupos, tanto nos vínculos positivos quanto nos negativos, nas relações de pertença ou exclusão no interior de uma determinada sociedade e, portanto, nas relações sociais (Martín-Baró, 1989).

2.1 A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Com base na teoria da identidade social de Tajfel (1981), no processo de desenvolvimento da identidade social, os indivíduos passam a notar que existem pessoas que

pertencem a um mesmo grupo social que eles, bem como que existem grupos sociais aos quais eles não pertencem. Dessa forma, ela se constitui por meio da comparação e da percepção de diferença entre os grupos. Ter consciência sobre o seu pertencimento a determinados grupos é um processo importante para a formação da identidade social do indivíduo, uma vez que somos identificados na sociedade por meio dos nossos pertencimentos, e sendo esse aspecto regulador do funcionamento psicossocial do indivíduo.

Na perspectiva da teoria da identidade social, os indivíduos seriam movidos a alcançar uma percepção mais positiva do próprio grupo, contribuindo, assim, para a obtenção de uma autoimagem positiva. Ou seja, os indivíduos buscam diferenciar seu grupo dos outros grupos positivamente por meio da comparação social (Nós vs. Eles). Quanto maior o sentimento de pertença a um grupo social, maior a tendência de diferenciar seu grupo (endogrupo) dos outros grupos (exogrupo) (Camino *et al.*, 2013). Assim, Tajfel (1981) concebe que, na construção da identidade social, o significado emocional e avaliativo resultante do pertencimento grupal deriva no favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo. Em parte, este processo é visto como facilitador de conflitos intergrupais (Fernandes; Pereira, 2018).

De modo que, esta orientação teórica defende ampliar esses achados, colocando a identidade social no centro do processo inerente às relações intergrupais e conflitos intergrupais. Inicia-se, então, uma longa jornada de investigações que se tornaram um marco no estudo do preconceito e discriminação através dos pressupostos da teoria da identidade social (Jenkins, 2014).

A identidade étnico-racial é parte da identidade social e tem sua origem na percepção dos indivíduos, tanto do próprio quanto dos outros, de compartilhar semelhanças com um grupo particular. Baseando-se na percepção e senso de pertencimento de uma pessoa a um grupo, a identidade étnico-racial resulta da comparação social do seu grupo de pertencimento com os diversos grupos que compõem o espaço social e da categorização racial.

Os atravessamentos de múltiplas identidades de um indivíduo juntamente ao significado pessoal de pertencer a um grupo racial em relação a suas experiências, sua comunidade e os estereótipos sociais (Hughes; Watford; Toro, 2016), fazem da identidade étnico-racial um conjunto de características culturais, de língua, religião, costumes, tradições e sentimento de pertença partilhada por um povo ou grupo (Hall, 1997). Na psicologia social, a identidade étnico-racial é analisada mediante indicadores como a consciência de pertencimento a um grupo racializado e a autoidentificação. Este processo está ligado à comparação de semelhanças e diferenças que uma pessoa faz entre si e os membros tanto de grupos aos quais pertence quanto aos que não pertence (Ricoeur, 1991), e avaliação emocional de pertença (França; Monteiro,

2002).

Para tanto, a identidade racial pode ser definida como um aspecto dinâmico, que sofre alterações ao longo da vida, sendo composta por várias dimensões (Phinney, 2003 *apud* Trimble; Fisher, 2005; Phinney; Ong, 2007). Nos últimos anos, muitas são as investigações dedicadas ao estudo da identidade racial, devendo-se esse crescente interesse, sobretudo, à relação existente entre este constructo e o bem-estar dos membros das minorias étnicas (Phinney, 1990).

A ideia de minorias étnicas ou grupos minoritários são debatidos enquanto um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, o dominante. Esses grupos geralmente possuem traços culturais ou físicos específicos desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria/dominante, gerando um processo de exclusão e discriminação. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório, dando início às relações de dominação, segundo Chaves (1971). Para o autor, uma relação de dominação pode ser estabelecida de diversos modos — relações de dominação de gênero, de classe, de raça, entre outras. Elas também podem ser o somatório de todos esses tipos de relações (as intersecções), porém o resultado de qualquer uma delas é o agravamento do processo de exclusão social por pertencerem a determinada classe social, por serem de determinada raça, pelo seu gênero, etnia, religião ou sexualidade (Chaves, 1971).

O processo de exclusão abarca a pessoa que exclui e a que é excluída, ou a pessoa que discrimina e aquela que é discriminada. Moscovici (2000) salienta que a maioria é definida em termos de minorias e minorias em termos de maioria; eles são termos mutuamente interdependentes. Aqui, o conceito das minorias sociais não é numérico, sendo definidos pelos termos de relações de poder. O termo maioria para referir-se a qualquer grupo de pessoas que controle a maioria de recursos econômicos, de *status* e de poder.

Para o sociólogo Mendes Chaves (1971), um exemplo usual é a África do Sul, onde uma impressionante minoria quantitativa branca dominou e subjugou a maioria negra, impondo-lhe a política do *apartheid*. Este foi um regime estabelecido na África do Sul entre os anos de 1948 e 1994, que se baseava na segregação racial dos negros desse país e na manutenção de uma série de leis que colocavam a população branca em uma situação privilegiada. Nesse caso, sociologicamente, a “minorias” são os negros, enquanto a maioria são os brancos.

No Brasil, podemos citar como exemplos de minorias mais conhecidas a comunidade LGBTQIAP+, as mulheres, indígenas, pessoas com deficiência e a população negra, foco de estudo desta pesquisa. É considerada uma minoria por ser negligenciada no acesso às políticas

públicas, aos cargos públicos, aos espaços de decisão, à saúde, à educação e à moradia. Lélia González (1988) mobilizou este conceito, de que a população negra é uma “maioria minorizada”. Ela utilizava disso para explicitar a ação sofrida pela população negra ao ser transformada em minoria social, mas afirmando, em primeira ordem, que se trata de uma maioria, apontando para um suposto padrão como elemento gerador de invisibilidade e estereotipia.

Rifiotis (2014), por sua vez, parece compreender as minorias como grupos que poderiam, em circunstâncias específicas, arriscar perder a própria identidade por serem vitimizados por processos de controle e homogeneização, gerando para além da marginalização e discriminação ao corpo negro, um conflito psicológico e identitário. Segundo Fernandes e Souza (2016), a identidade é construída a partir do diálogo e da interação com o outro. Porém, o pertencimento a um grupo étnico-racial marginalizado dificulta tal interação, visto que o mesmo coloca negros e brancos em lugares opostos.

Nas ciências sociais, o conceito da identidade étnica é crucial para o bom funcionamento e o bem-estar psicológico de membros de grupos étnicos (Gurin, 1975). Hall (2013) afirma que a identidade é definida pela diferença que, segundo ele, é produzida nas relações de poder onde um grupo, o dominante, privilegiadamente, hierarquiza os demais grupos como diferentes, indesejados e inferiores. Para Phinney (2013), é nesse sentido que a identidade étnico-racial do povo negro se perpetua e, embora não determine a construção e percepção da identidade, carrega o olhar do próprio grupo étnico-racial e dos demais grupos.

A identidade negra, diferentemente da constituição de outras identidades, está pautada em um sistema desigual (Munanga, 2012). Carone e Bento (2007) discutem esse lugar. Segundo as autoras, o corpo negro ocupa, na sociedade brasileira, um lugar de isolamento e invisibilidade, gerando baixa autoestima e adoecimento mental para o grupo. Elas argumentam que a invisibilidade do corpo negro na sociedade brasileira é um reflexo das estruturas racistas que moldam o país.

Essa invisibilidade não significa apenas ausência física, mas uma negação simbólica e cultural que desvaloriza e marginaliza a presença negra. Esse lugar de invisibilidade e negação simbólica e cultural desvaloriza e marginaliza a presença negra. Na mídia, nos espaços públicos e nas relações sociais, o corpo negro é frequentemente ignorado ou representado estereotipadamente, o que contribui para um sentimento de isolamento.

Essa exclusão sistêmica reforça a ideia de que corpos negros não pertencem ou não são aptos para o reconhecimento. Além disso, a ideia de superioridade foi criada e mantida pelos brancos da elite do país durante muito tempo, o que originou a ideia de padrão e de referência.

Conforme a construção histórica e social discutida no capítulo anterior, onde o branco foi colocado como modelo, alvo de desejo entre negros e mestiços no Brasil. A apreciação e enaltecimento dos atributos físicos e dos padrões de “beleza” branca é um indicador de quais grupos sociais e indivíduos são considerados os ocupantes naturais dos lugares de privilégio e poder (Almeida, 2019).

Este movimento tende a gerar um fortalecimento da autoestima dos brancos, enquanto para o corpo negro resta o adoecimento, fortalecendo um sentimento de culpa já presente no comportamento de pessoas pretas e pardas no Brasil, que acontece pelo resultado da busca de um padrão identitário inalcançável.

Os brancos são vistos como a norma. Neuza Santos Souza, em *Tornar-se Negro* (2021), afirma que “a brancura permanece branca”, não havendo nada que macule esse movimento que, “a ferro e fogo”, foi cravado na consciência do povo negro, assim como na sociedade brasileira, sendo sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral e sabedoria científica. O que é belo é branco, assim como o que é bom, justo e verdadeiro. A autora destaca que o branco se autointitula e se vê como o único representante genuíno do progresso e do desenvolvimento humano, simbolizando a cultura, a civilização e, em última análise, a própria essência da humanidade (Souza, 2021, p. 28).

E esse é o privilégio do grupo dominante: ocupar lugares de destaque, ser bem representado pela indústria cultural, deter a beleza e os símbolos de poder, possuindo condições financeiras melhores, enquanto ao corpo negro cabe o lugar de desvalorização, em condições financeiras e sociais inferiores, visto como incapaz, subalterno e exposto a discriminações constantes (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

O homem negro é discriminado e excluído, malandro ou ladrão; a mulher negra é vista como a “gostosa” do samba ou a empregada (Ribeiro, 2018), objeto de consumo sexual, ora impercebível, ora hipersexualizada. Esses estereótipos criados ao longo do tempo acarretam uma gama de sofrimentos psíquicos e danos psicológicos decorrentes da discriminação. As mulheres negras, em sua maioria, estão situadas nos mais baixos patamares de renda, evidenciando uma possível relação entre “raça” na distribuição da riqueza (Lopes, 2005).

Os indicadores de saúde da população revelam que as mulheres negras enfrentam uma taxa de mortalidade significativamente mais alta e são vítimas de agressões físicas durante a gravidez em uma proporção duas vezes maior que outras mulheres (Curi; Ribeiro; Marra, 2020). Dados do Ministério da Saúde apontam que o índice de suicídio entre os jovens negros é relativamente maior comparado aos jovens brancos, uma diferença de 45% (Brasil, 2018). Isso porque pessoas negras estão mais suscetíveis e vulneráveis ao sistema estrutural de

desigualdade.

Conforme o relatório, as principais causas de suicídio entre jovens negros são: sentimento de inferioridade (a partir da ótica da construção da identidade negra), sentimento de não pertencimento (o que se entrelaça com a busca do padrão identitário branco), solidão, rejeição, maus-tratos, isolamento social e violência. Neste cenário inóspito, o corpo negro encontra-se favorável a desenvolver dificuldades de relações interpessoais, desenvolvendo também desde transtornos de comportamentos (Damasceno; Zanello, 2018) à baixa autoestima (Hogg; Abrams; Patel, 1987).

Essa conjuntura demonstra os efeitos da discriminação percebida na identidade negra, reafirmando a situação de maior vulnerabilidade experimentada por eles, assim como seus efeitos sob sua percepção da identidade étnico-racial, identidade esta que perpassa a construção social, histórica e cultural, repleta de densidade, de embates e de diálogos. E neste processo de construção, homens e mulheres negras são envolvidos em um sistema de relações que promovem (em ambientes facilitadores) ou diminuem (em ambientes que discriminam) a expressão da sua subjetividade e negritude.

2.2 A IDENTIDADE DA MULHER E MENINA NEGRA: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO COTIDIANA SOBRE A SUA NEGRITUDE

O racismo e a discriminação são fenômenos que operam na sociedade, mas “escondem seu verdadeiro rosto” e intencionalidade. Seja pela imposição ou influência, residem na essência da discriminação total ou parcial da humanidade do negro (e outros não brancos), constituindo-se como justificativa para sua marginalização e dominação (Hasenbalg, 1979).

O mito da inferioridade negra, presente em séculos de racismo e opressão, perpetua-se de maneira insidiosa através da desvalorização sistemática dos atributos físicos e morais das mulheres negras, criando barreiras significativas que afetam sua identidade e bem-estar. Os efeitos psicológicos e sociais da discriminação racial são profundos e bem documentados, evidenciando como afetam negativamente a autoestima, a autoimagem corporal e o autoconceito dessa população (Bittencourt; Nunes, 2017; Martins; Lima; Santos, 2020; Molina; James, 2016).

Certamente, este cenário destaca a importância de uma abordagem contínua e articulada nos estudos acadêmicos sobre os efeitos da discriminação racial no Brasil, especialmente no contexto da população negra. Como um conceito fundamental para a psicologia, a autoestima se relaciona com construtos psicológicos, sendo um importante indicador da saúde mental e

bem-estar (Sánchez; Barrón, 2003). Definida como o julgamento que o indivíduo faz e mantém sobre si e um sentimento de apreciação ou repulsa que define a autopercepção dos sujeitos. Além de se referir à avaliação que o indivíduo faz de si, como um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo sobre seu próprio valor, competência e adequação, também se reflete em uma atitude positiva ou negativa em relação ao próprio *eu* (Rosenberg, 1965). A autoestima envolve a percepção de autovalor, autoimagem e autoconfiança, sendo influenciada por inúmeros fatores sociais e considerada um princípio relevante na formação da personalidade humana, enquanto um aspecto avaliativo do autoconceito.

No que tange às diferenças de gênero, é sabido que as fontes primárias de autoestima diferem para homens e mulheres (Gentile *et al.*, 2009). Segundo Harter e Leahy (2001), mulheres podem ter índices mais baixos de autoestima. Em um estudo cujo objetivo foi avaliar as diferenças interculturais nos efeitos que a idade e o gênero exercem sobre a autoestima, o resultado mostrou que, geralmente, os homens tendem a apresentar uma maior autoestima que as mulheres e ambos os sexos apresentam aumento gradativo da autoestima a partir do final da adolescência até a idade adulta média (Bleidorn *et al.*, 2016).

O Instituto Kantar do Ibope, em 2021, numa pesquisa aplicada em cinco países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México), que contou com 500 entrevistas online com homens e mulheres maiores de 18 anos em 2021, divulgou que, entre as mulheres, a realidade é oposta à dos homens, pois 20% das entrevistadas sofrem com baixa autoestima. A autoimagem da mulher ainda é consideravelmente mais baixa que a do homem. Conforme a pesquisa, as diferenças negativas identificadas têm forte ligação com como as mulheres ainda são vistas na sociedade contemporânea e somente 38% das mulheres latinas têm autoestima acima da média (Batista, 2021).

Padrões de beleza presentes em diferentes esferas sociais, impostos por um sistema sexista e patriarcal, são fenômenos que tendem a desequilibrar a balança social. Eles limitam as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres desde a adolescência até a vida adulta, implicando em áreas como sucesso ocupacional, relacionamentos interpessoais e até desempenho acadêmico (Trzesniewski; Donnellan; Robins, 2003).

No tocante às diferenças raciais, presume-se um maior comprometimento da autoestima de mulheres negras do que mulheres brancas, frente ao cenário de múltiplas violências as quais as mulheres negras são expostas em razão ao racismo e discriminação (Miranda; Silva, 2015; Taquete; Meirelles, 2013).

Para Bell Hooks (2022), todos os mitos e estereótipos utilizados para caracterizar a mulheridade negra têm origem na mitologia negativa anti-mulher, conceito que se refere a um

conjunto de narrativas e estereótipos prejudiciais que perpetuam a desvalorização e a desumanização das mulheres negras. Essa mitologia se manifesta em diversas esferas, incluindo a mídia, a literatura e as interações sociais, promovendo uma visão distorcida que reforça a ideia de inferioridade e manipulação, sendo responsabilizadas pelas suas próprias opressões. A autora destaca que essa construção social não apenas marginaliza as mulheres, mas também perpétua ciclos de violência e discriminação, pois se infiltra na consciência individual e coletiva, moldando comportamentos e expectativas. Além de servir como base para a maioria das investigações sobre a natureza da experiência da mulher negra, fortalece e forja mitos e realidades distorcidas numa tentativa (bem executada) de encobrir a subalternidade e opressão a que estas mulheres estavam (e continuam) sujeitas socialmente.

Em um estudo norte-americano que comparou os efeitos da identificação étnico-racial sobre a autoestima, os resultados apontaram haver um maior nível de autoestima entre jovens negras do que em qualquer outro grupo étnico feminino jovem (Adams, 2010). Uma explicação para este resultado, de acordo com Bachman (2011), é que as famílias afro-americanas se esforçam desde a infância para estimular bons níveis de autoestima em meninas negras, através da socialização racial e ideias positivas sobre a autoimagem, de modo que elas consigam lidar com a discriminação durante a vida.

Educar as crianças sobre normas sociais e psicológicas de serem negras, ensinando-as sobre a sua herança cultural e o significado de pertencimento racial, são formas de proteção à sua identidade, além de prepará-las para lidar com a discriminação cotidiana. Sendo a identidade racial dos pais compreendida como importantes fatores de “raça” e etnia, ela influenciará nos conhecimentos culturais, raciais e étnicos que estes pais vão repassar para os filhos. Pais que veem na “raça” um elemento essencial para a sua identidade e acreditam que a sociedade vê o seu grupo negativamente, tendem a discutir sobre a discriminação de forma mais cotidiana com seus filhos. De forma geral, os pais vão transmitir as habilidades que eles mesmos utilizam para lidar com a discriminação em diferentes situações para seus filhos (França; Silva, 2021).

Corroborando os achados da literatura sobre o efeito negativo da discriminação percebida na autoestima de pessoas negras, Molina e James (2016) apontam que estressores ligados a esta discriminação podem afetar a saúde mental deste grupo, por múltiplas vias, a exemplo de experiências de cunho racista relacionadas a sintomas depressivos em pessoas negras.

Em um estudo recente, Martins, Lima e Santos (2020) afirmaram em sua hipótese que a frequência de microagressões sofridas por mulheres negras iria predizer negativamente a sua

autoestima. Microagressões são definidas como interações onde ocorrem injúrias breves que podem ser verbais, comportamentais ou ambientais; intencionalmente ou não; que comunicam hostilidade, depreciação ou desrespeito contra membros de um grupo oprimido, sendo geralmente percebidos como agressões apenas pelas vítimas (Sue *et al.*, 2007).

Os resultados encontrados apontaram que estar exposto a uma maior frequência de discriminação racial de gênero afeta negativamente a autoestima de mulheres negras. Ainda segundo os autores, compreender essa redução na autoestima em função da maneira como os outros nos veem, como a sociedade enxerga pessoas que pertencem a grupos socialmente marginalizados, tendem a internalizar parcialmente essas opiniões. De forma que apresentam uma autoestima mais baixa do que indivíduos pertencentes a grupos mais valorizados, a exemplo de pessoas brancas.

Essa desvalorização social pode ocorrer de maneiras diversas, desde as microagressões até atitudes racistas. Esta conjunção, marcada pela lógica da dominação, evidencia contundentemente como as condições estruturais desses fenômenos expõem a comunidade negra a diversas formas de opressão e violência. Grupos racializados são formados por condições estruturais e institucionais. A discriminação e o racismo são um complexo e sofisticado sistema que penetra no imaginário social e que a todo momento é reforçado pelo sistema educacional, pela indústria cultural, meios de comunicação, incluindo a mídia e televisão (Almeida, 2019) e atualmente, as redes sociais.

Este debate viabiliza análises de como esta indústria e seus sistemas, por meio dos ideais de beleza, influenciam na construção da autoimagem de mulheres negras. Como também problematiza algumas concepções acerca do que significa ser uma mulher negra na sociedade brasileira e os lugares ocupados por elas, lugares estes já demarcados. Além de suas implicações, desde a percepção das práticas discriminatórias a uma sociedade sexista e patriarcal onde a mulher negra é vítima de opressões que operam interseccionadas.

2.2.1 Lugares demarcados: ser uma mulher negra na sociedade brasileira

Quando inseridos na sociedade, as pessoas se moldam num processo de influenciadores e influenciados. Desta forma, estão em constante modificação, formando a complexidade das relações e interações sociais (Ramos, 2003).

Falar sobre as condições das mulheres negras inquirir a necessidade de um olhar mais estrito sobre determinados aspectos sociais no Brasil. Estas condições negligenciam ou simplesmente rejeitam formas e possibilidades de discussões e estudos aprofundados sobre a

realidade destas mulheres no que tange à sua condição de submissão e subserviência e os seus desdobramentos partindo dos estereótipos racistas, como a invisibilidade, e sexistas, como a hipersexualização. É possível observar um movimento ideológico e intencional na sociedade brasileira de naturalização e silenciamento do lugar social definido para estas mulheres (Santos; Sales, 2018). As repercussões geradas por esses estereótipos ecoam na identidade de mulheres e meninas negras, que enfrentam a discriminação e o racismo, intensificados pelo mito da democracia racial. Mito este, ideologicamente sofisticado, que tende a camuflar as desigualdades na sociedade brasileira, reforçando e legitimando opressões.

A estas mulheres e meninas recai a violência simbólica numa necessidade de desconstruir a base histórica que sustenta a mulher negra num sistema excludente desde a sociedade colonial patriarcal brasileira, sempre presentes na posição do servir. Além disso, é importante considerar como esses papéis foram perpetrados na transição do sistema colonial para o capitalista, e como a herança cultural do lugar subalterno da mulher negra ainda é mantida e propagada nas camadas sociais.

Para González (1984), falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza e tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço por não serem brancas. A autora ainda pontua que é imprescindível compreender a condição histórica da mulher negra para romper com a opressão que ela ainda enfrenta na contemporaneidade, baseada em uma estrutura marcada pela intersecção entre o racismo e o sexismo, base de opressões para estas mulheres.

O sexismo é um sistema de discriminação baseada no gênero, mas é particularmente documentado como afetando mais mulheres e meninas, devido ao sistema machista e patriarcal que produz as desigualdades de gênero (Lips, 1993). O sexismo transcende uma atitude negativa, pois se constitui num processo de exclusão e hierarquização, uma vez que sua categoria social é, muitas vezes, percebida conforme os valores culturais historicamente disseminados.

Segundo Sigmay (2002), o sexismo não é apenas um preconceito, mas sim uma discriminação direcionada ao gênero. Falar sobre sexismo é refletir acerca das atitudes, crenças e comportamentos, bem como das práticas organizacionais, institucionais e culturais que refletem avaliações negativas de indivíduos com base em seu gênero ou ampara a desigualdade nas relações entre homens e mulheres (Swim *et al.*, 1995), e pode se apresentar de duas maneiras: uma delas é o sexismo institucional, que se associa às práticas de exclusão promovidas por entidades, organizações e comunidades que impõem às mulheres certas barreiras, impedindo-lhes assim de ter as mesmas oportunidades que os homens em situações

de trabalho e política (Ferreira, 2004).

Já o sexismo interpessoal relaciona-se às atitudes e condutas negativas que os homens dirigem às mulheres nas relações interpessoais. Em síntese, a sociedade dotou o homem com um poder estrutural que lhe concedeu a primazia de grupo dominante, referindo-se à superioridade masculina e à inferioridade feminina (Ferreira, 2004).

Estabelecendo um paralelo entre o racismo e o sexismo, se o racismo justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre a outra, o sexismo justifica e pressupõe a supremacia de um sexo sobre o outro. Logo, tais formas de preconceito não são fenômenos exclusivos mutuamente. E juntos, eles compreendem sistemas sociais intimamente prejudiciais, distintos e emaranhados de dominação e privilégio em benefício próprio que estruturam a incorporação das desigualdades sociais (Krieger, 2020).

No contexto brasileiro, os estudos demonstram que, de forma conjunta, o racismo e sexismo acarretam na vida das mulheres negras barreiras no atendimento à saúde (Ferreira, 2016; 2018; Oliveira, 2018; Silva; Chai, 2018), repercussões negativas na sexualidade e autoestima (Miranda; Silva, 2015). A combinação ou intersecção do racismo e sexismo podem refletir de forma negativa na saúde mental e física das mulheres negras (Lewis *et al.*, 2017).

Desta conjuntura, é perceptível a necessidade e importância de se estudar o impacto de múltiplas discriminações na saúde mental de mulheres negras (Krieger, 2020). Juntos, compreendem sistemas sociais intimamente prejudiciais, distintos e emaranhados de dominação e privilégio egoístas que estruturam a personificação das desigualdades em saúde, bem como da falta de estudos de viés interseccional no âmbito da Psicologia (Lewis; Grzanka, 2016), especificamente na Psicologia Social.

A discussão sobre interseccionalidade tem ocupado um espaço importante nas pesquisas de gênero, sendo um conceito teórico construído pelas feministas negras. Embora a interseccionalidade tenha começado a dar uma contribuição significativa à teoria, investigação e prática psicológica, às suas origens estendem-se para além das fronteiras da psicologia. É fundamental adotar um olhar atento para os estudos das mulheres, além dos limites da academia, a fim de entender o impulso da crítica interseccional e identificar suas contribuições para a pesquisa psicológica sobre racismo e as diversas formas de desigualdade que se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Como conceito da teoria crítica da raça, a interseccionalidade foi inicialmente cunhada pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, ganhou notoriedade acadêmica (Akotirene,

2019). Numa tentativa de responder às fraquezas da teoria racial crítica e dos estudos jurídicos feministas, o termo abordaria adequadamente o nexos de racismo e sexismo que moldava as experiências das mulheres negras nos Estados Unidos. Crenshaw desenvolveu o conceito para caracterizar como os sistemas de opressão e das construções sociais de raça, classe e gênero literalmente se cruzam (Collins, 2000; Crenshaw, 1989, 1991).

O conceito de interseccionalidade nos concede perceber o choque das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Akotirene, 2019), além do fracasso do feminismo em acolher as demandas das mulheres negras, assim como, o movimento negro que pelo caráter machista, falha ao oferecer ferramentas metodológicas destinadas apenas as experiências dos homens negros. A filósofa Sueli Carneiro cunhou a expressão “enegrecendo o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras. No interior do movimento feminista brasileiro, como também para discutir a emergência de um movimento com um olhar feminista e antirracista, referente à condição específica da mulher negra (Carneiro, 2003). Condição está de múltiplas subordinações, de inúmeras cargas. Logo, a interseccionalidade visa capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação sobre a existência de mulheres e meninas negras.

Estas múltiplas subordinações, assim como o sistema desigual que separa homens e mulheres, são reproduzidos enquanto valores e são constantemente reforçados pelos sistemas culturais e educacionais, como também pela mídia e canais de comunicação. Este sistema opera condicionando a sociedade a desenvolver representações sexistas, da masculinidade associada à figura do homem como forte e dominador e representações de feminilidade relacionadas à mulher como uma pessoa dócil, submissa e responsável pelo lar. Segundo Beauvoir (1970), a mulher foi incumbida de uma função secundária, justificada pelas diferenças biológicas entre elas e os homens, o que perpetuou a sua condição de inferioridade.

E num recorte mais específico de raça, a mulher negra carrega em sua constituição histórica a dupla opressão do silenciamento: ser mulher e negra. Por ser negra e hierarquicamente inferior, assim foi e ainda é vista através dos tempos, desde o período colonial e escravista até a contemporaneidade.

Tais representações sobre a supremacia masculina compõem, portanto, o substrato psicológico que justifica as atitudes de discriminação, opressão e dominação sofrida por estas mulheres, modernos aparatos coloniais entendidos como um resquício da cultura patriarcal. Isto é, um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitima através das atitudes de desvalorização da mulher.

Apoiados por instrumentos legais, que os normatizam, o sexista é aquele que proclama,

justifica ou pressupõe a supremacia de um sexo sobre o outro, geralmente do homem sobre a mulher (Ferreira, 2004). Especificamente sobre a mulher negra, numa posição histórica de pouco representada, o racismo que sustentou essa lógica permitiu que significações fossem construídas ao redor do seu corpo, cuja relação colonial influenciaram diretamente na negativa do corpo negro e de suas diversas nuances subjetivas.

Desta forma, mediante considerações tecidas anteriormente, sobre a conjuntura sócio-existencial da mulher negra brasileira, é oportuno o aprofundamento desta discussão, sobre como acontece a reprodução desses valores e padrões racistas e sexistas na sociedade brasileira. Difundidos pela indústria cultural, eles alcançam não apenas o âmbito individual, mas também o coletivo do que seja considerado o padrão da beleza estética (Costa, 2018). Como discute Hall (1997), estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o “normal” e o “desviante”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o que “pertence” e o que “não pertence”, o “nós” e o “eles”. Estereotipar reduz, essencializa e naturaliza as “diferenças”, excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente.

2.3 A INDÚSTRIA CULTURAL COMO REPRODUTORA DE ESTEREÓTIPOS SOBRE A MULHER NEGRA

Ao longo das décadas, os discursos e representações das relações raciais entre brancos e negros na mídia têm sido objeto de estudo em diferentes áreas (Bowen; Schmid, 1997; Kassarian, 1969; Taylor; Ju, 1994). No Brasil, a questão é especialmente relevante, uma vez que os negros (pretos e pardos) perfazem 55,5% da população brasileira, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2024). Porém, contradizendo os números, muitos estudos (Araújo, 2004; Guimarães; Pinto, 2006) têm revelado que, em comparação com a composição da população, esse grupo é sub-representado nos meios de comunicação.

Assim sendo, observa-se que apesar de algumas pesquisas recentes terem revelado que nos últimos anos há um incremento dessa proporção, com publicidades, filmes e novelas mais representativos, as investigações mostram que os papéis associados aos grupos minoritários, especialmente os negros, ainda são carregados de estereótipos sociais (Barbosa, 2004; Rodrigues, 2001).

Estudos que abordam as relações raciais têm utilizado como critério de investigação a proporção das representações, ou seja, a maneira e quantidade de representação dos negros na mídia em comparação com sua proporção na população (Bang; Reece, 2003; Wilkes; Valencia,

1989). Os resultados apontam disparidades, porém os autores reforçam que, a partir da década de setenta, houve um aumento na representação numérica desse grupo nas mídias (Bristor; Lee; Hunt, 1995; Bush; Solomon; Hair, 1977; Dominick; Greenberg, 1970; Hae; Reece, 2003).

Todavia, observa-se que a maioria das pesquisas indica que os negros continuam sub-representados em comparação com sua quantidade na população. Como também, os estudos revelam que estas representações e narrativas ainda são carregadas de estereótipos racistas como forma de exclusão (Barbosa, 2004; Bowen; Schmid, 1997; Carvalho, 2003; Rodrigues, 2001; Rosemberg; Bazilli; Silva, 2003; Roso *et al.*, 2002).

Como pontua Djamila Ribeiro (2018), atores e atrizes negras são contratados, isso é inegável, mas para reforçar os estigmas que já acompanham a comunidade negra há anos. É o “gesso” do estereótipo que imobiliza e resume toda história, cultura e identidade de um povo. Logo, é essencial uma análise dos processos de reprodução e repetição de modelos que perpetuam a discriminação cotidiana e de seus efeitos na identidade racial e autoestima de adolescentes negras. Assim como, a situação de subalternidade de homens e mulheres negras reproduzidos pela indústria cultural, e como estes padrões influenciam a sua autoimagem corporal.

Pesquisas sobre o tema identificam que as novas estratégias de discriminação dos negros na mídia são mais sutis e complexas, demonstrando as inúmeras camadas do racismo (Couceiro, 1996; Hae; Reece, 2003; Wieviorka, 2000). É importante ressaltar que, apesar de avanços em relação à diversidade e inclusão, o racismo ainda é uma realidade presente. Nesse sentido, os estudos sobre a mídia e suas mensagens revelam que ela não está isenta dessa problemática (Araújo, 2004; Carone, 2003; Carvalho, 2003; Rodrigues, 2001) e, muitas vezes, atua como um espelho do racismo estrutural que permeia as relações sociais.

No Brasil, como exemplo, temos as telenovelas, onde é recorrente que a imagem do negro apareça estereotipadamente. Para Bosi (1992), é comum que se colham aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura e os reproduzam como verdades. O processo de estereotipia, arraigados na cultura brasileira, construídos ainda na época da escravidão, baseados em teorias racistas, perpetuam até os dias atuais processos de exclusão e dominação, e podem ser identificados também nas obras de ficção.

A telenovela é, pois, a narrativa que veicula representações da sociedade brasileira, nela são atualizadas crenças e valores que constituem o imaginário dessa sociedade. Ao persistir retratando o negro como subalterno, a telenovela traz, para o mundo da ficção, um aspecto da realidade da situação social da pessoa negra, mas também revela um imaginário, um universo simbólico que não modernizou as relações interétnicas na nossa sociedade (Lima, 2000, p. 13-14).

Uma das principais razões para se investigar o impacto social, cultural e psicológico das mensagens da indústria cultural através de telenovelas e dos demais canais de comunicação, reside no fato de que os sistemas simbólicos podem fortalecer as ideologias dos grupos dominantes. Isso pode contribuir diretamente para reprodução e legitimação das relações de dominação, discriminação e exclusão social (Heck, 1996; Roso *et al.*, 2002; Thompson, 2001). É importante destacar que os discursos da mídia impactam a sociedade na totalidade e não apenas o público-alvo para o qual as ferramentas ou os produtos de comunicação são elaborados.

Dessa forma, como fio condutor, a mídia e os meios de comunicação aspiram influenciar a construção e a reafirmação das identidades e oferecem modelos de comportamento a serem seguidos (Kellner, 2001). Pode-se destacar, neste caso, como exemplo a telenovela “Da Cor do Pecado” que foi exibida na Rede Globo entre janeiro e agosto de 2004.

A novela foi um grande sucesso de audiência (inclusive sendo reprisada pela emissora) e, na época, causou grande comoção na mídia. As revistas e os cadernos especializados em televisão dos grandes veículos de comunicação da mídia impressa noticiavam com êxtase que, pela primeira vez, a Rede Globo teria uma protagonista negra em um dos seus folhetins. A protagonista era Taís Araújo.

Muito antes de a telenovela estreiar, a polêmica estava lançada. Não apenas pelo feito inovador de ter uma atriz negra, mas também pelo título da obra: “Da Cor do Pecado”. Mesmo que, nesta pesquisa, não seja possível explorar todas as possibilidades de análise que o título da trama fornece, quando falamos sobre a temática racial brasileira, um dos conceitos difundidos culturalmente a que o título remete é o da relação da mulher negra como lasciva e de extrema sensualidade.

Note-se que o título da trama não é um questionamento e sim uma afirmação, propondo uma reflexão. No momento em que, pela primeira vez na emissora, líder mundial em produção de telenovela, uma atriz negra estreia como personagem principal, o nome da trama remete o seu corpo e sua identidade negra ao pecado, que pelo seu significado se aproxima de um ato de transgressão, de erro. A expressão “da cor do pecado” ainda é vista como um elogio, porém o seu real significado associa a mulher negra ao imaginário social apenas de forma devassa, baseado sobretudo na hiperssexualização do seu corpo, em geral, associado ao prazer sem responsabilidade e compromisso. A ideia de pecado também é ainda mais negativa em uma sociedade pautada na religião, como a brasileira.

A mulher negra perde sua humanidade perante a sociedade, sendo vista apenas como a mulher exótica e hiperssexualizada. Estudos como o de Duckitt (1992) e demais pesquisadores,

como Stam (1997) e Taylor e Stern (1997), revelam que retratos negativos podem afetar a compreensão de grupos discriminados socialmente, influenciando desde a imagem que têm de si a imagem que outros grupos fazem deles.

Segundo Bell Hooks (2022), o enfraquecimento da autoestima nas mulheres negras ocorre devido à falta de reconhecimento de sua verdadeira essência. A autora aponta para a grande dificuldade em apreciar estas mulheres na sua totalidade, uma vez que são frequentemente submetidas a uma identidade imposta por estereótipos negativos. Zanetti e Sacramento (2009) discutem essa questão e assinalam que construir uma identidade positiva é um desafio enfrentado por jovens negras. Elas são ensinadas desde muito cedo que, para serem aceitas, é preciso negar a sua identidade étnica, a sua negritude, além dos estereótipos que carregam, submetendo-se a padrões de beleza eurocêntricos e ocidentais.

Como fator que reforça esta condição, temos como exemplo a extinta “Globeleza”. Uma personagem criada pelo canal brasileiro de televisão Rede Globo, na década de 1990, durante a cobertura do carnaval feita pela emissora. O espetáculo foi criado pelo diretor de arte Hans Donner, um homem branco, segundo ele, como símbolo da festa popular. O símbolo da Globeleza permaneceu durante muito tempo como ícone da festividade do carnaval, com a exibição de uma mulher negra, nua, pintada com tintas coloridas e purpurina, sambando ao som de uma vinheta clássica da emissora.

A vinheta era exibida por 30 segundos, durante todo o mês de fevereiro e, por muito tempo, foi representada pela atriz Valéria Valenssa. Em 2017, houve uma mudança e a Globeleza passou a se apresentar vestida, trazendo novos elementos que tentavam, segundo a Rede Globo, retirar o foco da exploração do corpo feminino, negro e nu, para o foco de manifestações culturais nacionais carnavalescas. No entanto, a personagem sempre dividiu opiniões, sendo tema de embates, discussões e estudos (Bastos, 2021; Dandolini; Ruiz, 2020; Ribeiro; Ribeiro, 2016) sobre como ela simbolizava o aprisionamento da mulher negra a papéis designados a exploração sexual, perpetuando, durante anos na sociedade brasileira, uma cultura que se iniciou desde a época do período colonial, com a exploração sexual das escravas pelos senhores de engenho (Ribeiro, 2018). Nua, com o corpo parcialmente coberto apenas por purpurina, sem nenhuma fala ou conexão com o espectador além da sua imagem, entrando em chamadas de todos os horários, consumida pelos mais diversos públicos, a Globeleza consagra um espaço para a mulher negra na mídia. Sobre este aspecto, Faria e Fernandes (2007, p. 7-8) acrescentam:

Os discursos racistas inserem-se na cultura brasileira com ares de “naturalidade” o que, num primeiro olhar, impede uma crítica sistemática.

Com referência ao negro, é preciso estar atento ao fato de que a mídia constrói identidades virtuais (ou pseudoidentidades) a partir não só da negação e do recalçamento da identidade negra, como também um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições.

Inicialmente, este espaço aberto às mulheres negras pode até parecer incluí-las, mas representa apenas uma nova versão da “mulata” sensual e sexy idealizada desde o período da escravidão no Brasil, versão está já recheada de estereótipos, pois o termo “mulata” é ofensivo, apesar de naturalizado no Brasil, fazendo-se presente no vocabulário brasileiro. A palavra, de origem espanhola, vem de “mula” ou “mulo” e diz sobre aquilo que é híbrido, resultado do cruzamento genético de espécies. Mulas são animais do cruzamento de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas.

Em outro significado, se aplica ao resultado da cópula de um animal nobre com um animal de segunda classe. Em suma, a palavra indica ou tenta indicar a mestiçagem, a impureza, a mistura imprópria e irregular, que sequer deveria existir (Ribeiro, 2018). A terminologia sexista e racista foi transferida à personagem Globeleza, onde a maneira utilizada para representar a personagem é tão importante como sua corporificação, apresentando uma mulher estilizada, abstrata (ou imaginária) que apenas sintetiza todas as suas antepassadas (Corrêa, 1996).

Ainda segundo a criação da personagem, Ribeiro (2018) afirma que a Globeleza não é um evento cultural de consumo natural, mas uma performance que invadiu o imaginário e a mídia no Brasil, o que auxiliou na manutenção do sexismo e hipersexualização destas mulheres. A autora ainda pontua porque a problematização do lugar da Globeleza é necessária, não sendo exclusivamente pela sua nudez, mas sim pelo aprisionamento das mulheres negras a estes lugares específicos que negam a sua humanidade e complexidade, reduzidas a papéis e lugares já demarcados.

Logo, é imprescindível uma análise dos sistemas culturais no Brasil que operam como fio condutor, exercendo funções sociais básicas como a reprodução cultural, o consumo pela satisfação e prazer, a socialização e a integração social (Brunelli; Amaral; Silva, 2019), cumprindo funções de construção de pensamento e reprodução de estereótipos.

Outro exemplo atual sobre a influência da indústria cultural na construção social, identidade e autoestima dos indivíduos, são as mídias sociais que representam uma espécie de vitrine do bem-estar virtual, mas que nem sempre (geralmente não) condiz com o real. As mídias sociais assumem um espaço de poder na contemporaneidade, criando bases sólidas de influência na identidade dos indivíduos.

Pensando sobre os impactos na construção social e nos aspectos da autoestima, Adorno

(2002) enfatiza que “a Indústria Cultural fomenta e propicia a formação de conflitos sociais, ao passo que leva a sociedade a uma “estilização” da cultura” (Adorno, 2002, p. 5). Esta estilização funciona como uma espécie de esquema que sustenta sua hegemonia e que é responsável por padronizar comportamentos mediante conteúdos que verbalizam o que é aceitável, o que não é aceitável, assim como o que é belo e o que é feio.

Consequentemente, estes conteúdos fornecem uma infinidade de discursos e representações pouco saudáveis sobre identidade, beleza, gênero, atratividade, tamanhos e formas corporais, autocontrole e alimentação. Revistas, programas de televisão, novelas, filmes e até histórias em quadrinhos representam ideais de beleza sociais irrealistas, sendo a magreza o mais cobiçado ideal de beleza, que de acordo a muitas pesquisas são preditores à insatisfação corporal e comportamentos destrutivos relacionados à alimentação (Grabe; Ward; Hyde, 2008).

Hargreaves e Tiggemann (2004) examinaram o impacto das imagens televisivas e da atratividade física feminina idealizada durante a adolescência. A exposição a comerciais que propagam a magreza levou a uma insatisfação corporal significativamente maior em meninas em comparação com os meninos. As autoras sugerem que a indústria cultural contribui para o desenvolvimento da imagem corporal das adolescentes, e que o ideal de magreza representa uma ameaça para as mulheres de tenra idade. As revistas de moda e beleza têm sido estudadas como agentes promotores do ideal de beleza magro para meninas e mulheres (Cusumano; Thompson, 1997; Harrison; Cantor, 1997; Shaw, 1995) e ressaltam que seria impossível para a maioria das mulheres atingir esse padrão de beleza naturalmente sem não recorrer a modificações extremas no corpo (Groesz; Levine; Murnen, 2002) a exemplo de intervenções cirúrgicas.

Tiggemann e McGill (2004) conduziram um estudo exploratório com uma amostra de 126 mulheres que visualizam anúncios em revistas contendo imagens de corpo inteiro, partes do corpo ou de produtos. O conjunto instrucional também foi manipulado com três níveis: controle, foco na aparência e comparação social. O humor e a insatisfação corporal foram medidos imediatamente antes e depois da visualização dos anúncios, enquanto a ansiedade e a quantidade de comparação de aparência realizada foram medidas somente após os anúncios. Verificou-se que a exposição a imagens de partes do corpo ou de corpo inteiro levou ao aumento do humor negativo e à insatisfação corporal. É importante ressaltar que as análises de regressão mostraram que os efeitos do tipo de imagem no humor e na insatisfação corporal foram mediados pela quantidade de comparação social relatada. Concluiu-se que o processamento no qual as mulheres se envolvem em resposta às imagens midiáticas é um importante contribuinte para os efeitos negativos sobre o humor.

Mesmo as concepções de beleza e estética tendo mudado ao longo da história conforme os valores, signos, normas e disputas por hegemonias no campo cultural e social, segundo Berth (2019), o que é tido como belo é uma percepção e, como tal, pode ser alterada ou influenciada. Assim, os padrões estéticos vão definir o que é e o que não é belo, delimitando, desse modo, grupos que serão aceitos e grupos que serão discriminados de acordo com essas normativas. A mídia ocidental tem promovido de maneira consistente um cobiçado padrão de beleza e perfeição para as mulheres de corpos sem manchas, curvilíneos, de pele clara, cintura fina, olhos claros, longos cabelos loiros e altura acima da média (Evans; McConnell, 2003; Groez; Levine; Murnen, 2002). Trata-se de um ideal de beleza branco, a que nada se assemelha ao corpo negro.

Em uma pesquisa norte-americana, a relação entre as mulheres negras, a sua imagem corporal e o seu consumo de mídia foram analisadas. Rogers e Petrie (2010), identificaram que mulheres afro-americanas podem ser afetadas negativamente por variáveis socioculturais, em particular pelas pressões sociais relativas à magreza, atratividade física, internalização dos ideais de beleza da sociedade e à autoimagem corporal negativa, além de também vivenciarem distúrbios alimentares (Lester; Petrie, 1998; Mulholland; Mintz, 2001). Foram selecionadas 322 estudantes afro-americanas provenientes de cinco faculdades e universidades da região sul dos Estados Unidos.

Os resultados encontrados identificaram que as pressões sociais em relação à magreza estavam diretamente relacionadas à internalização de ideais de beleza social. As pressões sociais em relação à magreza também estavam relacionadas a maiores preocupações com a imagem corporal. Tanto a internalização de ideais de beleza social quanto as preocupações com a imagem corporal foram positivamente associadas à alimentação desordenada, sendo a identidade étnica significativa na determinação do risco de desenvolver transtornos alimentares (Rogers; Petrie, 2010).

Numa problematização das lentes com que se enxerga o belo e o feio no outro e, a relação do racismo nas representações da beleza física ou mesmo a percepção da atratividade física, Santos e Lima (2018) realizaram uma pesquisa sobre as representações sociais da beleza e da feiura na mídia brasileira. Participaram do estudo 494 pessoas das cinco regiões brasileiras, onde os participantes deveriam referir modelos de beleza e feiura na televisão brasileira.

Como resultado, os autores encontraram nas respostas dos participantes brancos apenas 2,3% dos modelos de beleza masculina referidos aos pretos, para a beleza feminina foram 4,7%. Quanto aos modelos de feiura, 12,1% citaram pessoas pretas masculinas e outras 10,7% citadas foram femininas. Ou seja, a beleza preta apareceu em 7% das recordações dos entrevistados

brancos, enquanto a feiura apareceu em uma média de 23%. Os autores concluíram que, além da invisibilidade de personagens negros na televisão brasileira, ainda temos uma representação inferiorizada e estereotipada do corpo negro no Brasil. A beleza é algo que impacta desde muito cedo a vida das mulheres negras num sistema que não as representa (Carneiro, 2023).

Atualmente, dentro desta esfera cultural do racismo e da discriminação, transmitida pela indústria cultural nos processos de comunicação e socialização, temos também as redes sociais que ganham cada vez mais destaque, configurando-se como normatizadoras de identidades, fomentando os padrões de beleza e estética. Para atingir esses padrões, os mecanismos vão desde a apresentação das fotografias, aos *reels* (vídeos curtos de conteúdo) e *stories* (conteúdos de formatos curtos, com imagens e vídeos que desaparecem após 24h de exibição), além dos filtros e estilos de maquiagem, aplicativos emagrecedores e de retoques em geral e, por fim, a obtenção dos “likes”. Porém, essa pseudoconcreticidade ao se contrapor com a realidade de vida tem gerado conflitos profundos entre jovens e adolescentes. Aplicativos como o FaceApp, PrettyUp e o próprio Instagram ao “embelezarem” o rosto dos usuários os embranquecem. Afinam o rosto, nariz e lábios e através dos filtros, clareiam a pele dos usuários.

Para o pesquisador Tarcízio Silva (2022), estes sistemas empregam resultados racistas e discriminatórios na sociedade, definido como racismo algorítmico. O termo é utilizado para descrever como interfaces e sistemas automatizados, tais como plataformas de mídias sociais, podem reforçar e ocultar as dinâmicas racistas das sociedades onde são usados e empregados. O autor visa observar a incorporação de hierarquias raciais nas tecnologias digitais de comunicação e informação (Silva, 2022).

O racismo algorítmico torna-se, portanto, um conceito importante para entendermos como a efetivação acelerada de novas tecnologias digitais, que tendem a priorizar apenas o lucro, impactam negativamente minorias raciais em todo o mundo. Quando algoritmos recebem o poder de decidir — a partir dos critérios de seus criadores — o que é belo, o que é tóxico ou o que é mérito, os potenciais discriminatórios se multiplicam.

O autor faz uma análise crítica dos algoritmos e das mídias sociais no que diz respeito a diversos tipos de discriminação, como racismo e misoginia e como sociedades racistas constroem conseqüentemente tecnologias com potenciais ou aplicações discriminatórias. Processos estes que impactam desde a identidade e saúde mental dos indivíduos, como visto anteriormente, além da imagem corporal, autoestima e autoimagem de pessoas pretas, especialmente de mulheres e meninas que desde muito cedo são influenciadas (Dohnt; Tiggemann, 2006). Alguns estudos apontam que na pré-adolescência essa influência negativa já acontece, e estão ligados a problemas físicos como alimentação desordenada, transtornos

alimentares e até depressão (Levine; Murnen, 2009; Roberts *et al.*, 2006; Tiggemann, 2004).

Imagens de corpos perfeitos, pele sem imperfeições e rostos simetricamente moldados são amplamente disseminadas nas redes sociais, estabelecendo uma norma de beleza que marginaliza a diversidade e a individualidade (Campos; Cecílio; Penaforte, 2016). Essa pressão para se adequar a um padrão visual específico pode provocar sentimentos de inadequação e baixa autoestima, levando muitas mulheres a utilizar filtros, realizar edições e até buscar procedimentos estéticos na tentativa de se aproximar desse ideal.

Segundo os pesquisadores, uma vez afetados negativamente, os indivíduos podem experimentar insatisfação corporal (Hargreaves; Tiggemann, 2004), que é associada à depressão e baixa autoestima (Johnson; Wardle, 2005; Stice; Bearman, 2001). Vários fatores podem influenciar a imagem corporal de uma pessoa, incluindo o ambiente onde está inserida e os conteúdos midiáticos que ela consome (Armer, 2017; Tiggemann; Polivy, 2010).

Quando a estética do belo se entrelaça com as determinações sociais sobre o que é considerado beleza, e quando essas normas, em certas estruturas sociais, revelam um caráter discriminatório — como o Brasil —, esse padrão estético torna-se excludente. Em primeiro lugar, a beleza para as mulheres tem sido cada vez mais vista como um “dever moral”, funcionando como um dispositivo repressivo em diversas culturas. (Novaes, 2001, 2002; Novaes; Vilhena, 2003). Em segundo, para a mulher negra se acentua uma dupla condição: existir como mulher numa sociedade que mantém padrões sexistas e patriarcais, minimizando constantemente o seu potencial pessoal, numa tentativa de controle de seu corpo e de sua subjetividade e, o de ser negra, num contexto social onde a discriminação e o racismo seguem legitimando violências.

Logo, as significações marcadas para estas mulheres podem lhe oferecer sentidos distorcidos ou até mesmo negativos da sua própria identidade e conseqüente existência (Costa, 2018). Nestes termos, nota-se a estética e atratividade física à mercê dos estereótipos, sobretudo daqueles que não se enquadram no padrão convencional (Lee-Manoel *et al.*, 2002). Problematizar como a beleza se configura enquanto mecanismo social de exclusão para mulheres negras, é tarefa fundamental para compreender como a percepção de um sistema discriminatório afeta a sua identidade e negritude, além de como estes ideais de beleza afetam a autoestima e autoimagem corporal de meninas negras.

Ser mulher e negra intensifica o sentimento de inadequação conferido às mulheres, à medida que a mulher negra é vista historicamente como menos bela que a mulher branca, e o tornar-se bela, ou a aproximação disto, seria sinônimo de embranquecimento (Kilomba, 2021). Para Luiza Bairros (1995), a mulher negra “carrega a marca”. Para a autora, que concisamente

explica bem o lugar que a sociedade confere à mulher negra, não importa onde estas mulheres estejam, pois esta marca estará impressa. A marca da erotização e da subalternidade (Ribeiro, 2018). Deste processo de não pertencimento, emerge para os corpos racializados o desejo do ser, como se houvesse apenas uma saída direcionada por um sistema opressor: embranquecer (Panta; Pallisser, 2017; Souza, 2021).

As características fenotípicas tornam-se cada vez mais base para julgamentos, principalmente para pessoas não-brancas tratadas de forma negativa e desqualificadora. O antropólogo José Jorge de Carvalho escreveu um ensaio intitulado “Racismo Fenotípico e Estéticas da Segunda Pele”, e para o autor o racismo fenotípico cresce a cada dia. Para ele, a maioria das pessoas se sente forçada a tentar ajustar sua pele para se aproximar, ainda que minimamente, do padrão ideal, ou pelo menos, para afastar-se das imperfeições físicas que acreditam portar com base numa consciência ainda colonizadora.

Sobre os fenótipos da mulher negra, incluindo seu corpo e seus cabelos, o conceito de beleza trará uma carga ideológica de branqueamento (Carvalho, 2000). Essa conjuntura é notada quando a figura de beleza e estética são referenciadas a um padrão branco, ainda que de forma velada e sutil, em que a superioridade da raça branca é imposta. Seja física ou intelectualmente, tornando-se padrão de referência e enclausuramento do corpo negro em um ideal de beleza alheio às suas possibilidades.

Quando falamos sobre o cabelo afro, a conjuntura assume uma condição ainda mais complexa, pois o cabelo afrodescendente desempenha um papel crucial na estética e na identidade negra, refletindo uma relação íntima e pessoal. Nilma Lino Gomes, faz importantes reflexões sobre como o cabelo afro não deve ser visto apenas como parte individual e biológica, mas, sobretudo, como corpo social e de linguagem, constituindo-se como um veículo de expressão da negritude e símbolo de resistência cultural (Gomes, 2006).

Ao longo da história, o cabelo tem sido um elemento visível e identitário, considerado um símbolo marcante de hierarquia e poder para a negritude, assim como, em diversas culturas. Na antiguidade, tanto homens quanto mulheres adornavam suas tranças e cabelos com joias, como no Egito Antigo; eram símbolo de força e vitalidade para os homens, pois quanto mais longos e espessos fossem, mais forte e poderosa a pessoa seria; para as mulheres, simbolizavam a fertilidade na Grécia Antiga.

Para o movimento negro, é entendido como um importante símbolo de resistência a esses instrumentos de controle impostos sobre a negritude pelo racismo, visto como um símbolo de luta no sentido de afirmação de sua origem e posicionamento diante da conjuntura opressora capitalista nos anos 60 e 70. Conhecido como movimento *Black Power*, surgiu nos Estados

Unidos durante as grandes mobilizações da população afrodescendente pela igualdade de direitos civis nos anos 1960. O movimento teve forte influência sobre as populações negras da América Latina e do Caribe nos anos e décadas seguintes e teve notável influência na reconstrução ideológica e política do movimento negro em todas as regiões por onde se estendeu a diáspora africana e também na América Latina. No Brasil, o bloco afro *Ilê Aiyê*, fundado em Salvador, na Bahia, em 1974, segundo diversos depoimentos, teve na sua origem inspiração do movimento *Black Power*.

Compreende-se aqui mais do que somente uma questão de estética, o cabelo é parte de uma luta do povo negro que contou com um conjunto de ações no campo político, econômico e ideológico para a sobreposição de sua cultura. Neste sentido, o cabelo crespo está entranhado de significados nas relações sociais. Para a mulher negra, o cabelo representa, sobretudo, o resistir. Resistir contra os ditames impostos ao seu corpo que, na contemporaneidade, assume novos contornos e significados, mas não deixa de assumir um papel importante como atributo corporal para o suporte e a sede material de qualquer processo de construção da identidade (Gomes, 2006).

Em uma pesquisa etnográfica realizada através da observação participante no grupo “Encrespa Geral Manaus” o qual realiza ações voltadas para a valorização da estética negra e em grupos nessas mídias e em redes sociais, Rafaela Cristine Queiroz, ouviu as narrativas de mulheres negras que passaram pelo processo de transição capilar. Ela partiu do pressuposto de que o cabelo crespo é uma expressão da identidade negra e através destas narrativas, foi perceptível como o racismo e o preconceito racial afeta negativamente a autoestima dessas mulheres. Como também, para elas, vivenciar o ativismo de cabelo de mulheres negras ressignifica positivamente a identidade negra, fazendo com que sua autoestima se eleve. A autora pontua ainda que o ativismo capilar é entendido como uma ação política de resistência (Queiroz, 2019).

Em especial, por conta do cabelo, as mulheres e meninas negras tendem a sofrer uma pressão de enfraquecimento da sua identidade. Como exemplo, temos o alisamento dos fios. As novas técnicas de “relaxamento”, curioso nome utilizado para a técnica que alisa, sobretudo, cabelos crespos e cacheados, podem significar a fuga do seu corpo negro para a busca de um novo corpo que se assimilaria ou chegaria, o mais perto disto, ao padrão de beleza branco. O cabelo da mulher negra carrega um significado que transcende as discussões sobre os processos da estética vigente na sociedade brasileira, aprofundando-se na identidade e subjetividade dessas mulheres, ampliando assim as discussões sobre “a ditadura do cabelo liso” e como este processo interfere no reconhecimento da negritude (Estrela, 2015).

Nesta direção, encontram-se alguns estudos realizados que apontam para a valorização e idealização da brancura como atributo físico e seus impactos para autoimagem de mulheres negras. Como exemplo, temos o estudo realizado por Paim e Pereira (2011), que investigaram como as estudantes de secretariado avaliam o fenômeno dos estereótipos raciais nos processos seletivos que a “boa aparência” seria um critério de acesso ao mercado de trabalho conectados à cor da pele e ao tipo de cabelo das possíveis candidatas.

Os pesquisadores também investigaram o fenômeno da discriminação racial nos processos de seleção, em Salvador/Bahia, junto a estudantes do curso de secretariado executivo. Nos resultados encontrados, ficou evidente a percepção de critérios étnico-raciais para a inserção profissional em Salvador. A percepção sobre a profissão de secretária variava conforme a cor da participante, desta forma, estudantes negras concordavam acintosamente de que existe discriminação racial no mercado de trabalho. O oposto das estudantes brancas, que não se mostraram convencidas sobre isso, influenciando a pensar sobre a importância dada à aparência física em diversas esferas sociais.

Wade e Bielitz (2005) analisaram os diferentes efeitos da cor da pele em atratividade, avaliação de personalidade e percepção do sucesso em afro-americanos. Os autores demonstraram como as avaliações da personalidade e da possibilidade de sucesso na vida variam com a tonalidade da cor da pele do grupo-alvo. Nestes termos, nota-se como o que é belo ou considerado socialmente belo, assim como a atratividade física, está à mercê dos estereótipos e dos padrões de beleza racistas que legitimam a exclusão e discriminação, sobretudo dos que não se enquadram no que é convencionalmente socialmente.

Esta conjuntura marca a identidade negra, marcas oriundas de uma sociedade ainda colonizadora. Pautadas na ideologia da branquitude, as estruturas sociais difundem que os corpos brancos são a norma. Em síntese, a humanidade (Costa, 1990), caracteriza assim a existência dos corpos racializados pelo “não lugar” num espaço do “não ser” (Fanon, 2008; Kilomba, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do questionamento de como a discriminação, os quais são uma das bases do racismo no Brasil, atua sobre a identidade negra e perpassa as relações raciais, o capítulo acima traçou uma compreensão dos impactos dos sistemas discriminatórios na vida de mulheres e meninas negras, quanto ao seu pertencimento racial. Foi possível observar como a discriminação e o racismo estão presentes em diversos âmbitos, incluindo a indústria cultural,

afetando a autoimagem corporal e a autoestima destas mulheres e meninas.

Esses sistemas discriminatórios pautados numa ideologia dominante também influenciam na construção de uma identidade negativa, onde a autoafirmação da identidade negra é de um processo contra-hegemônico, ao demandar a desconstrução e ruptura desta ideologia de lugares sociais estabelecidos.

Evidenciaram-se as novas camadas e nuances discriminatórias e, como atualmente, configuram-se de maneiras mais sutis e complexas, evidenciando (ainda mais) o racismo à brasileira e suas diferentes roupagens. Inicialmente, debatemos sobre o ser negro na sociedade brasileira, analisando os processos da identidade social e étnica. Em seguida, abordamos a interconexão entre as identidades e como estão ligadas vitalmente às dinâmicas sociais. Já abordando especificamente a identidade racial, discutimos suas bases em um sistema discriminatório e racista, destacando também os efeitos desproporcionais que afetam a população negra, reforçando a condição de vulnerabilidade enfrentada por eles e como isso impacta sua autoestima e autoimagem, especialmente de mulheres e meninas negras.

Por fim, examinamos como as pessoas racializados são moldadas em condições estruturais e institucionais desiguais, sendo a indústria cultural, por meio da mídia e das redes sociais, responsável pela disseminação de ideologias hegemônicas. Numa sociedade que naturaliza determinados termos de tratamento direcionados à mulher negra brasileira, potencializando a legitimidade da ideologia dominante e propagando um silêncio opressor. Nas mídias, o silêncio opera nas narrativas que não dão protagonismo a personagens negras, colocando-as em condições objetificadas — um lugar fatalista, engessado e preestabelecido. Complementarmente ao aprofundamento e à reflexão acerca do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira, é preciso também observar e destacar a influência das redes sociais neste processo.

Considerando as discussões levantadas, foi possível notar o racismo e a discriminação enquanto fenômenos estruturais. Ao mesmo tempo, funcionando em consonância com tais influências, atuam a serviço da retroalimentação de ideologias, que atuam para a manutenção de estruturas históricas, políticas e econômicas sexistas e patriarcais. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de produzir conhecimento sobre as experiências de indivíduos negros, pois o lugar de invisibilidade e opressão ao qual estão precisa ser rompido.

É importante ressaltar que, apesar dos avanços em relação à diversidade e inclusão, o racismo e a discriminação ainda são uma realidade presente, e há um longo caminho a ser percorrido. Inicialmente, é necessário deixar de lado o senso comum e romper com o mito de que vivemos em um paraíso racial. Esse mito, não surpreendentemente, torna-se uma estratégia

explícita de silenciamento da população negra e de manutenção da hegemonia branca, camuflando apenas o racismo latente em nossa sociedade.

Espera-se que essa revisão seja uma contribuição para o desenvolvimento de estudos sobre a discriminação e o racismo, sobretudo, nas análises da influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa. Serão expostos o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais delinham tanto o propósito quanto às metas do estudo, seguidos pela descrição detalhada do método empregado.

Objetivo Geral:

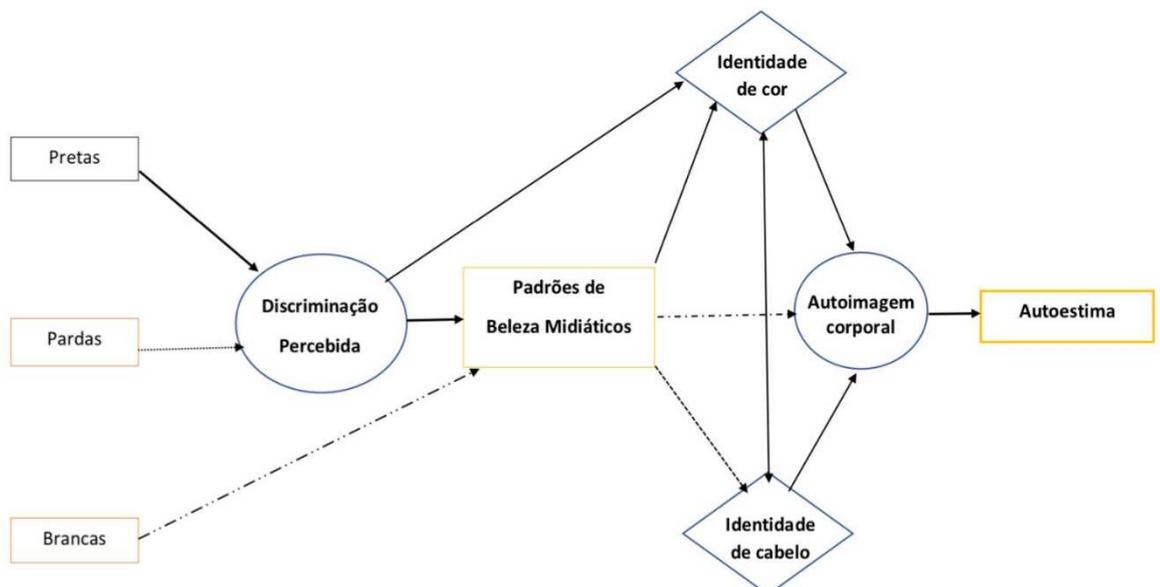
a) analisar a influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal.

Objetivos Específicos:

- identificar a influência da discriminação percebida na identidade racial de adolescentes negras;
- analisar a influência da identidade racial na autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras;
- analisar como os ideais de beleza midiáticos influenciam a autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras;
- analisar a influência da identidade racial na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas.

Os objetivos acima mencionados podem ser representados pelo seguinte modelo (Figura 1):

Figura 1: Modelo de Análise do Estudo



No modelo acima, a variável raça exerce uma influência direta na percepção de discriminação para as adolescentes pretas e pardas. Essa experiência de discriminação pode impactar profundamente a formação de sua identidade racial. Quando combinada com a discriminação percebida, a identidade pela cor e os padrões de beleza midiáticos, a variável raça estabelece um ciclo de influências negativas que afeta significativamente o bem-estar emocional e psicológico dessas jovens. A identidade de cor está intimamente relacionada à identidade associada ao cabelo, e ambas desempenham um papel fundamental na construção da autoimagem corporal das adolescentes pretas e pardas. Por fim, a autoimagem corporal tem um impacto direto na autoestima dessas adolescentes, que se revela como um elemento importante para suas identidades.

Já para as adolescentes brancas, a identidade racial está intimamente ligada aos padrões de beleza promovidos pela mídia. Essa conexão se manifesta na forma como a cor da pele e a identidade pelo cabelo influenciam a autoimagem corporal destas adolescentes, refletindo-se na sua autoestima. O modelo destaca a interconexão entre raça, discriminação percebida, identidade racial, autoimagem corporal e autoestima.

3.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 120 adolescentes, com idade média de 13,43 anos ($DP = 1,06$). Das idades das participantes, 23,3% ($n=28$) têm 12 anos, 28,3% ($n=34$) têm 13 anos, 31,7% ($n=38$) têm 14 anos, 15,0% ($n=18$) têm 15 anos e 1,7% ($n=2$) têm 16 anos. Em relação à série, 0,8% ($n=1$) está no 6º ano, 25,8% ($n=31$) estão no 7º ano, 32,5% ($n=39$) estão no 8º ano e 40,8% ($n=49$) estão no 9º ano. Quanto à residência, 50% ($n=60$) das estudantes são de Ipiranga, 28,3% ($n=34$) de Feira de Santana e 21,7% ($n=26$) de São Cristóvão.

Sobre a autoidentificação racial, 16,7% ($n=20$) das adolescentes se autodeclararam brancas, 45% ($n=54$) pardas e 38,3% ($n=46$) pretas. A categoria de negras, que engloba as pretas e pardas, totalizou 83,3% ($n=100$).

3.2 INSTRUMENTO

Trata-se de um questionário de metodologia mista (Apêndice A), disponibilizado às adolescentes presencialmente, na escola onde estudavam. O questionário se dividiu em seis

blocos, sendo eles:

Dados sociodemográficos: Bloco elaborado para a presente pesquisa que visou conhecer a amostra de pessoas que dispomos e defini-las a partir de suas características sociais, etárias e de formação escolar, os quais são: idade, série, escola, cidade e estado.

Medida de Identidade Racial: Com base no estudo de França e Monteiro (2002), este bloco apresenta o conceito de identidade racial, que se refere à capacidade de identificação e classificação dos indivíduos pelo viés racial. A percepção racial tem o potencial de gerar impactos significativos para os indivíduos, uma vez que influencia diretamente sua autopercepção racial e, conseqüentemente, estabelece uma conexão intrínseca com a construção de sua identidade (Phinney, 2013). Nesta categoria, foram formuladas seis perguntas (p. ex.: você gosta da sua cor de pele?; o quanto você sente orgulho de ter esta cor?), com uma amplitude que variou de 1 (muito) a 4 (nada).

Medida de Identidade Racial e Cabelo: Com base no estudo de Moreira-Primo (2024), neste bloco apresenta-se o conceito de identidade pelo cabelo. Nesta categoria, buscou-se analisar a relação entre o cabelo e a identidade étnica das adolescentes, como elas o percebem e definem num contexto cultural e social mais amplo, além de seu nível de satisfação com o mesmo. Foram feitas cinco perguntas nesta categoria (p. ex.: o quanto você gosta do seu cabelo?; está satisfeita com o seu cabelo?), com uma amplitude que variou de 1 (muito) a 4 (nada).

Escala de Autoestima (EAR): utilizando a Escala de Autoestima de Rosenberg (1965), baseando-se na adaptação de Hutz (2000) para o Brasil, através desta categoria buscou-se entender a autoestima como um dos principais preditores de resultados favoráveis na adolescência e na vida adulta. Uma análise de componentes principais (rotação varimax) revelou que a melhor solução seria unifatorial, como a que foi anteriormente encontrada, em concordância com o resultado original de Rosenberg. A EAR apresenta consistência interna elevada ($\alpha=0,90$) e mostra-se um instrumento adequado. Ela possui dez itens, sendo seis referentes a uma visão positiva de si e quatro referentes a uma visão negativa (p. ex.: sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas; eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesmo). A amplitude da escala variou de 0 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente), para facilitar a compreensão dos adolescentes.

Medida dos Ideais de Beleza Midiáticos: Neste bloco, foi analisado o uso de redes sociais e a influência dos ideais de beleza midiáticos na autoestima e autoimagem corporal das adolescentes. Essas “novas mídias” tendem a fortalecer e propagar os padrões de beleza vigentes, impactando a autoimagem corporal, principalmente de mulheres. Esta medida foi

construída, pois a maioria dos modelos encontrados analisava distúrbios alimentares e obesidade, objetivos que diferem deste estudo.

As questões elaboradas incluíram avaliar o uso das redes sociais pelas adolescentes (p. ex.: você utiliza redes sociais?) assim como, a frequência de sua utilização (p. ex.: com que frequência utiliza as redes sociais?), influência dos conteúdos acessados nas redes (p. ex.: sou influenciada pelos conteúdos que acesso no Instagram), os padrões de beleza por elas imposto (p. ex.: as redes sociais impõem à mulher um padrão de beleza. Se concorda ou concorda totalmente, descreva qual é o padrão de beleza imposto à mulher nas redes sociais), sentimento de exclusão frente aos padrões (p. ex.: sinto-me excluída do padrão de beleza presente nas redes sociais. Se concorda ou concorda totalmente, descreva esse sentimento de exclusão), autoimagem (p. ex.: para você, quais são as características de um rosto bonito?; quais aspectos você leva em consideração antes de postar uma foto no Instagram? Por quê?) e comparação corporal (p. ex.: já comparei meu corpo como de alguma personalidade das redes sociais. Caso já tenha se comparado, com quem se comparou? Como se sentiu?). A amplitude da escala variou de 1 (concordo totalmente) a 4 (concordo totalmente).

Escala de Autoimagem Corporal: Esta medida foi construída com base na Escala de Avaliação de Satisfação com a Imagem Corporal (Ferreira; Leite, 2002). Neste bloco apresenta-se o conceito de percepção da imagem corporal. Sendo a autoimagem corporal entendida como a percepção do indivíduo quanto ao tamanho e às suas formas corporais, associada aos sentimentos que essa representação possa ocasionar. Sucintamente, representa a relação entre o corpo e os processos cognitivos como crenças, valores e atitudes individuais, que podem sofrer influência da mídia, sociedade e da família. Para as mulheres, a autoimagem pode se associar a estereótipos negativos e padrões de beleza como a representação que cada pessoa tem de seu corpo, formada em sua mente. Ou seja, o modo pelo qual o corpo se apresenta (Schilder, 1981).

A análise da consistência interna desses fatores, calculada através do coeficiente alfa de Cronbach, revelou resultados iguais a 0,90 e 0,79, respectivamente. Foram elaboradas cinco questões, que pretendiam avaliar a percepção e o investimento das adolescentes na sua autoimagem corporal (p. ex.: gosto de me ver no espelho; gosto do formato do meu rosto e dos meus cabelos; gosto do meu corpo). A amplitude escala utilizada segue o tipo Likert, variando de 0 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente).

Escala de Discriminação Cotidiana (EDC): Utilizamos a adaptação brasileira da Escala de Discriminação Cotidiana para Adolescentes e Jovens de Abreu e colaboradores (2022). A utilização desta escala visa capturar pequenos atos de tratamento injusto que ocorrem

rotineiramente e que são passíveis de serem vivenciados por qualquer pessoa. Estes pequenos atos, também designados discriminação encoberta, podem ocorrer de forma crônica e sistemática (Abreu et al., 2022). A escala sugere que a percepção de preconceito e de discriminação, mais exposta ou mais sutil, pode estar relacionada com uma variedade de fatores, tais como gênero, raça e/ou etnia e aspectos de aparência física (Schmitt et al., 2014). Assim, a presente escala é adequada para avaliar a frequência de discriminação cotidiana em adolescentes que possam ser vítimas de discriminação.

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) realizada revelou uma estrutura unifatorial, com boa confiabilidade e validade da mesma. A EDP apresenta consistência interna satisfatória ($\alpha=0,71$) e mostra-se um instrumento adequado. A escala possui oito itens (p. ex.: as pessoas insultam você; você é tratado/a com menos simpatia do que as outras pessoas). Para fins de contemplar os objetivos da pesquisa, a escala sofreu uma adaptação: o item 7 “você já se sentiu discriminado por causa da sua cor?” foi adicionado para fins de objetivo da pesquisa. No item 8, “caso uma ou mais dessas situações ocorram várias vezes ao ano, assinale qual ou quais os principais motivos dessas vivências” o item “cor” foi adicionado aos demais itens já existentes, “gênero, nível econômico e aparência física”. A amplitude da escala de resposta varia entre seis itens: “nunca; raramente; poucas vezes; algumas vezes; muitas vezes; quase sempre”.

3.3 PROCEDIMENTOS

Como se trata de um estudo com seres humanos, este trabalho seguiu os procedimentos estabelecidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFS com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 67113022.5.0000.5546. Foi obtido dos pais ou responsáveis pelas adolescentes o prévio consentimento por escrito, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), sendo a não autorização ou a recusa da adolescente em participar da pesquisa o único critério de exclusão. As adolescentes que aceitaram participar do estudo assinaram, após a conclusão da entrevista, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice C). As escolas envolvidas na pesquisa também concederam a autorização para a realização do estudo. A partir de então, foi iniciado o processo de coleta de dados. O contato com as participantes ocorreu na própria escola, todas da rede pública de ensino, onde a pesquisa foi aplicada coletivamente, em uma sala reservada e em horário previamente estabelecido com a direção, mantido o anonimato e a confidencialidade das participantes. Dois critérios foram considerados na seleção das mesmas: a idade e serem do sexo feminino.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

As análises dos dados coletados nessa pesquisa foram realizadas mediante dois programas: o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), utilizado para as análises quantitativas, decorrentes das perguntas objetivas. Foram realizadas medidas descritivas como frequência e médias para caracterização da amostra; teste T para a verificação de diferenças entre médias nas variáveis; análise fatorial exploratória (AFE) visando avaliar a estrutura fatorial das escalas; correlação entre medidas; teste qui-quadrado para a verificação de diferenças entre médias nas variáveis; anova para comparação entre os grupos e análise de regressão múltipla para examinar a relação entre a variável dependente e independente.

Também foi utilizado o Software Interface de R Pour Les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IraMuTeQ) para as análises textuais das questões subjetivas. Dentre as possibilidades de análises apresentadas pelo Software, optou-se pelo Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), sendo uma análise que objetiva obter classes lexicais que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das demais classes, indicando possíveis representações sociais (Camargo, 2005; Camargo; Goetz; Bousfield; Justo, 2011).

A escolha do Iramuteq para as análises qualitativas da pesquisa se justifica pela robustez e eficiência dessa ferramenta na exploração de dados textuais. Ele permite uma análise aprofundada, utilizando métodos de análise de conteúdo e de correspondência, que possibilitam identificar padrões, categorias e relações significativas nos textos coletados. Além disso, sua interface e a capacidade de lidar com grandes volumes de dados facilitam a organização e a interpretação das informações, proporcionando uma abordagem sistemática e rigorosa. Ao optar pelo Iramuteq, buscou-se garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, assegurando que as conclusões da pesquisa sejam fundamentadas em análises estruturadas.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

4.1 A RELAÇÃO ENTRE A DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA E IDENTIDADE RACIAL DE ADOLESCENTES NEGRAS

Para atestar o primeiro objetivo do estudo, que visava identificar a influência da discriminação percebida na identidade racial de adolescentes negras, foram realizadas as análises gerais das variáveis. Inicialmente, foi examinada a variável da discriminação percebida. Para isso, foi adotado o critério teórico dos proponentes da escala, que considera o fenômeno como unifatorial, cuja escala varia em seis níveis crescentes de frequência (p. ex.: nunca, raramente, poucas vezes, algumas vezes, muitas vezes e quase sempre).

Em seguida, foi construído o indicador de percepção da discriminação através do somatório e média dos itens da escala. Foi realizado um teste *t* de Student contra o ponto médio da escala (3,5), que indicou uma média de 2,33 e desvio padrão de 0,79, $t(118) = -16,15$, $p=0,00$. Uma análise de variância univariada indicou que a discriminação percebida independe da cor da pele das adolescentes, $F(2,118)=0,579$, $p=0,56$.

A identidade racial foi por meio de dois questionamentos: “Gosto da minha cor de pele” e “sinto orgulho da minha cor”. As adolescentes responderam em uma escala de quatro pontos, que variava de “nada” a “muito”. Para a análise, foi criado um indicador resultante do somatório e da média das respostas relacionadas à identidade racial. Um teste *t* de Student contra o ponto médio da escala (2,5), obteve uma média de identidade equivalente a 3,71, com um desvio padrão de 0,51, indicando que as adolescentes têm uma identidade racial de moderada a alta ($t(119) = 26,02$, $p < 0,001$). Isso sugere que elas gostam e sentem orgulho da sua cor de pele. Adicionalmente, esses resultados mostraram-se independentes da cor de pele das adolescentes $F(2,119) = 2,24$, $p = 0,111^2$.

Para analisar a identidade associada ao cabelo, foi elaborado um indicador com base no somatório e na média das variáveis “gosto do cabelo” e “satisfeita com o cabelo”, utilizando a mesma escala previamente descrita. A aplicação de um teste *t* de Student em relação ao ponto médio da escala (2,5) revelou uma média de 3,5 e um desvio padrão de 0,74. Esses resultados indicam que as adolescentes apresentam uma identidade relacionada ao cabelo que varia de moderada a alta ($t(119) = 14,61$, $p < 0,001$). Além disso, os achados mostraram-

² $M_{\text{branco}} = 3,58$; $DP_{\text{branco}} = 0,54$; $M_{\text{pardo}} = 3,83$; $DP_{\text{pardo}} = 0,47$; $M_{\text{preto}} = 3,66$; $DP_{\text{preto}} = 0,51$.

se independentes da cor de pele das adolescentes, conforme evidenciado pelo teste $F(0,119) = 0,037$, $p = 0,96^3$.

A fim de analisar o tipo de cabelo predominante entre as adolescentes em função da cor da pele, foi feita uma Análise de Contingência (*qui-quadrado*) entre as variáveis textura do cabelo (p. ex.: liso, cacheado, crespo) e a cor da pele das adolescentes. O resultado revelou a não diferença na textura do cabelo em função da cor da pele, como pode ser visto na Tabela 1, $\chi^2 = 3,67$, $df = 4$, $p = 0,45$.

Tabela 1 - Frequência e percentuais da textura do cabelo em função da cor da pele das adolescentes (N=120).

			Defina seu cabelo			Total
			Liso	Cacheado	Crespo	
Como você se autodeclara	Branco	Count	2	17	1	20
		% Within como você se autodeclara	10,0%	85,0%	5,0%	100,0%
		% do Total	1,7%	14,2%	0,8%	16,7%
	Pardo	Count	2	37	7	54
		% Within como você se autodeclara	4,3%	80,4%	15,2%	100,0%
		% of Total	1,7%	30,8%	5,8%	38,3%
	Preto	Count	7	39	8	46
		% Within como você se autodeclara	13,0%	72,2%	14,8%	100,0%
		% do Total	5,8%	32,5%	6,7%	45,0%
Total	Count	11	93	16	120	
	% Within como você se autodeclara	9,2%	77,5%	13,3%	100,0%	
	% do Total	9,2%	77,5%	13,3%	100,0%	

Fonte: elaboração própria (2024).

Por fim, foi feita uma Análise de Regressão Múltipla entre a percepção da discriminação (variável antecedente) e a identidade racial (variável consequente). Para essa análise, a cor da pele foi codificada em brancas e negras (pretas e pardas), a cor da pele entrou na análise como filtro. Os resultados revelaram-se significativos e positivos para as adolescentes negras, indicando que quanto maior a percepção da discriminação cotidiana, maior ou mais fortalecida é a identidade racial das adolescentes negras $F(1, 98) = 6,12$, $p = 0,015$.

³ $M_{\text{branco}} = 3,48$; $DP_{\text{branco}} = 0,75$; $M_{\text{pardo}} = 3,51$; $DP_{\text{pardo}} = 0,69$; $M_{\text{preto}} = 3,47$; $DP_{\text{preto}} = 0,79$.

4.2 IDENTIDADE RACIAL, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES NEGRAS

Para atestar o segundo objetivo do estudo, que visava analisar a influência da identidade racial na autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras, foi inicialmente analisada a variável de autoestima da escala de Rosenberg (1965) adaptada por Hutz (2011). Esta escala varia em quatro níveis: 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente). Em seguida, foi construído o indicador de autoestima através do somatório e média dos itens da escala, itens negativos foram transformados em positivos. Um teste t de Student contra o ponto médio da escala (2,5) revelou que a autoestima das adolescentes é baixa ($M=2,55$; $dp=0,56$) $t(116)=1,03$, $p>0,1$).

Para analisar a autoimagem corporal das adolescentes, utilizamos um conjunto de perguntas (p. ex.: gosto de me ver no espelho; gosto do meu corpo) variando em quatro níveis, conforme a variável anterior. Após compilar as respostas e calcular a média dos itens da escala, verificou-se que a autoimagem corporal das adolescentes é de moderada a alta ($M=2,88$, $dp=0,66$). O teste t de Student realizado revelou um valor de $t(119)=5,211$, com um p-valor de 0,00, indicando uma diferença estatisticamente significativa na autoimagem corporal das participantes.

Por fim, foi realizada uma análise utilizando a ANOVA One-Way para investigar a influência da identidade na autoestima e na autoimagem das adolescentes. Consideramos a autoestima e a autoimagem corporal como variáveis dependentes, enquanto a identidade racial foi recategorizada em duas categorias: alta e baixa. Os resultados indicaram que, de maneira geral, a autoestima e a autoimagem não variam em função da identidade das adolescentes ($M_{\text{autoestima}}=2,57$, $dp=0,55$; $M_{\text{autoimagem}}=2,85$, $dp=0,66$), com $F(1,96)=0,034$, $p>1$ e $F(1,99)=0,195$, $p>1$, respectivamente.

Em seguida, para analisar as diferenças em relação à cor da pele das adolescentes, utilizamos a variável cor da pele, recategorizada em brancas e negras (incluindo pretas e pardas). Realizamos uma nova ANOVA One-Way, considerando a autoestima e a autoimagem corporal como variáveis dependentes e a identidade como variável independente. Os resultados mostraram que a identidade associada à cor afeta a autoestima das adolescentes brancas ($F(1,19)=5,68$, $p=0,03$), com um aumento na autoestima observado ($M=2,46$; $dp=0,65$). Contudo, não foram encontradas diferenças significativas em relação à autoimagem ($p>1$). Por outro lado, não houve diferença significativa na autoestima e na autoimagem das adolescentes negras em função da identidade associada à cor ($p>1$).

Considerando a identidade associada ao cabelo, verificou-se que isto afeta tanto a autoestima quanto a autoimagem das adolescentes negras. Ou seja, a autoestima aumenta em função da identidade ($M=2,65$; $dp = 0,49$); $F(1,96) = 13,78$, $p = 0.000$, assim como a autoimagem corporal ($M=2,85$, $dp = 0,66$ e $p=0,01$). Já para as adolescentes brancas, a identidade associada ao cabelo afetou apenas a autoestima ($M=2,46$, $dp = 0,65$, $F(1,19) = 6,98$, $p=0,017$).

4.3 IDEAIS DE BELEZA MIDIÁTICOS E PERCEPÇÃO DA AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES NEGRAS

Para analisar o objetivo de como os ideais de beleza midiáticos influenciam a autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras, foi composto o indicador da beleza midiática, considerando os itens da escala (p. ex.: sou influenciada pelos conteúdos que acesso no Instagram; você costuma se vestir, agir, comer ou se comportar como os influenciadores digitais dos conteúdos que você acessa nas redes sociais?). Esta escala varia de quatro níveis 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente), conforme o grau de concordância com as afirmações. O item “sinto-me excluída do padrão de beleza presente nas redes sociais” foi invertido.

Foi construído o indicador da beleza midiática através do somatório e média dos itens da escala. Em seguida, foi realizado um teste t de Student contra o ponto médio (2,5) da escala a fim de analisar o nível de beleza midiática da amostra. Os resultados indicaram que as adolescentes não são influenciadas pelos ideais de beleza midiáticos ($M= 2,54$, $dp= 0,49$) $t(119)=0,987$, $p>1$).

O estudo analisou a influência dos ideais de beleza midiáticos (como variável independente) na autoestima e autoimagem de adolescentes negras (variáveis dependentes), utilizando uma análise de variância One-Way. Os resultados mostraram que as adolescentes negras que se sentem mais influenciadas por esses ideais de beleza midiáticos tendem a ter uma baixa autoestima ($M=2,73$, $dp= 0,52$; $F(1,96) = 7,495$, $p=0,007$) indicando que quanto mais essa influência acontece, mas negativa é a sua autoimagem corporal ($M=3,01$, $dp= 0,62$; $F(1,99) = 5,77$, $p=0,018$).

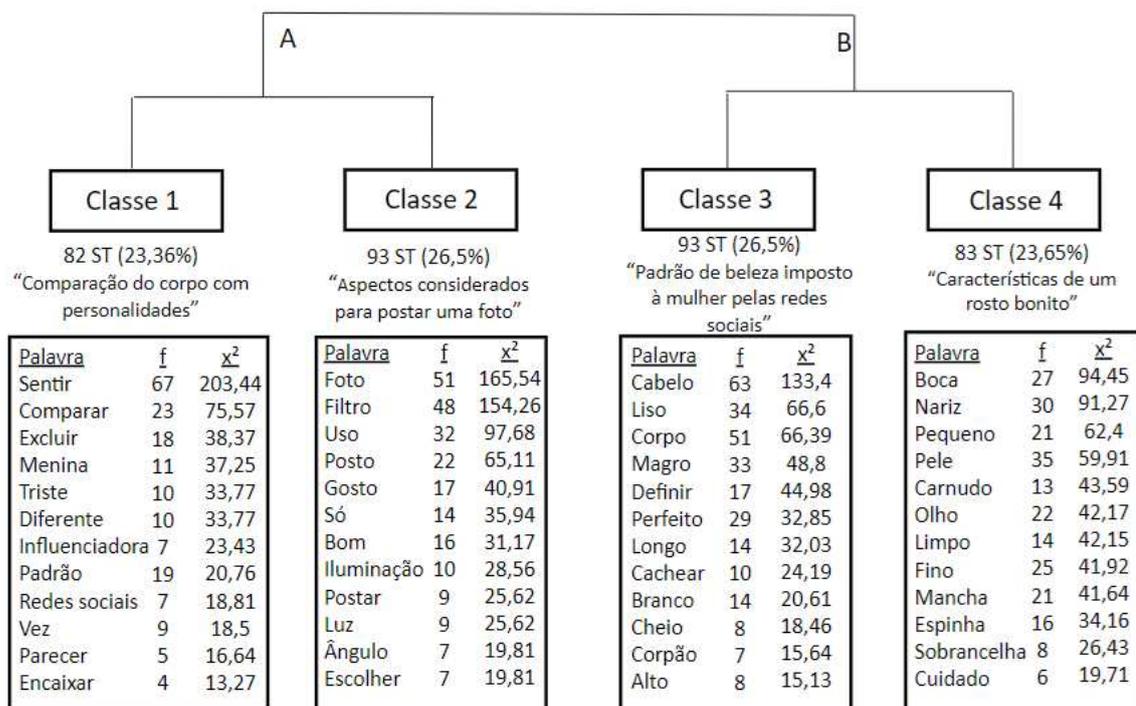
Para aprofundar as análises sobre como os ideais de beleza midiáticos impactam a autoestima e a autoimagem corporal das adolescentes negras, foi realizada uma análise qualitativa por meio do software IRAMUTEQ, através das perguntas: “Sou influenciada pelos conteúdos que acesso no Instagram. Se concorda ou concorda totalmente, descreva como essa influência acontece; para você, quais são as características de um rosto bonito?; as redes sociais

impõem à mulher um padrão de beleza. Se concorda ou concorda totalmente, descreva qual é este padrão; Sinto-me excluída do padrão de beleza presente nas redes sociais. Se concorda ou concorda totalmente, descreva esse sentimento de exclusão; já comparei meu corpo com o de alguma personalidade das redes sociais. Caso já tenha se comparado, com quem se comparou? Como se sentiu?; quais aspectos você leva em consideração antes de postar uma foto no Instagram? Por quê?”.

O estudo empregou a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para identificar classes emergentes no dendrograma, considerando o valor de χ^2 para associar palavras às classes. Foram utilizados 351 dos 448 segmentos de texto (78,35%), excluindo palavras com $\chi^2 < 3,80$ ($p < 0,05$). Emergiram 5.171 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 801 palavras distintas e 415 com uma única ocorrência.

O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: classe 1 - “Comparação do corpo com personalidades”, com 82 ST (23,36%); classe 2 - “Aspectos considerados para postar uma foto”, com 93 ST (26,5%); classe 3 - “Padrão de beleza imposto à mulher pelas redes sociais”, com 93 ST (26,5%); e Classe 4, “Características de um rosto bonito” com 83 ST (23,65%). Essas classes encontram-se divididas em ramificações, sendo a classe 1 e 2 referentes aos subcorpos A e as classes 3 e 4 referentes aos subcorpos B (ver Figura 2).

Figura 2 - Dendrograma das classes da CHD “Impactos dos ideais de beleza midiáticos”



Fonte: elaboração própria (2024).

Essas classes representam o ambiente de sentido das palavras e indicam representações sociais ou elementos de representações sociais sobre o objeto social em estudo, a influência dos padrões de beleza difundidos pelas mídias sociais sobre a identidade, autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras (Camargo, 2005; Andrade Júnior; Andrade, 2016).

A classe 1, intitulada “Comparação do corpo com personalidades” compreende 23,36% ($f = 82$ ST) do corpus total analisado. Essa classe esteve significativamente associada às respostas à pergunta 4 “Sinto-me excluída do padrão de beleza presente nas redes sociais. Se concorda ou concorda totalmente, descreva esse sentimento de exclusão” e à pergunta 5 “Já comparei meu corpo com o de alguma personalidade das redes sociais. Caso já tenha se comparado, com quem se comparou? Como se sentiu?”. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 203,44$ (sentir) e $\chi^2 = 3,17$ (plástica). Essa classe é composta por palavras como “comparar” ($\chi^2 = 75,57$); “excluir” ($\chi^2 = 38,37$); “menina” ($\chi^2 = 37,25$); “triste” ($\chi^2 = 33,77$); “diferente” ($\chi^2 = 33,77$); “influenciador” ($\chi^2 = 23,43$); “padrão” ($\chi^2 = 20,76$) e “redes sociais” ($\chi^2 = 18,81$).

Nesta classe, as adolescentes refletiram sobre o sentimento de exclusão frente ao padrão de beleza presente nas mídias e a comparação de seus corpos com personalidades das redes sociais, um fenômeno que tem gerado discussões profundas sobre autoestima, autoimagem e saúde mental. Para elas, as imagens que dominam essas plataformas retratam um ideal de beleza branco, caracterizado por traços, tonalidades de pele e padrões estéticos que não refletem a diversidade das experiências e das identidades raciais.

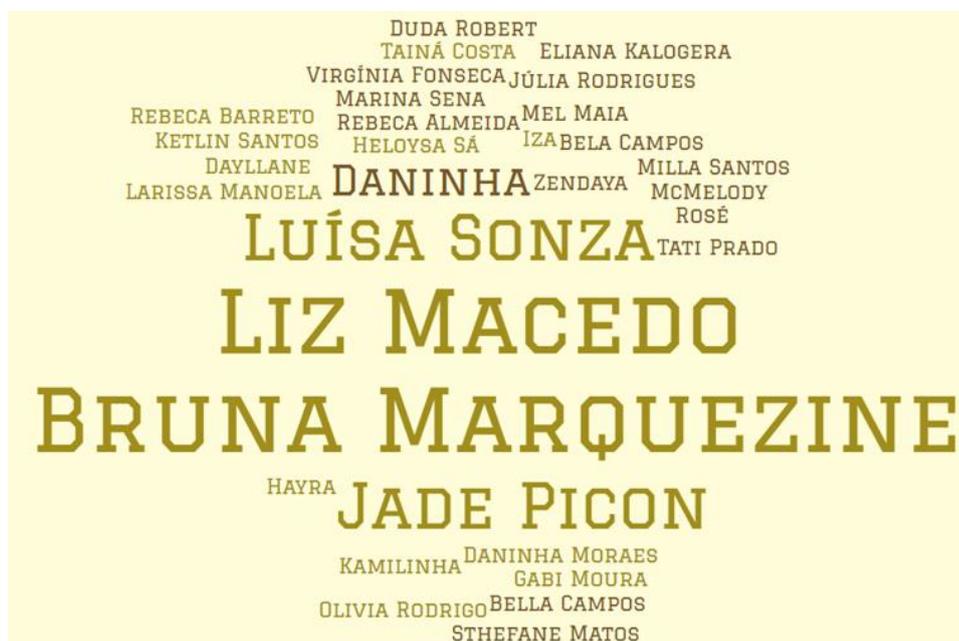
Esse cenário gera um profundo impacto na autoestima e autoimagem corporal dessas adolescentes, que podem se sentir invisibilizadas ou inadequadas em um espaço que parece valorizar apenas determinados tipos de beleza. A ausência de representatividade e a perpetuação de estereótipos contribuem para a construção de um ambiente onde as adolescentes negras não se veem retratadas (Costa, 2018).

Como é possível verificar nos segmentos de textos, elas relatam sentimentos frequentes de comparação, exclusão, inadequação e pressão para se adequarem a padrões estéticos muitas vezes inatingíveis, promovidos por influenciadoras que, em sua maioria, editam e filtram suas aparências de maneira a distorcer a realidade. Nas respostas é perceptível a influência das mídias sociais em sua autoimagem e percepção corporal e o quanto essa comparação as entristece ao se perceberem diferentes. Este é um apontamento que aparece em diversas falas: “Me sinto excluída por não ter uma beleza padrão, o que faz com que eu me compare muito com as mulheres que são (Participante 111, parda, pergunta 4); “Me comparo com meninas magras, de cabelo liso que vejo no YouTube. Isso me faz mal porque me faz não gostar do meu

corpo” (Participante 57, preta, pergunta 4); “É insuportável me comparar a todo momento, não me aceitar nem me sentir bonita, desejar ter nascido diferente e sempre querer mudar algo em mim” (Participante 104, parda, pergunta 4).

Aspectos evidenciados na “Classe 1 – Comparação do Corpo com Personalidades” podem ser clarificados pela análise da nuvem de palavras relativa à pergunta “Já comparei meu corpo com o de alguma personalidade das redes sociais. Caso já tenha se comparado, com quem se comparou? Como se sentiu?” (Ver figura 3).

Figura 3 - Nuvem de Palavras “Personalidades Com Quem Me Comparei”



Fonte: elaboração própria (2024).

A análise revela que a maioria das personalidades mencionadas foi citada apenas uma vez. No entanto, destacam-se algumas exceções: Liz Macedo (f = 4), Luísa Sonza (f = 3), Daninha (f = 2), Bruna Marquezine (f = 4) e Jade Picon (f = 3), oferecendo uma visualização predominante da influência de uma estética e beleza branca sobre as adolescentes. Nesse caso, a nuvem de palavras ilustra as personalidades das redes sociais, como influenciadoras, e artistas com as quais as adolescentes negras tendem a se comparar, revelando quais figuras midiáticas exercem maior impacto na construção da sua autoimagem corporal e autoestima.

É importante destacar que as mulheres mais citadas possuem características fenotípicas que divergem acentuadamente das adolescentes negras, a exemplo de “Jade Picon”, “Liz Macedo” e “Luiza Sonza”, todas mulheres brancas, loiras e de olhos claros. “Bruna Marquezine”, apesar de ser uma mulher parda, tem um corpo considerado padrão, também

distinto das adolescentes. É evidente a diferença pela fala da participante 57, de cor preta: “Já me comparei com Bruna Marquezine. Ela tem um corpo lindo e magro. Me senti triste por não ser como ela” e da participante 71, parda: “Me comparei com a Bruna Marquezine. Não sou alta como ela, nem magra, não tenho o corpo escultural”.

A classe 2 foi nomeada como “Aspectos Considerados Para Postar uma Foto” e esteve significativamente associada às respostas à pergunta 6 “Quais aspectos você leva em consideração antes de postar uma foto no Instagram? Por quê?”. Compreende 26,5% ($f = 93$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 165,54$ (foto) e $\chi^2 = 5,06$ (maquiagem). Essa classe é composta por palavras como “filtro” ($\chi^2 = 154,26$); “uso” ($\chi^2 = 97,68$); “postado” ($\chi^2 = 65,11$); “gosto” ($\chi^2 = 40,91$); “só” ($\chi^2 = 35,94$); “bom” ($\chi^2 = 31,17$); “iluminação” ($\chi^2 = 28,56$); “postar” ($\chi^2 = 25,62$) e “luz” ($\chi^2 = 25,62$).

Nesta classe, as adolescentes revelaram os aspectos que consideram antes de postar uma foto no Instagram. O uso de filtros nas fotos reflete uma busca intensa por um padrão de beleza irreal e inalcançável, alimentado pelas redes sociais (Cintra, 2020). Essas ferramentas permitem que as usuárias alterem sua aparência de maneiras que vão desde sutis ajustes de iluminação e cor até transformações drásticas na forma do corpo e do rosto, com alterações de traços físicos e remoção de imperfeições.

Isso cria uma imagem idealizada e impõe uma pressão constante para atender a expectativas estéticas irreais. A busca por curtidas e validação online muitas vezes leva à insatisfação com a própria aparência, distorcendo a percepção de si mesmas e exacerbando problemas como baixa autoestima (Silva; Japur; Penaforte, 2021).

Como é possível verificar nos segmentos de textos, para as adolescentes, as edições nas fotos do Instagram, assim como, o uso dos filtros, tornou-se uma prática comum e, muitas vezes, esperada na cultura digital contemporânea. Embora essas ferramentas ofereçam uma forma de autoexpressão e criatividade, elas também podem contribuir para a construção de padrões de beleza irrealistas, levando a comparações prejudiciais e a uma distorção da identidade e autoimagem que as mulheres têm de si.

Além disso, há a manipulação por programas de edição de imagem computadorizados, que criam falsas imagens de corpos perfeitos (Krawitz, 2014). A padronização da beleza nas redes sociais e a pressão para se apresentar de forma “perfeita”, portanto, podem resultar em sentimentos de inadequação, especialmente em um ambiente que frequentemente valoriza a estética sobre a autenticidade, como apresentado nas seguintes falas: “Só postado a foto se for editada. Antes, observo a luz, uso filtros e às vezes modifico meu corpo, aumento meus quadris, estou sempre maquiada” (Participante 120, parda, pergunta 6); “Só postado a foto com o cabelo

arrumado ou quando vou sair. Sempre uso algum filtro para me deixar mais bonita” (Participante 72, parda, pergunta 6); “Uso filtros para melhorar meu rosto, pois estou fora do padrão de beleza” (Participante 51, preta, pergunta 6).

Ademais, nomeada como “Padrão de beleza imposto à mulher pelas redes sociais”, a classe 3 esteve significativamente associada à pergunta 3: “As redes sociais impõem à mulher um padrão de beleza. Se concorda ou concorda totalmente, descreva qual é o padrão de beleza imposto à mulher nas redes sociais.”. Compreende 26,5% ($f = 93$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 133,4$ (cabelo) e $\chi^2 = 4,45$ (rosto). Essa classe é composta por palavras como “liso” ($\chi^2 = 66,6$); “corpo” ($\chi^2 = 66,39$); “magro” ($\chi^2 = 48,8$); “definir” ($\chi^2 = 44,98$); “perfeito” ($\chi^2 = 32,85$); “longo” ($\chi^2 = 32,03$); “cachear” ($\chi^2 = 24,19$); “branco” ($\chi^2 = 20,61$) e “cheio” ($\chi^2 = 18,46$).

Nesta classe, as adolescentes expressaram suas opiniões sobre o padrão de beleza imposto às mulheres nas redes sociais. É possível verificar que elas concordam que existe um padrão de beleza que valoriza um corpo perfeito, de beleza branca, magra e de corpos definidos. Como é possível verificar nos segmentos de textos, para elas esse padrão é restritivo, idealizado e frequentemente inatingível, tornando sua busca não apenas desafiadora, mas muitas vezes impossível: “Um corpo perfeito, cintura fina, abdômen definido, bunda grande, cabelos longos e lisos. Se for cacheado, tem que ser definido e cheio. Olhos claros, um padrão que valoriza um corpo perfeito, mas que não é real” (Participante 120, parda, pergunta 3); “Mulheres magras com cintura fina, barriga definida, cabelo liso ou cacheado definido, uma pele impecável e sem estrias ou celulite” (Participante 114, preta, pergunta 3); “Mulheres brancas de cabelo liso com o corpo padrão, magras e de cabelos lisos” (Participante 111, parda, pergunta 3).

Imagens de corpos perfeitos, pele impecável e rostos simetricamente modelados são amplamente divulgadas, criando uma norma de beleza que exclui a diversidade e a individualidade (Campos; Cecílio; Penaforte, 2016). Essa pressão para se conformar a um padrão visual específico pode gerar sentimentos de inadequação e baixa autoestima, levando muitas mulheres a recorrer a filtros, edições e até procedimentos estéticos para se aproximar desse ideal.

Por fim, a classe 4 é retratada pelas características que as adolescentes atribuem a um rosto considerado socialmente bonito. Esta classe, intitulada 'Características de um rosto bonito', revela a percepção de que existe uma forte relação entre a estética e a aceitação social, demonstrando como as normas de beleza influenciam a autoimagem corporal e as interações sociais das adolescentes negras.

Essa classe esteve significativamente associada à pergunta “Para você quais as características de um rosto bonito”? Compreende 23,65% ($f = 83$ ST) do corpus total analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 94,45$ (boca) e $\chi^2 = 9,77$ (lábio). Essa classe é composta por palavras como “nariz” ($\chi^2 = 91,27$); “pequeno” ($\chi^2 = 62,4$); “pele” ($\chi^2 = 59,91$); “carnudo” ($\chi^2 = 43,59$); “olho” ($\chi^2 = 42,17$); “limpo” ($\chi^2 = 42,15$); “fino” ($\chi^2 = 41,92$); “mancha” ($\chi^2 = 41,64$) e “espinha” ($\chi^2 = 34,16$).

A análise dessas características mostra que, mesmo em um contexto de diversidade de padrões, a relação entre a estética facial e a aceitação social ainda persiste, refletindo um ideal muitas vezes reforçado por mídias e redes sociais. As adolescentes, ao discutirem essas características, demonstram uma consciência crítica, mas também uma vulnerabilidade às pressões externas, levando a uma reflexão sobre o que significa ser considerado bonito em uma sociedade que valoriza a aparência de maneira tão intensa.

Como é possível verificar nos segmentos de textos, para elas esse padrão inclui pele clara, olhos claros, nariz fino, lábios delicados e cabelos lisos, desconsiderando a diversidade de feições e belezas existentes em diferentes etnias. Como resultado, pessoas com características que não se enquadram nesse ideal muitas vezes se sentem pressionadas a modificar sua aparência para se adequar a esses padrões, seja mediante procedimentos estéticos, uso de maquiagem ou filtros digitais: “Pele limpa, sem manchas de acne, um nariz afilado e boca pequena, sem preenchimentos” (Participante 120, parda, pergunta 2); “Pele branca, nariz fino, olhos pequenos, pouca bochecha, boca perfeita” (Participante 93, parda, pergunta 2).

Isso reforça uma visão limitada e excludente de beleza, que invisibiliza a pluralidade de formas, cores e texturas que compõem a verdadeira diversidade humana. Essa imposição do padrão de beleza branca não só perpetua desigualdades raciais como também compromete a autoestima e a identidade de pessoas não brancas.

Essa visão limitada de beleza marginaliza outras etnias e características raciais, e perpetua a ideia de que a aparência ideal deve se conformar a essas normas estreitas. A predominância desse padrão nas mídias, incluindo publicidade e redes sociais, resulta em uma falta de representatividade e visibilidade para a diversidade de rostos, especialmente aqueles de mulheres negras, indígenas e de outras etnias. Essa exclusão pode levar a um impacto significativo na autoestima e na autoimagem de indivíduos que não se veem refletidos nas narrativas de beleza predominantes: “Olhos grandes, sobrancelhas pouco preenchidas, boca com preenchimento labial, nariz fino, sorriso branco, pele limpa” (Participante 12, preta, pergunta 2).

4.4 IDENTIDADE E IDEAIS DE BELEZA MIDIÁTICOS, AUTOESTIMA E AUTOIMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES BRANCAS

Para investigar a influência da identidade racial e dos ideais de beleza midiáticos na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas, realizou-se uma análise de variância One-Way, utilizando a cor da pele como filtro. O estudo analisou a relação entre os ideais de beleza midiáticos, considerados variáveis independentes, e a autoestima, juntamente com a autoimagem corporal das adolescentes, tratadas como variáveis dependentes. Os resultados obtidos sugerem uma tendência de influência dos ideais de beleza midiáticos na autoestima e na autoimagem corporal das adolescentes brancas, com $F(1,19) = 3,179$, $p = 0,09$ e $F(1,19) = 3,63$, $p = 0,07$, respectivamente.

CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO

Este estudo analisou empiricamente a influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal. Ao combinar métodos quantitativos e qualitativos, a pesquisa proporciona uma compreensão aprofundada dos impactos dessas influências sobre as jovens. A importância social de estudar esse tema é significativa, considerando que as questões de identidade racial e autoestima estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar psicológico e social das adolescentes.

Em uma sociedade onde os padrões de beleza midiáticos frequentemente excluem ou distorcem a representatividade das mulheres negras, é crucial entender como essas influências afetam a formação da identidade e a autoimagem corporal dessas jovens. Este estudo não apenas contribui para o campo acadêmico, mas também oferece resultados importantes para políticas públicas e práticas educacionais voltadas para a promoção da autoestima e do bem-estar das adolescentes negras.

Para responder ao objetivo que visava identificar a influência da discriminação percebida na identidade racial de adolescentes negras, os resultados das análises referentes à relação entre a discriminação percebida e a identidade racial revelaram-se significativos e positivos. O que indica que, quanto maior a percepção da discriminação cotidiana, mais fortalecida é a identidade racial das adolescentes negras. Sendo a discriminação um preditor da identidade racial, esses resultados sugerem uma correlação positiva entre a percepção da discriminação e o fortalecimento da identidade racial. Ou seja, à medida que as adolescentes negras percebem mais a discriminação, elas tendem a desenvolver uma identidade racial mais forte. Um ponto central desta discussão é que essa percepção de discriminação não deve ser confundida com as experiências diretas de sofrimento pelo racismo vivido.

O fortalecimento da identidade racial não surge como resultado direto do sofrimento, mas sim da compreensão aprofundada do contexto que as rodeia, um processo conhecido como letramento racial. Esse letramento racial implica no reconhecimento de que as discriminações são parte de uma estrutura mais ampla — uma ideologia racista que permeia a sociedade. Ao adquirir essa consciência, as adolescentes desenvolvem uma identidade racial mais forte e, crucialmente, deixam de se culpar por esse sofrimento ou discriminação.

Esses resultados podem ser compreendidos à luz de Nascimento e Da Silva (2023). Para essas autoras, o letramento racial se apresenta como uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural e fortalecimento da identidade racial. Este consiste num processo

educacional e formativo que visa promover a compreensão e o reconhecimento das questões raciais, das dinâmicas de poder associadas à “raça” e das experiências vividas por pessoas racializadas. O que envolve a conscientização sobre o racismo, a história e a cultura das populações negras, bem como a promoção de atitudes e práticas que valorizem e respeitem as diversidades étnico-raciais (Ferreira, 2019).

Utilizar o letramento racial crítico, conceito cunhado pela pesquisadora Aparecida de Jesus Ferreira e que se refere a uma abordagem educacional e sociocultural que visa desenvolver a capacidade de leitura crítica das relações raciais e do racismo na sociedade, possibilita que as pessoas se vejam e percebam a ausência de representatividade nos materiais e na mídia (Ferreira; Gomes, 2019). Esse conceito vai além do entendimento superficial sobre “raça” e racismo, promovendo uma compreensão profunda e crítica das estruturas de poder, desigualdades e discriminações que permeiam as interações sociais por brancos e negros.

O letramento racial crítico incentiva as pessoas a reconhecerem e questionarem as normas raciais dominantes, entendendo como o racismo está enraizado nas instituições e práticas sociais. Ele também enfatiza a importância de conscientizar-se sobre os próprios preconceitos e privilégios, promovendo uma educação antirracista que busca a transformação social. Aparecida de Jesus Ferreira, ao cunhar esse termo, destaca a necessidade de uma prática educativa que prepare indivíduos, especialmente negros e negras, para interpretar e intervir criticamente nas dinâmicas raciais (Ferreira, 2019).

À medida que estes indivíduos vivenciem e reconheçam as injustiças e desigualdades que enfrentam no dia a dia, há um aumento na consciência e valorização de sua identidade racial. A exemplo das adolescentes nesta pesquisa, onde a experiência da discriminação pode atuar como um catalisador para a formação de uma identidade mais sólida e afirmativa, promovendo um senso de pertencimento e resistência frente à discriminação racial.

Outro fator que também colabora para o fortalecimento da identidade negra, embora não analisado claramente no nosso estudo, é a socialização étnico-racial familiar, que se refere ao processo pelo qual as famílias transmitem valores, crenças, práticas e significados relacionados à raça e etnia para seus filhos (Moreira-Primo; França, 2024). Para Bachman (2011), a socialização estimula a identidade e autoestima de meninas negras de modo que elas consigam lidar com a discriminação durante a vida.

Educar as crianças sobre normas sociais e psicológicas relacionadas à sua identidade negra é fundamental. Isso inclui ensiná-las sobre sua herança cultural e o significado de pertencimento racial, o que não apenas protege sua identidade, mas também as prepara para enfrentar a discriminação cotidiana. A identidade racial dos pais desempenha um papel crucial,

influenciando os conhecimentos culturais, raciais e étnicos que eles transmitem aos filhos. Aqueles que veem a “raça” como um elemento central de sua identidade e que acreditam que a sociedade enxerga seu grupo negativamente costumam abordar a questão da discriminação de maneira mais frequente e direta com seus filhos. De forma geral, os pais vão transmitir as habilidades que eles mesmos utilizam para lidar com a discriminação em diferentes situações para seus filhos (França; Silva, 2021; Moreira-Primo; França, 2024).

Outro objetivo importante deste estudo foi analisar a influência da identidade racial na autoestima e na autoimagem corporal de adolescentes negras. Os resultados revelaram que a autoestima e a autoimagem corporal das adolescentes não variam significativamente em função da identidade racial associada à cor. Isso significa que, no contexto do estudo, a cor da pele não apresentou um impacto significativo na maneira como as adolescentes negras se perceberam ou se valorizaram. Em contrapartida, ao se considerar a identidade associada ao cabelo, os resultados indicaram que esta exerce uma influência significativa tanto na autoestima quanto na autoimagem corporal das adolescentes negras. Ou seja, como essas jovens se identificam em relação ao seu cabelo afeta diretamente a maneira como veem seu corpo (autoimagem corporal) e como se sentem sobre si mesmas (autoestima).

Especificamente, à medida que a identidade relacionada ao cabelo (no sentido de aceitação e valorização dos cabelos crespos e cacheados) aumenta, há uma correspondente elevação na autoestima e na percepção positiva do próprio corpo, ou seja, há uma associação significativa e positiva entre a identificação racial pelo cabelo com a autoestima positiva. As análises descritivas também demonstraram que elas sentem muito orgulho da sua cor, assim como do próprio cabelo.

Esses achados sugerem que, para as adolescentes negras, o cabelo torna-se um componente central da identidade racial, influenciando fortemente sua autoestima e autoimagem corporal, corroborando com a literatura. Isso pode estar relacionado ao contexto social e cultural onde o cabelo crespo ou cacheado tem sido historicamente desvalorizado. A aceitação e o orgulho em relação ao cabelo natural, portanto, podem representar um passo importante na construção de uma autoimagem mais positiva e na elevação da autoestima dessas jovens, como afirma Moreira-Primo (2024). Este fenômeno também reflete a importância dos movimentos de valorização da estética negra, que incentivam o orgulho e a aceitação das características raciais naturais, contribuindo para o fortalecimento da identidade e do bem-estar psicológico deste grupo.

Para as pessoas negras, quando discutimos o cabelo, a questão se torna ainda mais intrincada, uma vez que ele transcende a aparência física para se tornar um elemento central na

construção da identidade negra. Nilma Lino Gomes (2006) oferece reflexões fundamentais sobre essa temática, argumentando que o cabelo (cacheado ou crespo) não deve ser reduzido a uma característica individual ou biológica, mas sim compreendido como um corpo social e uma forma de linguagem.

Nesse sentido, para os negros, o cabelo se revela como um veículo poderoso de expressão da negritude, simbolizando não apenas a beleza e a diversidade cultural, mas também a resistência frente a séculos de opressão e estigmatização. Por meio do reconhecimento dessa complexidade, é possível valorizar a rica herança cultural que o cabelo cacheado ou crespo representa, desafiando narrativas hegemônicas e reafirmando a dignidade e o orgulho da identidade negra (Gomes, 2006).

Em especial por conta do cabelo, as mulheres e meninas negras tendem a sofrer uma pressão de enfraquecimento da sua identidade, a exemplo do alisamento dos fios. O uso destes cosméticos pode comunicar a fuga do seu corpo negro para a busca de um novo corpo que se assimilaria ou chegaria o mais perto disto, ao padrão de beleza branco. Para Estrela (2015), o cabelo da mulher negra carrega um significado que transcende as discussões sobre os processos da estética vigente na sociedade brasileira, aprofundando-se na identidade e subjetividade dessas mulheres, ampliando assim as discussões sobre “a ditadura do cabelo liso”.

A expressão é frequentemente usada para descrever as pressões sociais e culturais que incentivam meninas e mulheres negras a alisarem seus cabelos naturais numa tentativa de enquadramento aos padrões estéticos eurocêtricos predominantes. Geralmente, essa pressão começa na infância e adolescência, onde meninas e adolescentes negras são expostas a ideais de beleza que frequentemente excluem as texturas de seus cabelos (Carvalho, 2000).

Essa “ditadura” não apenas reflete um padrão de beleza imposto, mas também perpetua uma distorção sobre o autoconceito e a identidade negra, reforçando a ideia de que seus traços naturais não são valorizados e aceitos na sociedade em que vivem (Gomes, 2006). Mas, para além da ditadura do cabelo liso, as mulheres negras enfrentam outra condição tão difícil quanto, “a ditadura do cabelo definido”. O conceito se refere à pressão social e estética que impõe um padrão específico de beleza, mesmo em movimentos de aceitação e valorização dos cabelos naturais crespos e cacheados.

Essa distorção estabelece que os cabelos só são considerados “bonitos” ou “aceitáveis” se estiverem bem definidos, sem frizz, e com cachos perfeitamente modelados. Esse ideal acaba por restringir a liberdade das mulheres negras na expressão de sua identidade capilar e reforça novas formas de controle e normatização dos cabelos naturais. Esse fenômeno é considerado

uma extensão das normas de beleza branca, que historicamente desvalorizam as características naturais de pessoas negras (Gomes, 2006).

Ainda que o movimento de aceitação dos cabelos naturais represente um avanço na luta contra essas normas, a ditadura do cabelo definido revela como a sociedade continua a tentar enquadrar os corpos negros em padrões. Mulheres que não conseguem ou não desejam atingir esse padrão de definição podem sentir-se excluídas ou inadequadas, perpetuando a insegurança e o sentimento de que seus cabelos, em sua forma mais natural, não são suficientemente bonitos ou dignos de celebração

Em uma pesquisa etnográfica com o grupo “Encrespa Geral Manaus” Rafaele Cristine Queiroz ouviu mulheres negras que passaram pelo processo de transição capilar, considerando o cabelo crespo uma expressão da identidade negra. A autora destacou que o racismo e o preconceito racial afetam negativamente a autoestima dessas mulheres. No entanto, o ativismo relacionado ao cabelo crespo ressignifica positivamente sua identidade, elevando sua autoestima. Queiroz também enfatiza que esse ativismo capilar é uma forma de resistência política, contribuindo para o bem-estar das mulheres negras (Queiroz, 2019).

Este estudo analisou a influência dos ideais de beleza midiáticos na autoimagem corporal de adolescentes negras, revelando relações significativas e negativas entre esses padrões e a autoestima desse grupo. Os resultados indicaram que adolescentes negras que se sentem mais impactadas pelos ideais de beleza midiáticos apresentam baixa autoestima e uma autoimagem corporal prejudicada, evidenciando que quanto maior a influência desses padrões, menor a percepção positiva que têm de si mesmas.

As análises descritivas realizadas revelaram resultados relevantes ao investigar a relação entre estes padrões e a autoimagem corporal das adolescentes. Em média, essas adolescentes relatam sentir-se influenciadas pelos conteúdos que consomem no Instagram. No entanto, elas não se identificam como aquelas que costumam agir, se vestir ou se comportar como os influenciadores digitais que acompanham nas redes sociais.

É importante ressaltar que, apesar dessa desconexão, elas reconhecem a pressão exercida pelas redes sociais na imposição de padrões de beleza direcionados às mulheres. Esses dados evidenciam a complexidade da relação entre os conteúdos midiáticos e a autoimagem, ressaltando a necessidade de uma reflexão crítica sobre as influências que permeiam o cotidiano dessas jovens (Araújo, 2004; Guimarães; Pinto, 2006).

Ademais, elas utilizam as redes sociais diariamente, com uma alta frequência de utilização, entre 6h e 12h por dia. A rede social mais utilizada por elas é o Instagram, o que corrobora com a literatura que a aponta como uma das mais utilizadas por crianças e

adolescentes de 9 a 17 anos, uma média de 62%, como também entre adolescentes dos 15 aos 17 anos, numa média de 52%. Esses dados são provenientes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI BR), pesquisa da TIC Kids Online (CGI BR, 2022). A pesquisa é conduzida em todo o território brasileiro, abrangendo todas as regiões do país. É realizada por meio de entrevistas domiciliares com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos e seus pais ou responsáveis e investiga o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, evidenciando a relevância e a influência das redes sociais na vida dos jovens.

Os efeitos negativos desta conjuntura na autoimagem corporal e autoestima de mulheres negras impactam-nas desde muito cedo, num sistema que não as representa (Carneiro, 2023). No Brasil, a questão é especialmente relevante, uma vez que os negros perfazem 55,5% da população brasileira, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2023), mas apesar de perfazer mais da metade da população brasileira, são minoria nas representações e narrativas, ainda carregadas de estereótipos racistas como forma de exclusão (Barbosa, 2004; Bowen; Schmid, 1997; Carvalho, 2003).

É importante ressaltar que estes efeitos negativos sobre a autoimagem de adolescentes e mulheres negras se configuram quando a estética do belo se relaciona com como a sociedade determina e representa o que é beleza. E, se essa forma em algumas estruturas sociais tem caráter discriminatório, a exemplo do Brasil, onde o padrão estético torna-se excludente. Inicialmente, porque a beleza para as mulheres assume, cada vez mais, a condição de uma obrigatoriedade, ao contrário dos homens, atuando como dispositivo repressivo em inúmeras culturas (Novaes, 2001, 2002; Novaes; Vilhena, 2003). Em segundo, para a mulher negra se acentua uma dupla condição: existir como mulher numa sociedade que não a representa (Carneiro, 2023), minimizando constantemente o seu potencial pessoal.

Numa tentativa de controle de seu corpo e de sua subjetividade por meio de conteúdos que fornecem uma infinidade de discursos e representações pouco saudáveis sobre identidade, beleza, gênero, atratividade, tamanhos e formas corporais, autocontrole e alimentação, representando ideais de beleza sociais irrealistas. Tais ideais, de acordo com alguns estudos (Grabe; Ward; Hade, 2008), são preditores da insatisfação corporal e de comportamentos destrutivos relacionados à alimentação.

Resultados qualitativos da pesquisa, para responder ao objetivo de analisar como os ideais de beleza midiáticos influenciam a autoimagem corporal de adolescentes negras, indicaram que as participantes refletem sobre o sentimento de exclusão diante do padrão de beleza socialmente imposto. Além disso, as adolescentes também expressaram preocupação em

relação à comparação de seus corpos com os de personalidades das redes sociais, evidenciando um impacto significativo dessas influências na percepção de si.

Para elas, as imagens que dominam essas plataformas retratam um ideal de beleza branco, caracterizado por traços, tonalidades de pele e padrões estéticos que não refletem a diversidade das experiências e das identidades raciais. Os resultados também apontaram que as adolescentes negras tendem a se comparar mais com influenciadoras e artistas brancas, que possuem características fenotípicas que divergem acentuadamente das suas.

A representação idealizada de corpos e rostos perfeitos na mídia pode gerar uma pressão significativa, especialmente para mulheres, que acabam se sentindo inadequadas ao compararem sua aparência com esses padrões irreais. Campos, Cecílio e Penaforte (2016) abordam a exclusão da diversidade e da individualidade, evidenciando como esses padrões de beleza podem impactar negativamente a autoestima, levando ao uso de filtros, edições e até a busca por procedimentos estéticos para se aproximar desse ideal. Essa questão é amplamente debatida nos estudos sobre autoimagem corporal e os efeitos das redes sociais na autoestima de mulheres negras.

Por fim, este estudo analisou a influência da identidade racial e dos ideais de beleza midiáticos na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas. Os resultados indicaram haver uma tendência da influência da beleza midiática na autoestima e na autoimagem corporal das adolescentes brancas. Corroborando com a literatura que aponta que, mesmo correspondendo a norma e estando mais próximas dos ideais de beleza hegemônicos, elas também enfrentam pressões e impactos negativos sobre sua autoestima e autoimagem corporal, sendo negativamente influenciadas pelos padrões de beleza (Adams, 2010).

Essa insatisfação pode surgir da comparação social, onde as mulheres brancas percebem um descompasso entre suas características físicas reais e os ideais de beleza midiáticos, os quais são muitas vezes inatingíveis. Esse fenômeno não se limita a mulheres que estão fora dos padrões, mas afeta também aquelas que, teoricamente, se aproximam deles, sugerindo que a pressão por atender a um ideal irreal é uma experiência generalizada e nociva.

Portanto, o impacto negativo dos padrões de beleza na autoestima e na autoimagem corporal se manifesta amplamente, corroborando com a literatura que indica que, mesmo correspondendo à norma, mulheres brancas se sentem pressionadas e insatisfeitas devido à constante comparação com ideais midiáticos.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado orientou-se pelo objetivo de analisar a influência da discriminação percebida na identidade racial e autoestima das adolescentes negras e como os ideais de beleza midiáticos influenciam a sua autoimagem corporal. Para isso, estabeleceram-se os objetivos específicos: (1) identificar a influência da discriminação percebida na identidade racial de adolescentes negras; (2) analisar a influência da identidade racial na autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras; (3) analisar como os ideais de beleza midiáticos influenciam a autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras; (4) analisar a influência da identidade racial na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas.

Inicialmente, foram apresentados importantes aspectos teóricos envolvendo os principais conceitos. No primeiro capítulo, realizamos uma análise aprofundada de como o racismo, enquanto fenômeno social, se manifesta na sociedade brasileira. Exploramos os conceitos fundamentais do racismo, destacando suas particularidades, sua natureza sistêmica e suas implicações nas diversas camadas sociais, especialmente no perfil dos indivíduos negros e nos grupos que enfrentam a discriminação racial.

Ademais, apresentamos evidências que demonstram a relação entre os impactos do racismo vivenciado durante a adolescência e os efeitos duradouros que essa experiência provoca, conforme indicado por estudos sobre o tema (Cavalleiro, 1999; Eurico, 2020; Oliveira *et al.* 2021). Neste capítulo, foi possível compreender o racismo como um fenômeno complexo, que atua nos diferentes níveis da vida social, influenciando crenças, sentimentos e comportamentos, orientado às relações intergrupais desenvolvidas em contextos racializados.

No segundo capítulo, foram realizadas análises aprofundadas sobre como a discriminação, uma das raízes do racismo no Brasil, molda a identidade negra e permeia as relações raciais, especialmente no contexto de mulheres e meninas negras. A investigação revela os impactos dos sistemas discriminatórios, que se manifestam em múltiplos âmbitos da vida social, incluindo a indústria cultural, comprometendo a autoimagem corporal e a autoestima dessas meninas e mulheres.

A presença constante do racismo e da discriminação contribui para a construção de uma identidade negativa que, por sua vez, dificulta o reconhecimento e a valorização da identidade negra. Nesse cenário, a autoafirmação identitária emerge como um ato de resistência e um processo contra-hegemônico, exigindo não apenas uma desconstrução das narrativas dominantes, mas também uma ruptura com os lugares sociais estabelecidos que perpetuam a desigualdade e a marginalização.

Após a apresentação das bases teóricas que fundamentam este estudo, inicia-se o desenvolvimento do estudo empírico. O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa,

com a análise e a interpretação dos dados coletados, à luz do referencial teórico adotado e do contexto físico e social das participantes da investigação. Os capítulos quatro e cinco tratam da apresentação, discussão dos resultados e considerações finais, respectivamente.

Os resultados do estudo empírico apresentado no capítulo quatro deste trabalho, que envolveu adolescentes negras e brancas, revelam que aquelas com uma identidade racial mais fortalecida percebem a discriminação cotidiana de forma mais acentuada. Este fenômeno evidencia como o racismo e a discriminação racial impactam diretamente a identidade, a autoestima e a autoimagem corporal dessas jovens. Tais fatores influenciam profundamente a maneira como elas se veem e se relacionam com o mundo ao seu redor. Essa compreensão oferece uma base fundamental para o desenvolvimento de intervenções que visem não apenas fortalecer a identidade racial, mas também criar estratégias eficazes para enfrentar a discriminação. Assim, promove-se a construção de um ambiente mais inclusivo e menos prejudicial ao seu desenvolvimento.

Adolescentes negras frequentemente enfrentam padrões de beleza e representações midiáticas que exaltam um padrão branco, o que pode levar à internalização de ideais racistas e ao desenvolvimento de uma autoimagem corporal negativa. Além disso, a vivência de microagressões e discriminação pode enfraquecer sua autoestima e dificultar a formação de uma identidade racial positiva.

Por outro lado, a identificação com a cultura e a história afro-brasileira e a valorização da estética negra podem fortalecer a autoestima e a identidade racial destas adolescentes, fortalecendo-as frente aos impactos negativos do racismo. Ademais, os resultados confirmaram que o racismo e a discriminação racial exercem influência significativa na formação da identidade racial, da autoestima e da autoimagem corporal das adolescentes negras.

Reconhecendo tais contribuições, faz-se necessário apontar algumas limitações, que, com o avançar do campo científico, podem ser superadas em estudos posteriores. Consideramos que proceder a análises qualitativas, para as análises da influência da identidade racial e os ideais de beleza midiáticos na autoimagem corporal e autoestima de adolescentes brancas, permitiria uma maior compreensão da natureza das mensagens que elas internalizam. Essa abordagem permitiria explorar as nuances das experiências individuais, como essas adolescentes interpretam e integram os ideais de beleza predominantes, e como esses fatores influenciam suas percepções de si mesmas.

Essas análises qualitativas poderiam revelar as diferenças e semelhanças em relação às experiências de adolescentes negras, proporcionando uma visão mais abrangente sobre como a

identidade racial e os padrões de beleza influenciam a autoimagem e a autoestima em diferentes contextos.

Além disso, sugerimos que ampliar a amostra e diversificá-la em localização geográfica no estudo contribuiria significativamente para a robustez dos resultados. Com uma amostra maior e mais variada geograficamente, é possível obter uma visão mais representativa das influências da identidade racial e dos ideais de beleza midiáticos na autoimagem corporal e na autoestima das adolescentes. Isso pode ajudar a identificar padrões e variáveis que talvez não sejam evidentes em uma amostra menor ou mais homogênea.

Ao abordar as limitações do estudo, é possível propor direções para investigações futuras que possam servir como soluções para essas restrições: pesquisas longitudinais, que acompanhem a trajetória de jovens negras ao longo do tempo têm o potencial de revelar como a identidade racial e a autoestima evoluem em resposta a intervenções específicas; investigações focadas em intervenções, como grupos focais e grupos de encontro, podem ajudar a identificar as melhores práticas para fortalecer a identidade racial e combater a discriminação.

Além disso, é fundamental explorar como a experiência de discriminação racial e a percepção da identidade racial variam entre diferentes grupos étnicos e culturais, o que pode aprofundar nossa compreensão sobre o impacto do racismo e contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas.

Considerando os resultados alcançados e as limitações deste estudo, pode-se afirmar que este trabalho amplia e reforça os conhecimentos que vêm sendo construídos na psicologia social sobre o racismo, discriminação racial, identidade racial da mulher e adolescente negra, assim como, sua autoestima e autoimagem corporal.

Por meio deste estudo, apesar de suas limitações, é possível destacar a relevância do fortalecimento da identidade racial como uma ferramenta crucial para abordar o racismo. Essa abordagem busca uma reflexão consciente e crítica sobre o conceito de “raça” servindo como fundamento para a elaboração de políticas públicas que promovam a diversidade e a inclusão de pessoas negras nas escolas e nas comunidades.

Programas que incentivam a valorização da cultura afro-brasileira têm o potencial de mitigar os efeitos do racismo e da discriminação, criando um ambiente mais seguro e acolhedor para os jovens negros. Além disso, é fundamental oferecer suporte teórico sobre como o racismo e a discriminação afetam a saúde mental dos jovens, orientando psicólogos a considerar questões raciais em suas intervenções terapêuticas. Essa abordagem pode capacitá-los a desenvolver métodos que respeitem e integrem a identidade racial de seus clientes e pacientes.

Este estudo também abre espaço para a criação de programas de formação contínua para educadores, fornecendo ferramentas e estratégias para lidar com as complexidades das questões raciais e da identidade negra nas salas de aula. Isso pode incluir a promoção de um ambiente que valorize a diversidade e incentive diálogos abertos sobre racismo e discriminação, reconhecendo e celebrando a identidade racial dos alunos. Dessa forma, é possível fomentar a autoestima e a participação ativa dos estudantes, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!”⁴.

A frase acima apresentada é parte do aclamado discurso “I Have a Dream” de Martin Luther King Jr., citada no capítulo um desta dissertação. Proferido em 28 de agosto de 1963 durante a Marcha sobre Washington por Empregos e Liberdade, nesse discurso, King expressa sua visão de um futuro em que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade e justiça, independentemente da cor de sua pele. Ele sonhava com um mundo onde o caráter das pessoas fosse o que realmente importasse, e não suas características físicas ou raciais. Essa mensagem continua a inspirar movimentos por justiça social e igualdade racial em todo o mundo, rompendo com as formas de discriminação que foram sendo impostas a pessoas negras em favor da manutenção do racismo.

O racismo no Brasil tem como uma de suas armas mais fortes a desigualdade e discriminação, por meio de ideologias que buscam mascarar-lo. Logo, o racismo se remodela, penetra nos diferentes contextos e relações. Assim, romper a opressão e criar narrativas que promovam consciência crítica e mobilização para a comunidade negra é fundamental.

Os resultados encontrados permitiram conhecer a conjuntura que o racismo e a discriminação imprimem e exercem sobre a identidade racial, a autoestima e a autoimagem corporal de adolescentes negras. As análises revelaram como essas jovens vivenciam, de maneira intensa e pessoal, os efeitos discriminatórios na sociedade. Elas enfrentam constantemente estereótipos e padrões de beleza que desvalorizam suas características físicas, o que pode levar à internalização de sentimentos de inadequação e à diminuição da autoestima.

⁴ Discurso proferido por Martin Luther King, em 28 de agosto de 1963, publicado por Sindojus MG ([2013]).

Além disso, a discriminação racial não afeta apenas como elas são percebidas pelos outros, mas também como elas se veem, reforçando narrativas negativas sobre sua autoimagem.

Entender o fenômeno do racismo, assim como desafiá-lo, é uma tarefa complexa e desafiadora, principalmente porque ele se manifesta de maneiras diversas e sutis e “esconde seu verdadeiro rosto” e intencionalidade. Para enfrentá-lo, é necessário questionar e desfazer as narrativas racistas que sustentam estereótipos e desigualdades. Além de aumentar a representação de grupos racializados em todas as esferas da sociedade, incluindo a política, a mídia e a educação, para garantir que suas perspectivas e experiências sejam consideradas nas decisões e políticas, quebrando os lugares já demarcados para eles.

Espera-se que este trabalho contribua para a produção de conhecimento sobre as experiências de indivíduos negros, especificamente de mulheres e meninas negras, rompendo o mito de inferioridade e opressão, ainda tão presentes. Essa expectativa é fundamental e urgente.

Quando nos dedicamos a compreender e disseminar as vivências de mulheres e meninas negras, contribuímos para uma reconfiguração das percepções sociais. Essa mudança desafia estereótipos e permite que novas narrativas ganhem espaço. Mais importante ainda, ajuda a garantir que o racismo não seja a única lente através da qual crianças, jovens e adultos negros e negras sejam vistos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia Kelma de Alencar; LEME, Vanessa Barbosa Romera; FERNANDES, Luana de Mendonça; ROCHA, Carolina Seixas da; XIMENES, Verônica Morais; FREITAS, Daniela Fonseca de; COIMBRA, Susana. Escala de discriminação cotidiana para adolescentes e jovens: adaptação e evidências psicométricas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 709-728, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/68646/42599>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- ADAMS, Portia E. Understanding the different realities, experience, and use of self-esteem between Black and White adolescent girls. **Journal of Black Psychology**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 255-276, 2010.
- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996.
- ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Mariléa de. RACISMO ACADÊMICO E SEUS AFETOS. **História: Questões & Debates**, v. 69, n. 2, 2021.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio; SOUSA, Felipe Rodrigues. Raça e racismo no Brasil: Uma perspectiva estrutural. In: FEFFERMANN, Marisa *et al.* **Interfaces do genocídio no Brasil: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018.
- AMARANTE, Suely. Pesquisa avalia práticas racistas e seus efeitos subjetivos em mulheres negras. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-avalia-praticas-racistas-e-seus-efeitos-subjetivos-em-mulheres-negras>. Acesso em: 1 jan. 2024.
- ANYON, Yolanda; JENSON, Jeffrey M.; ALTSCHUL, Inna; FARRAR, Jordan; MCQUEEN, Jeanette; GREER, Eldridge; DOWNING, Barbara; SIMMONS, Jonh. The persistent effect of race and the promise of alternatives to suspension in school discipline outcomes. **Children and Youth Services Review**, [s. l.], v. 44, p. 379-386, 2014.
- APA. As políticas de tolerância zero são eficazes nas escolas?: Uma revisão probatória e recomendações. **The American Psychologist**, [s. l.], v. 63, n. 9, p. 852-862, 2008.
- ARAÚJO, Joel Z. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- ARAÚJO, Luciana. “A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas”, destaca pesquisadora. **Agência Patrícia Galvão**, [s. l.], 6 ago. 2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/a-taxa-de-homicidio-de-mulheres-negras-e-o-dobro-da-taxa-das-mulheres-brancas-destaca-pesquisadora/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ARMER, Taylor Ivana. **Black women's body image and Black-oriented media consumption**. Alabama: The University of Alabama, 2017.

BACHMAN, Jerald G.; O'MALLEY, Patrick M.; FREEDMAN-DOAN, Peter; TRZESNIEWSKI, Kali H.; DONNELLAN, Brent M. Adolescent self-esteem: differences by race/ethnicity, gender, and age. **Self Identity**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 445-473, 2011.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 458-458, 1995.

BANG, Hae-Kyong; REECE, Bonnie B. Minorities in children's television commercials: new, improved, and stereotyped. **Journal of Consumer Affairs**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 42-67, 2003.

BANTON, Michael. The race relations problematic. **British journal of sociology**, [s. l.], p. 115-130, 1991.

BARBOSA, Luciene C. As situações de racismo e branquitude representadas na telenovela "Da Cor do Pecado". In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2004.

BASTOS, Pâmela. **A erotização feminina no carnaval do Rio de Janeiro como exercício de Soft Power**: um estudo de caso da personagem "Globeleza" da Rede Globo. 2021. 76 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Comunicação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/48926/1/ulfl_tm.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

BATISTA, Vera. Autoestima das mulheres. **Correio Braziliense**, [s. l.], 5 mar. 2021. Disponível em: <https://blogs.correio braziliense.com.br/servidor/autoestima-das-mulheres/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIANCHI, Fernanda T.; ZEA, Maria Cecília; BELGRAVE, Faye Z.; ECHEVERRY, John J. Racial identity and self-esteem among black brazilian men: race matters in Brazil too! **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 157-169, 2002.

BISPO, Jeane de Jesus. "Apenas UM: a tokenização no mercado de trabalho". **Portal Geledés**, São Paulo, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/apenas-um-a-tokenizacao-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BITTENCOURT, Liliane de Jesus; NUNES, Mônica de Oliveira. Transtorno alimentar em estudantes negras de Salvador: a relação com a imagem corporal. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 169-192, 2017.

BLACK, Lora L.; JOHNSON, Rhonda; VANHOOSE, Lisa. The relationship between perceived racism/discrimination and health among black American women: a review of the

literature from 2003 to 2013. **Journal of racial and ethnic health disparities**, [s. l.], v. 2, p. 11-20, 2015.

BLEIDORN, Wiebke; ARSLAN, Ruben C.; DENISSEN, Jaap J. A.; RENTFROW, Peter J.; GEBAUER, Jochen E.; POTTER, Jeff; GOSLING, Samuel D. Age and gender differences in self-esteem: a cross-cultural window. **Journal of personality and social psychology**, [s. l.], v. 111, n. 3, p. 396, 2016.

BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 32, p. 111-118, 1992.

BOTTA, Renée A. The mirror of television: A comparison of black and white adolescents' body image. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 144-159, 2000. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2000-00556-006>. Acesso em: 6 jul. 2024.

BOWEN, Lawrence; SCHMID, Jill. Minority presence and portrayal in mainstream magazine advertising: An update. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [s. l.], v. 74, n. 1, p. 134-146, 1997.

BOWSER, Benjamin P. Racism: Origin and theory. **Journal of Black Studies**, [s. l.], v. 48, n. 6, p. 572-590, 2017.

BRANDÃO, Marcelo. Vereadores negros são 6% do total de eleitos; brancos são 53%. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-11/vereadores-negros-sao-6-do-total-de-eleitos-brancos-sao-53>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRISTOR, Julia M.; LEE, Renee Gravois; HUNT, Michelle R. Race and ideology: African-American images in television advertising. **Journal of Public Policy & Marketing**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 48-59, 1995.

BRUNELLI, Priscila Barbosa; AMARAL, Shirlena Campos de Souza; SILVA, Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da. Autoestima alimentada por “likes”: uma análise sobre a influência da indústria cultural na busca pela beleza e o protagonismo da imagem nas redes sociais. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 53, p. 226-236, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/73supl/19.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BUSH, Ronald; SOLOMON, Paul; HAIR, Joseph. There are more blacks in tv commercials. **Journal of Advertising Research**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 21-25, 1977.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013.

CAMARGO, Brígido Vizeu; GOETZ, Everley Rosane; BOUSFIELD, Andréa Barbara S.; JUSTO, Ana Maria. Representações sociais do corpo: estética e saúde. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 257-268, 2011.

CAMINO, Leoncio; ÁLVARO, José Luis; TORRES, Ana Raquel R.; GARRIDO, Alicia; MORAIS, Thiago; BARBOSA, Julana. Explaining social discrimination: Racism in Brazil and Xenophobia in Spain. **The Spanish Journal of Psychology**, [s. l.], v. 16, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24230936/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAMPOS, Maria Teresa de Assis; CECÍLIO, Mariana Silva; PENAFORTE, Fernanda Rodrigues. Corpo-vitrine, ser mulher e saúde: produção de sentidos nas capas da Revista Boa Forma. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 3, p. 611-628, 2016.

CAMPOS, Luiz Augusto (2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. Revista brasileira de ciências sociais. **RBCS**, [s. l.], v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CAPODILUPO, Cristina M. One size does not fit all: Using variables other than the thin ideal to understand black women's body image. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 268-278, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25150817/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CARIBÉ, Tereza. Caminhos de volta: o retorno consciente às origens. In: OLIVEIRA, Humberto (org.). **Desvelando a alma brasileira: psicologia junguiana e raízes culturais**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 28-59.

CARNEIRO, Sueli. "Negros de pele clara". **Portal Geledés**, São Paulo, 29 maio 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 17, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Franca: Selo Negro, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Seguro, 2011.

CARONE, Iray. (2003). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes. p. 13-23.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estado sobre o branquitude e branqueamento no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 148-168, 2019.

CARVALHO, José Jorge de. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. **Revista Cinética**, [s. l.], 2000.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no ensino superior**: um desafio para as universidades brasileiras. Brasília, DF: UnB, 2005. (Série Antropologia). Disponível em: <http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie382empdf.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

Carvalho, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: o período silencioso. **Plural**, [s. l.], v. 10, 155-179, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. O Processo de socialização na educação infantil: a construção do silêncio e da submissão. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. S. Paulo**, [s. l.], v. 12, n. 2, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/39447/42331>. Acesso em: 24 out. 2022.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Rev. C. Sociais**, [s. l.], v. 2, n. 1, 1971.

CHOR, Dóra; LIMA, Claudia Risso de Araujo. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1586-1594, 2005.

CINTRA, Camila. **Instagram Face**: um estudo sobre o rosto na era digital. 64 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Cultura Material e Consumo: perspectivas semiopsicanalíticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/cmc/monografias/Camila%20Cintra.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2024.

CLARK, Rodney; ANDERSON, Norman B.; CLARK, Vanessa R.; WILLIAMS, David R. Racism as a stressor for african americans: a biopsychosocial model. **American Psychologist**, v. 54, n. 10, p. 805-816, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Gender, black feminism, and black political economy. **The annals of the American academy of political and social science**, [s. l.], v. 568, n. 1, p. 41-53, 2000.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL –CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras:TIC Educação 2022. CETIC.br, 2023a. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-brasil-2023-criancas-estao-se-conectando-a-internet-mais-cedo-no-pais/>. Acesso em: 20 de agosto. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília, DF: CFP, 2017.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 6/7, p. 35-50, 1996.

COSTA, Ana Luísa Saraiva. **Padrões de beleza e racismo na construção da identidade de mulheres negras**. 2018. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2327/1/Ana%20Lu%20c3%adsa%20Saraiva.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

COSTA, Jurandir F. Da cor ao corpo a violência do racismo. *In*: SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 1-16.

COUCEIRO, Solange Martins de. Reflexos do “Racismo à Brasileira” na mídia. **Revista USP**, [s. l.], n. 32, p. 56-65, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé, 1991. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalising the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracial Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 16 out. 2022.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Designing and conducting mixed methods research**. 2. Los Angeles: SAGE Publications, 2011.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano; GUTMANN, Michelle L.; HANSON, William E. Advanced Mixed: methods research designs. *In*: TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles (ed.). **Handbook of Mixed Methods: in social & behavioral research**. California: Sage Publications, 2003.

CROCKER, Jennifer; MAJOR, Brenda. Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. **Psychological Review**, [s. l.], v. 96, p. 608-630, 1989. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1990-04498-001>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CROCKER, Jennifer; WOLFE, Connie T. Contingencies of self-worth. **Psychological Review**, [s. l.], v. 108, n. 3, p. 593, 2001.

CROCKER, Jennifer; LUHTANEN, Riia, BLAINE, Bruce; BROADNAX, Stephanie. Collective self-esteem and psychological well-being among White, Black, and Asian college students. **Personality and Social Psychology Bulletin**, [s. l.], v. 20, p. 503-513, 1994.

CROCKER, Jennifer; LUHTANEN, Riia K.; COOPER, Maria Lynne; BOUVRETTE, Alexandra. Contingencies of selfworth in college students: Theory and measurement. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 85, p. 894-908, 2003.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, [s. l.], v. 72, p. 156-169, 2020.

CUSUMANO, Dale L.; THOMPSON, Kevin J. Body image and body shape ideals in magazines: Exposure, awareness, and internalization. **Sex Roles**, [s. l.], v. 37, n. 9-10, p. 701-

721, 1997. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1997-38413-005>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; FERES, João. Sentindo na pele: Percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. **Dados**, [s. l.], v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicol cienc. prof.**, Brasília, DF,

DANDOLINI, Adriana de Oliveira Vasconcellos; RUIZ, Melissa Salinas. Mídia e gênero: Uma análise sobre o símbolo da globeleza. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2020.

DEGLER, Carl N. Black and white together: Bi-racial politics in the south. **The Virginia Quarterly Review**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 421-444, 1971.

DESCARRIES, Francine; MATHIEU, Marie. **Entre le rose et le bleu: stéréotypes sexuels et construction sociale du féminin et du masculin**, Québec: Conseil du Statut de la Femme, 2010.

DEVULSKY, Alessandra. “O colorismo é o braço articulado do racismo”. **Carta Capital**, [s. l.], 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-colorismo-e-o-bracoarticulado-do-racismo/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DOHNT, Hayley; TIGGEMANN, Marika. The contribution of peer and media influences to the development of body satisfaction and self-esteem in young girls: a prospective study. **Developmental Psychology**, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 929, 2006.

DOMINICK, Joseph R.; GREENBERG, Bradley S. **Attitudes Toward Violence: The Interaction of TV Exposure, Family Attitudes and Social Class**. Michigan: Michigan State University, 1970.

DUCKITT, John H. Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. **American psychologist**, v. 47, n. 10, p. 1182, 1992.

ESTRELA, Camila Rodrigues. Meu cabelo é de Deus sim: uma reflexão sobre a resistência da mulher negra na sociedade capitalista. In: SIMPÓSIOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA PESQUISA E HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 14., 2015, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: ABHR, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1369>. Acesso em: 4 nov. 2022.

EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 69-83, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47214/31980>. Acesso em: 20 nov. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVANS, Peggy Chin; MCCONNELL, Allen R. Do racial minorities respond in the same way to mainstream beauty standards? Social comparison processes in Asian, Black, and White women. **Self and Identity**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 153-167, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FARIA, Maria Cristina Brandão de; FERNANDES, Danubia de Andrade. Representação da identidade negra na telenovela brasileira. **E-Compós**, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/178/179>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 16, p. 271-278, 2011.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **Ser Social**, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14288/12963/25186. Acesso em: 5 set. 2023.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos; PEREIRA, Marcos Emanuel. Endogrupo *versus* Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 30-49, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100003. Acesso em: 1 jul. 2023.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 63, p. 103-120, abr. 2016.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; GOMES, Cássio Murilo Lourenço. Letramento racial crítico: falta representatividade negra em materiais didáticos e na mídia. **UniLetras**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 123-127, 2019.

FERREIRA, Claudia Aparecida Avelar. Racismo: uma questão de saúde pública e de gestão na perspectiva de gênero. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 143-156, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/revistargss/article/view/384>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FERREIRA, Kauara Rodrigues Dias. Racismo e sexismo em instituições de saúde do DF: pré-natal, parto e pós-parto de mulheres negras. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 885-885, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6176>. Acesso em: 11 out. 2022.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em psicologia**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n2/v12n2a04.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina; LEITE, Neíse Gonçalves de Magalhães. Adaptação e validação de um instrumento de avaliação da satisfação com a imagem corporal. **Interamerican Journal of Psychological Assessment**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 141-149, 2002.

FRANÇA, Dalila Xavier de. A Socialização. *In*: TORRES, Ana Raquel Rosas; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; TECHIO, Elza Maria; CAMINO, Leoncio (org.). **Psicologia Social: Temas e Teorias**. 3. ed. São Paulo: Blucher Open Access, 2023. p. 355-404.

FRANÇA, Dalila Xavier de; SILVA, Khalil da Costa. **A psicologia social do desenvolvimento nas relações raciais e racismo**. São Paulo: Blucher, 2021.

FRANÇA, Dalila Xavier de; SILVA, Khalil da Costa. O preconceito racial e o processo de socialização. *In*: FARO, André; ARAÚJO, Marley R. M. (org.). **Teorias e estudos em psicologia social: a contemporaneidade em temas clássicos**. São Cristovão: Editora UFS, 2017.

FRANÇA, Dalila Xavier. Discriminação de crianças negras na escola. **Interações**, v. 13, n. 45, p. 151-171, 2017. Disponível em:
<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9476/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Dalila Xavier; MONTEIRO, Maria Benedicta. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. **Psicologia**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 293-323, 2002.

FRANÇA, Dalila Xavier; SILVA, Khalil da Costa; SANTOS, A. R.; BATISTA, L. S. Socialização racial/étnica materna e identidade racial/étnica dos filhos. *In*: FARO, André; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; FRANÇA, Dalila Xavier; ENUMO, Sonia Regina Fiorim; PEREIRA, Cícero Roberto (org.). **Psicologia social e psicologia da saúde: tópicos atuais**. Curitiba: CRV, 2019.

FRANÇA, Dalila; SANTOS, Rozélia dos Anjos Oliveira; SOUSA, Kelyane Oliveira de. Estratégias de combate ao preconceito. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, [s. l.], v. 4, n. 7, 2019.

FUJIOKA, Yuki; RYAN, Erin; AGLE, Mark; LEGASPI, Melissa; TOOHEY, Raiza. The role of racial identity in responses to thin media ideals: Differences between white and black college women. **Communication Research**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 451-474, 2009.

GATES JUNIOR, Henry Louis; WEST, Cornel. **O futuro da raça**. Cantaduva: Vintage, 2011.

GEE, Gilbert C.; FORD, Chandra L. Structural racism and health inequities: old issues, new Directions1. **Du Bois Review**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 115- 132, 2011. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25632292/>. Acesso em: 11 out. 2023.

GENTILE, Brittany Christine; GRABE, Shelly; DOLAN-PASCOE, Brenda J.; TWENGE, Jean M. Gender differences in domain-specific self-esteem: a meta- analysis. **Review of General Psychology**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 34-45, 2009.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Social cognition**, Routledge, p. 116-160, 2018.

GOMES, Helton Simões. Brancos são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação. **G1**, [s. l.], 14 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – vol. 1: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Minas Gerais: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia et al. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GORDON, Kathryn H.; CASTRO, Yessenia; SITNIKOV, Lília; HOLM-DENOMA, Jill. Cultural body shape ideals and eating disorder symptoms among white, latina, and black college women. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 135-143, 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRABE, Shelly; HYDE, Janet Shibley. Ethnicity and body dissatisfaction among women in the united states: A meta-analysis. **Psychological Bulletin**, [s. l.], v. 132, n. 4, p. 622-640, 2006.

GRABE, Shelly; WARD, Monique L.; HYDE, Janet Shibley. The role of the media in body image concerns among women: A meta-analysis of experimental and correlational studies. **Psychological Bulletin**, [s. l.], v. 134, n. 3, p. 460-476, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18444705/>. Acesso em: 2 out. 2022.

GROESZ, Lisa M.; LEVINE, Michael P.; MURNEN, Sarah K. The effect of experimental presentation of thin media images on body satisfaction: a meta-analytic review. **International Journal of Eating Disorders**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 1-16, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A democracia racial revisitada. **Afro-Ásia**, [s. l.], n. 60, p. 9-44, 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Lara Linhalis; PINTO, Raquel Lara Rezende Alves. Os meios de comunicação enquanto formadores e legitimadores de identidades: uma reflexão sobre a representação dos negros na mídia. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1568-1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GURIN, Patricia. **Black consciousness, identity, and achievement**: a study of students in historically black colleges. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1975.

GURIN, Patricia; GURIN, Gerald; LAO, Rosina C.; MURIEL, Beattie. Internal-external control in the motivational dynamics of Negro youth. **Journal of social issues**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 29-53, 1969.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: Olhando para trás e para frente nos estudos culturais. **Rethinking Gramsci**, Routledge, 2011. p. 11-18.

HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: HALL, Stuart (Ed.). **Representation**: Culture representations and signifying practices. London: Sage-The Open University, 1997. p. 223-290.

HARGREAVES, Duane A.; TIGGEMANN, Marika. Idealized media images and adolescent body image: “comparing” boys and girls. **Body Image**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 351-361, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1740144504000695>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HARRISON, Kristen; CANTOR, Joana. The relationship between media consumption and eating disorders. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 40-67, 1997.

HARTER, Susan; LEAHY, Robert L. The construction of the self: a developmental perspective. **Journal of Cognitive Psychotherapy**, [s. l.], v. 15, n. 4, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1979.

HASENBALG, Carlos; HUNTINGTON, Suellen. Brazilian racial democracy: reality or myth?. **Humboldt Journal of Social Relations**, [s. l.], p. 129-142, 1982.

HECK, Marina. The ideological dimension of media messages. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul (ed.). **Culture, media, language**. London: Routledge, 1996. p. 122-127.

HOGG, Michael A.; ABRAMS, Dominic; PATEL, Yash. Ethnic identity, self-esteem, and occupational aspirations of Indian and Anglo-Saxon British adolescents. **Genetic, Social and General Psychology Monographs**, [s. l.], v. 113, n. 4, p. 487-508, 1987.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: Mulheres negras e feminismos. Tradução Bhuvi Libanio. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HUGHES, Diane L.; WATFORD, Jon Alexander; TORO, Juan Del. A transactional/ecological perspective on ethnic-racial identity, socialization, and discrimination. **Advances**

in **Child Development and Behavior**, [s. l.], v. 51, p. 1-41, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0065240716300209?via%3Dihub>. Acesso em: 11 set. 2024.

HUTZ, Claudio Simon; ZANON, Cristian. Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 41-49, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000100005. Acesso em: 2 nov. 2023.

IBGE. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE Notícias**, [s. l.], 26 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 5 abr. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. (versão 1.15). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102044_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

IDEIA. O Ideia. **Ideia**, [s. l.], [20--]. Disponível em: <https://www.ideiausa.com/sobre-o-ideia>. Acesso em: 5 set. 2022.

JENKINS, Richard. **Social identity**. New York: Routledge, 2014.

JOHNSON, Fiona; WARDLE, Jane. Dietary restraint, body dissatisfaction, and psychological distress: a prospective analysis. **Journal of Abnormal Psychology**, [s. l.], v. 114, n. 1, p. 119, 2005.

JOST, John T.; BANAJI, Mahzarin R. O papel dos estereótipos na justificação do sistema e na produção de falsa consciência. **British Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 1-27, 1994.

KASSARJIAN, Harold H. The Negro and American Advertising, 1946–1965. **Journal of Marketing research**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 29-39, 1969.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno eo pós-moderno. São Paulo: Edusc, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. [S. l.]: Between the Lines, 2021.

KRAWITZ, Marilyn. Beauty is only photoshop deep: legislating models' BMIs and photoshopping images. **Journal of law and medicine**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 859-874, 2014.

KRIEGER, Nancy. Measures of racism, sexism, heterosexism, and gender binarism for health equity research: From structural injustice to embodied harm-an ecosocial analysis. **Review of**

Public Health, [s. l.], v. 41, p. 37-62, 2020. Disponível em:
<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-publhealth-040119-094017>.
 Acesso em: 4 out. 2023.

LEE-MANOEL, Cristina Landgraf; MORAIS, Maria de Lima Salum e; BUSSAB, Vera Silvia Raad; OTTA, Emma. Quem é bom (e eu gosto) é bonito: efeitos da familiaridade na percepção de atratividade física em pré-escolares. **Psicologia: reflexão e crítica**, [s. l.], v. 15, p. 271-282, 2002.

LESTER, Regan; PETRIE, Trent A. Physical, psychological, and societal correlates of bulimic symptomatology among African American college women. **Journal of Counseling Psychology**, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 315-321, 1998.

LEVENTHAL, Hadass. Adolescente de 12 anos é xingada de "macaca" e "cabelo de bombril" em escola no interior de SP. **Terra**, [s. l.], 21 mar. 2024. Disponível em:
<https://www.terra.com.br/nos/adolescente-de-12-anos-e-xingada-de-macaca-e-cabelo-de-bombril-em-escola-no-interior-desp,af59761210852134bf7075f2c8820b46192mi2x1.html>.
 Acesso em: 1 maio 2024.

LEWIS, Jioni A.; GRZANKA, Patrick R. Applying intersectionality theory to research on perceived racism. In: ALVAREZ, Alvin N.; LIANG, Christopher; NEVILLE, Helen A. (ed.). **The cost of racism for people of color: contextualizing experiences of discrimination**. Washington: APA, 2016. p. 31-54.

LEWIS, Jioni A.; WILLIAMS, Marlene G.; PEPPERS, Erica J.; GADSON, Cecile A. Applying intersectionality to explore the relations between gendered racism and health among Black women. **Journal of Counseling Psychology**, [s. l.], v. 64, n. 5, p. 475-486, 2017. Disponível em: <https://europepmc.org/article/med/29048194>. Acesso em: 5 nov. 2023.

LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, [s. l.], v. 20, p. 11-19, 2004.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Editora Blucher, 2020.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. A personagem negra na telenovela brasileira: alguns momentos. **Revista USP**, [s. l.], n. 48, p. 88-99, 2000.

LIPS, Hilary M. **Sex and gender**. Mountain View: Mayfield, 1993.

LOPES, Fernanda. Para além das barreiras dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1.595-1.601, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/L6KFGDJTszrYSPTdJRYJkXk/abstract/?lang=pt#ModalTutors>.
 Acesso em: 1 jul. 2023.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 16, p. 121-134, 2012.

LOSEN, Daniel J.; SKIBA, Russell J. **Suspended education: Urban middle schools in crisis**.

Califórnia: Universidade da Califórnia, 2010.

MARTINAZZO, Celso J. Identidade humana: unidade e diversidade enquanto desafios para uma educação planetária. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 25, n. 84, 2010.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**: Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10).

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 25, p. 2793-2802, 2020.

MÁXIMO, Thaís Augusta Cuha de Oliveira; LARRAIN, Leoncio Francisco Camino Rodriguez; NUNES, Aline Vieira de Lima; LINS, Samuel Lincoln Bezerra. Procesos de identidad social y exclusión racial en la infancia. **Psicologia em Revista**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 507-526, 2012.

MENDEZ, Linda M. Raffaele; KNOFF, Howard M.; FERRON, John M. School demographic variables and out-of-school suspension rates: A quantitative and qualitative analysis of a large, ethnically diverse school district. **Psychology in the Schools**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 259-277, 2002.

MIRANDA, Márcia Santos; SILVA, Josilane Lima. As repercussões do racismo na construção da identidade de mulheres negras. **Revista Brasileira de Psicologia**, [s. l.], v. 2, p. 73-84, 2015.

MOLINA, Kristine M.; JAMES, Drexler. Discriminação, racismo internalizado e depressão: Um estudo comparativo de adultos afro-americanos e afro-caribenhos nos EUA. **Group Processes & Intergroup Relations**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 439-461, 2016.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, [s. l.], v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. “Identidade racial e percepção do valor social dos grupos pelas crianças: uma análise em termos de desenvolvimento”. **Revista Zero-a-Seis**, vol. 25, n. 47, 2023

MOREIRA-PRIMO, U. S.; FRANÇA, D. X. de. Socialização étnico-racial parental: contribuições para o bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 42, n. 116, 2024. DOI: 10.7213/psicolargum.42.116.AO15. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/30517>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos. **O papel protetivo da socialização étnico-racial dos pais na identidade étnico-racial de crianças negras**. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

- MOSCOVICI, Serge. **Social representations**: explorations in social psychology. Cambridge: Polity Press, 2000.
- MULHOLLAND, Amy M.; MINTZ, Laurie B. Prevalence of eating disorders among African American women. **Journal of Counseling Psychology**, v. 48, n. 1, p. 111-116, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 6-14, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. n. 3, p. 255-276, 2010.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Alameda Santos: Editora Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Júlia; SILVA, Gimima Beatriz Melo da. O Letramento Racial como ferramenta para a erradicação do racismo. **Mosaico**, [s. l.], v. 15, n. 24, p. 397-415, 2023.
- NDIAYE, Pap. **La condition noire**. Paris: Calmann-Lévy, 2008.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, [s. l.], v. 19, p. 287-308, 2007.
- NOVAES, Joana de Vilhena. Da cena do corpo ao corpo em cena: estética feminina e cirurgia plástica. In: CASTILHO, Katia; GALVÃO, Diana (org.). **A moda do corpo e o corpo da moda**. São Paulo: Esfera. p. 150-158.
- NOVAES, Joana de Vilhena. Mulher e beleza: em busca do corpo perfeito, práticas corporais e regulação social. **Tempo psicanál.**, [s. l.], p. 37-54, 2001.
- NOVAES, Joana V.; VILHENA, Junia de. De cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. **Interações**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 9-36, 2003.
- NUNES, Aline Vieira de Lima; CAMINO, Leoncio. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 23, p. 135-143, 2011.
- OLIVEIRA, Clarice Maynarte; RIBEIRO, Larissa Alves; RABELO, Juliana Lemos; CUNHA, Anna Patrícia dos Santos; ALMEIDA, João Ricardo Jardim de; SOARES, Janaína. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 28768-28782, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/7etuczj5fvbddd6tglnsvbmjzy/access/wayback/> Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Clarice Maynarte; RIBEIRO, Larissa Alves; RABELO, Juliana Lemos; CUNHA, Anna Patrícia dos Santos; ALMEIDA, João Ricardo Jardim de; SOARES, Janaína. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 28768-28782, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/7etuczj5fvbddd6tglnsvbmjzy/access/wayback/https://brasilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/41787/pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Juliana Ribeiro (2018). A intersectorialidade e a interseccionalidade nas políticas públicas de saúde da mulher negra. 2018. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3519/1/Juliana%20Ribeiro%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

OLIVEIRA, Martha Khol de. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 211-229, maio/ago. 2004.

PACHECO, Jairo Queiroz; DA SILVA, Maria Nilza. **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006.

PAIM, Altair dos Santos; PEREIRA, Marcos Emanuel. Aparência física, estereótipos e discriminação racial. **Ciências & Cognição**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 2-18, 2011.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017.

PARADIES, Yin; BEN, Jehonathan; DENSON, Nida; ELIAS, Amanuel; PRIEST, Naomi; PIETERSE, Alex; GUPTA, Arpana; KELAHER, Margaret; GEE, Gilbert. Racism as a determinant of health: a systematic review and meta-analysis. **PloS One**, [s. l.], v. 10, n. 9, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4580597/>. Acesso em: 11 maio 2022.

PEREIRA, Marcos Emanuel; ÁLVARO, José Luís; OLIVEIRA, Andreia C.; DANTAS, Gilcimar S. Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 144-153, 2011.

PHINNEY, Jean S. Identidade étnica em adolescentes e adultos: revisão de pesquisas. **Leituras em psicologia étnica**, [s. l.], p. 73-99, 2013.

PHINNEY, Jean S.; ALIPURIA, Linda Line. Ethnic identity in college students from four ethnic groups. **Journal of adolescence**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 171-183, 1990.

PHINNEY, Jean S.; ONG, Anthony D. Conceptualization and measurement of ethnic identity: Current status and future directions. **Journal of Counseling Psychology**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 271-281, 2007. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-09249-006>. Acesso em: 1 abr. 2022.

PINHEIRO, Luana et al. Retrato das desigualdades. Brasília: Ipea, SPM, Unifem, 2008.

- PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005.
- POPE, Harrison; PHILLIPS, Katharine A.; OLIVARDIA, Roberto. **O complexo de Adônis: A crise secreta da obsessão corporal masculina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, [s. l.], v. 12, n. 40, p. 213-230, 2019.
- RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social**. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.
- RAMOS, Sílvia (org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Stephanie; RIBEIRO, Djamila. A mulata Globeleza: um manifesto. **Portal Geledés**, [s. l.], 2016.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Campinas: Papyrus, 1991.
- RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 119-144, 2014.
- RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. “Mulatos, pardos, ‘afrobeges’: negros de pele clara ou ‘afroconvenientes’?”. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: RBA, 2020.
- RODRIGUES, João Carlos. **O negro brasileiro e o cinema**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, gênero e raça. *In*: GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.). **Tirando a máscara: ensaio sobre racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003.
- ROSENBERG, Morris. Rosenberg self-esteem scale. **Journal of Religion and Health**, [s. l.], 1965.
- ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; BUENO, Sandra M. Nora (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 74-94, 2002.

SACCO, Airi M.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; KOLLER, Sílvia H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016.

SÁNCHEZ MORENO, Esteban; BARRÓN LÓPEZ DE RODA, Ana. Social psychology of mental health: the social structure and personality perspective. **The Spanish Journal of Psychology**, v. 6, n. 1, p. 3-11, 2003.

SANTOS, Eleonora Vacarezza; LIMA, Marcus Eugênio. Cor da pele e representações sociais da beleza e da feiura no Brasil. **Psicologia Social & Psicologia da Saúde**, Curitiba, 2018.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. A mulher negra brasileira, miscigenação e o estupro colonial: o mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. **Caderno Espaço Feminino**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2018.

SANTOS, Israel Jairo. A ameaça do estereótipo em jovens negros na escolha profissional. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10336/2/ISRAEL_JAIRO_SANTOS.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 13, n. 1, jun. 2010.

SCHILDER, Paul. **A imagem do corpo**: as energias construtivas da psique. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

SCHMITT, Michael T. *et al.* As consequências da discriminação percebida para o bem-estar psicológico: uma revisão meta-analítica. **Psychological Bulletin**, [s. l.], v. 140, n. 4, p. 921, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SHAW, Julie. Effects of fashion magazines on body dissatisfaction and eating psychopathology in adolescent and adult females. **European Eating Disorders Review**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 15-23, 1995. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/erv.2400030105>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, Ana Flávia de Sousa; JAPUR, Camila Cremonezi; PENAFORTE, Fernanda Rodrigues de Oliveira. Repercussões das redes sociais na imagem corporal de seus usuários: revisão integrativa. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, [s. l.], v. 36, 2021.

SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida da; CHAI, Cássius Guimarães. As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 22, p. 987-1005, 2018.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: “questões para psicanalistas brasileiros”. *In*: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lucia (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SILVA, Rogério Ferreira da; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Crime and punishment: the impact of skin color and socioeconomic status of defendants and victims in jury trials in Brazil. **The Spanish Journal of Psychology**, [s. l.], v. 19, 2016.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. Edições Sesc SP, 2022.

SINDOJUS MG. Eu tenho um sonho: discurso de Martin Luther King (28/08/1963). **Sindojus**, Belo Horizonte, [2013]. Disponível em: <https://www.sindojusmg.org.br/site/wp-content/uploads/2013/08/Eu-tenho-um-sonho.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

SKIBA, Russell J.; CHUNG, Choong-Geun; TRACHOK, Megan; BAKER, Timberly L.; SHEYA, Adam; HUGHES, Robin L. Parsing disciplinary disproportionality: Contributions of infraction, student, and school characteristics to out-of-school suspension and expulsion. **American educational research journal**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 640-670, 2014.

SKIBA, Russell J.; PETERSON, Reece L.; WILLIAMS, Tara. Office referrals and suspension: Disciplinary intervention in middle schools. **Education and treatment of children**, [s. l.], p. 295-315, 1997.

SMIGAY, Karin Ellen Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, [s. l.], v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SNOWDEN JUNIOR, Frank M. Europe’s oldest chapter in the history of black-white relations. **Racism and anti-racism in world perspective**, [s. l.], p. 3-26, 1995.

SNOWDEN, Frank M. **Before color prejudice**: The ancient view of blacks. Harvard: University Press, 1983.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STAM, Robert. **Tropical multiculturalism**: a comparative history of race in Brazilian cinema and culture. London: Duke University, 1997.

STEELE, Claude M.; ARONSON, Joshua. Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 69, n. 5, 1995.

STICE, Eric; BEARMAN, Sarah Kate. Body-image and eating disturbances prospectively predict increases in depressive symptoms in adolescent girls: a growth curve analysis. **Developmental psychology**, [s. l.], v. 37, n. 5, p. 597, 2001.

SUE, Derald Wing; CAPODILUPO, Christina M.; TORINO, Gina C.; BUCCERI, Jennifer M.; HOLDER, Aisha M. B.; NADAL, Kevin L.; ESQUILIN, Marta. Racial Microaggressions in Everyday Life: Implications for Clinical Practice. **American Psychologist**, [s. l.], p. 271-

284, 2007. Disponível em: https://www.cpedv.org/sites/main/files/file-attachments/how_to_be_an_effective_ally-lessons_learned_microaggressions.pdf. Acesso em: 1 abr. 2022.

SWIM, Janet K.; AIKIN, Kathryn J.; HALL, Wayne S.; HUNTER, Barbara A. Sexism and racism: Old-fashioned and modern prejudices. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 68, n. 2, p. 1- 20, 1995.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories: studies in social psychology**. Cambridge: CUP Archive, 1981.

TAQUETTE, Stella R.; MEIRELLES, Zilah Vieira. Discriminação racial e vulnerabilidade às DST/Aids: um estudo com adolescentes negras. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, p. 129-142, 2013.

TAYLOR, Charles R.; JU, Yung L. Not in vogue: portrayals of Asian Americans in magazine advertising. **Journal of Public Policy and Marketing**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 239-245, 1994.

TAYLOR, Charles R.; STERN, Barbara B. Asian-americans: television advertising and the 'model minority' stereotype. **Journal of Advertising**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 47-61, 1997.

TELLES, Edward Eric. **Race in another America: The significance of skin color in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

TASHAKKORI, A.; THOMPSON, V. D. Race differences in self-perception and locus of control during adolescence and early adulthood: Methodological implications. **Genetic, Social and General Psychology Monographs**, [s. l.], v. 117, p. 133-152, 1991.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TIGGEMANN, Marika. Body image across the adult life span: Stability and change. **Body image**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 29-41, 2004.

TIGGEMANN, Marika; MCGILL, Belinda. The role of social comparison in the effect of magazine advertisements on women's mood and body dissatisfaction. **Journal of Social & Clinical Psychology**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 23-44, 2004.

TIGGEMANN, Marika; POLIVY, Janet. Upward and downward: Social comparison processing of thin idealized media images. **Psychology of Women Quarterly**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 356-364, 2010.

TRIMBLE, Joseph E.; FISHER, Celia B. **The handbook of ethical research with ethnocultural populations and communities**. Los Angeles: Sage Publications, 2005.

TRZESNIEWSKI, Kali H.; DONNELLAN, Brent M.; ROBINS, Richard W. Stability of self-esteem across the life span. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 84, n. 1, 2003.

UNICEF. **O impacto do racismo na infância**. Brasília, DF: Unicef, 2010. Disponível

em: https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia/. Acesso em: 13 jun. 2022.

v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2019.

WADE, T. Joel; BIELITZ, Sara. The differential effect of skin color on attractiveness, personality evaluations, and perceived life success of African Americans. **Journal of black psychology**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 215-236, 2005.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WIEVIORKA, Michel. Contextualizing French multiculturalism and racism. **Theory, Culture & Society**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 157-162, 2000.

WILKES, Robert E.; VALENCIA, Humberto. Hispanics and Blacks in television commercials. **Journal of Advertising**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 19-25, 1989.

WOOD, Nikel A. Rogers; PETRIE, Trent A. Body dissatisfaction, ethnic identity, and disordered eating among African American women. **Journal of Counseling Psychology**, [s. l.], v. 57, n. 2, p. 141, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21133566/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ZANETTI, Julia Paiva; SACRAMENTO, M. P. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: Jurema Werneck. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 24-36.

MUITO	MAIS OU MENOS	POUCO	NADA
()	()	()	()

9. Está satisfeita com o seu cabelo? Marque um X na alternativa.

MUITO	MAIS OU MENOS	POUCO	NADA
()	()	()	()

10. Caso tenha respondido à pergunta anterior: “mais ou menos”, “pouco” ou “nada”, responda: O que você mudaria no seu cabelo?

11. Por que faria essa mudança?

Leia cada frase com atenção e marque um X em torno da opção que mais lhe representa:

1. Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

2. Eu acho que eu tenho várias boas qualidades.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

3. Levando tudo em conta, eu penso que eu sou um fracasso.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

4. Eu acho que sou capaz de fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

5. Eu acho que eu não tenho muito do que me orgulhar.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

6. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

7. No conjunto, eu estou satisfeito comigo.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

8. Eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesmo.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

9. Às vezes eu me sinto inútil.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

10. Às vezes eu acho que não presto para nada.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

Sobre as redes sociais...

1. Você utiliza redes sociais?

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

2. Qual rede social você mais utiliza?

() Instagram () TikTok () Kway () Facebook () Outra:

3. Com que frequência utiliza as redes sociais?

() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente

4. Quanto ao acesso às redes sociais, qual é a sua duração média de utilização?

() Menos de 1h por dia () Entre 1h a 5h por dia () Entre 6h a 12h por dia

5. Sou influenciada pelos conteúdos que acesso no Instagram:

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

Se concorda ou concorda totalmente, descreva como essa influência acontece.

6. Você costuma se vestir, agir, comer ou se comportar como os influenciadores digitais dos conteúdos que você acessa nas redes sociais?

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

7. Para você, quais são as características de um rosto bonito?

8. As redes sociais impõem à mulher um padrão de beleza.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

Se concorda ou concorda totalmente, descreva qual é o padrão de beleza imposto à mulher nas redes sociais.

9. Sinto-me excluída do padrão de beleza presente nas redes sociais.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

Se concorda ou concorda totalmente, descreva esse sentimento de exclusão.

10. Já comparei meu corpo com o de alguma personalidade das redes sociais:

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

Caso já tenha se comparado, com quem se comparou? Como se sentiu?

11. Gosto de me ver no espelho.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

12. Gosto do formato do meu rosto e dos meus cabelos.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

13. Gosto do meu corpo.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

14. Acho que todo o meu corpo é muito bonito.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

15. Empenho-me para valorizar o meu corpo.

(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente

16. Quais aspectos você leva em consideração antes de postar uma foto no Instagram? Por quê?

17. Observe a imagem abaixo e responda:

a) Quem você gostaria de ser nessa imagem? Por quê?

() Imagem 1 () Imagem 2 () Imagem 3 () Imagem 4 () Imagem 5 () Imagem 6

b) Quem você não gostaria de ser nessa imagem? Por quê?

() Imagem 1 () Imagem 2 () Imagem 3 () Imagem 4 () Imagem 5 () Imagem 6



Assinale com que frequência você vivencia cada situação abaixo:

1 As pessoas insultam você.

Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

2 Você é tratado/a com menos simpatia do que as outras pessoas.

Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

3 Você é tratado/a com menos respeito do que as outras pessoas.

Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

4 - As pessoas agem como se fossem melhores do que você.

Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

5- Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é menos bem atendido/a do que as outras pessoas. Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes ()

Quase sempre ()

6- As pessoas agem como se tivessem medo de você.

Nunca () Raramente () Poucas vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

7- Você já se sentiu discriminado por causa da sua cor?

Nunca () Raramente () Poucas Vezes () Algumas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ()

8 - Caso uma ou mais dessas situações ocorram várias vezes ao ano, assinale qual ou quais os principais motivos dessas vivências:

() cor () gênero () nível econômico () aparência física

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)

Estimados pais:

A menor sob sua responsabilidade está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa: “Eu sinto na pele: Uma análise da influência da discriminação percebida na identidade racial, autoimagem e autoestima de adolescentes negras escolares”. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência da discriminação racial na identidade étnico-racial, assim como, da identidade étnico-racial na autoimagem e autoestima de adolescentes negras escolares. Seus pais permitiram a sua participação.

Pedimos sua colaboração autorizando a participação da menor sob sua responsabilidade nesta pesquisa em que ela responderá a um questionário, em um tempo médio de 25 minutos, sobre questões que envolvem identidade étnica, discriminação, autoestima e autoimagem. A atividade será realizada na escola das estudantes. Os responsáveis por este estudo são as pesquisadoras Joane Bispo Gomes dos Santos (Universidade Federal de Sergipe) e a professora Dalila Xavier de França (Universidade Federal de Sergipe) que estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário através do telefone (75) 99209-0016 ou email aneebispo@academico.ufs.br

Caso possamos contar com seu consentimento as organizadoras deste estudo se comprometem ao seguinte:

- a) As crianças não serão obrigadas a realizar nenhuma atividade para a qual não se sintam dispostas e capazes;
- b) Os nomes das crianças e o dos demais participantes da pesquisa, não serão divulgados;
- c) Todas as informações individuais são confidenciais;
- d) Os pesquisadores estão obrigados a fornecer a toda comunidade escolar e aos responsáveis pela criança, quando solicitados, as informações coletadas;
- e) A comunidade escolar ou responsáveis pela criança podem, a qualquer momento, solicitar aos pesquisadores, que os seus dados sejam excluídos da pesquisa;
- f) A pesquisa será suspensa imediatamente caso venha a gerar conflitos ou qualquer mal-estar dentro da comunidade escolar assim como para os responsáveis pela criança;
- g) A participação do menor sob sua responsabilidade não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você e/ou ela poderão desistir;
- h) A participação da menor sob sua responsabilidade nesta pesquisa será voluntária, não havendo necessidade de remuneração/pagamento.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e concordo com a participação da menor sob a minha responsabilidade na presente pesquisa. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo. Estou ciente que receberei uma via deste documento assinada.

_____, _____ de março de 2024

Assinatura dos pais/responsáveis

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura da testemunha

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TALE)

(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Sentindo na pele: Uma análise da influência da discriminação percebida na identidade racial, autoimagem e autoestima de adolescentes negras escolares” realizada pelas pesquisadoras Joane Bispo Gomes dos Santos e Dalila Xavier de França. Seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da discriminação racial na identidade étnico-racial, assim como, da identidade étnico-racial na autoimagem e autoestima de adolescentes negras. Gostaríamos muito de contar com sua colaboração, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir. A pesquisa será realizada aqui na sua escola e você vai responder a um questionário, em um tempo médio de 25 minutos, sobre questões que envolvem identidade étnica, discriminação, autoestima e autoimagem de meninas. Para isso, será usado um questionário impresso. É um método considerado seguro, mas é possível acontecer riscos, como timidez para responder algumas perguntas do questionário. Para minimizar esse risco, serão garantidos, além do sigilo e de nenhuma identificação do seu nome ou identidade, a possibilidade de você se recusar a respondê-lo. Caso aconteça algo errado, seus pais ou responsáveis poderão nos procurar pelo telefone (75) 99209-0016. Há coisas boas que podem acontecer como melhorar as discussões sobre os temas da identidade étnico-racial, autoimagem e autoestima de adolescentes negras, além de demonstrar a importância de falarmos sobre os efeitos da discriminação racial na sociedade brasileira. As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa. Os resultados serão publicados em artigos científicos, mas sem identificação pessoal dos participantes.

Sendo assim, eu _____ aceito participar da pesquisa “Sentindo na pele: Uma análise da influência da discriminação percebida na identidade racial, autoimagem e autoestima de adolescentes negras escolares”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não”, desistir, e que não ficaram chateadas comigo. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma via (ou cópia) deste termo de assentimento.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável pela pesquisa